



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



**DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS
DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE) -
FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-
INFORMACIONAL**

ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO

**Maceió
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Antonio Muniz dos Santos Filho

**DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS
DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE) -
FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-
INFORMACIONAL**

Maceió

2021

ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO

**DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS
DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE) -
FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-
INFORMACIONAL**

Tese apresentada à banca de Exame de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Cidades, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria

Maceió

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237d Santos Filho, Antonio Muniz dos.

Desigualdade e diferenciação socioespacial em cidades médias do sertão do São Francisco : Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - formação socioespacial e meio técnico-científico-informacional / Antonio Muniz dos Santos Filho. – 2021.

192 f. : il. color.

Orientador: Geraldo Majela Gaudêncio Faria.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 180-190.

Apêndices: f. 191-192.

1. Formação socioespacial. 2. Cidades médias. 3. Reestruturação espacial. 4. Desigualdade socioespacial. 5. Diferenciação socioespacial. 6. Juazeiro (BA). 7. Petrolina (PE). I. Título.

CDU: 711.4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO

**DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES
MÉDIAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA
(PE) - DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-
INFORMACIONAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas – Doutorado Cidades como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Tese aprovada em: 29 / 03 / 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. GERALDO MAJELA GAUDÊNCIO FARIA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL (ORIENTADOR)



Prof. Dr. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAÚJO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL (MEMBRO INTERNO)



Profª. Dra. LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL (MEMBRO INTERNO)



Profª. Dra. DORALICE SÁTYRO MAIA
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFPB (MEMBRO EXTERNO)



Prof. Dr. FÁBIO GUEDES GOMES
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UFAL (MEMBRO EXTERNO)

DEDICATÓRIA

Em especial, a minha preciosidade Liz Cândida Muniz (filha), alicerce da minha existência: amor puro, verdadeiro e imensurável. A minha esposa Núbia, pelo companheirismo em todos os momentos. Aos meus amigos e a minha família, principalmente, meus irmãos, irmãs e as minhas primeiras professoras (*in memoriam*): Maria Cândida (mãe) e Maria do Carmo (irmã).

AGRADECIMENTOS

A realização desta Tese Doutoral ocorreu, principalmente, devido à colaboração (direta e indireta) de pessoas e instituições que tenho plena certeza posso contar na minha trajetória pessoal e profissional. Os agradecimentos seriam amplos, mas, buscarei destacar os mais expressivos sem lhes impor uma ordem hierárquica de importância. Portanto, agradeço:

Minha querida e amada filha Liz Cândida, por compreender algumas das minhas ausências;

Minha esposa e companheira Núbia, pela presença constante nos momentos bons e também difíceis;

Minhas irmãs e irmãos consanguíneos: Nieta, Aida, Iara, Alfredo e Alberico, pelo irrefutável apoio em minhas jornadas;

Minhas sobrinhas e sobrinhos, em especial, André Muniz pelo suporte técnico em todos os momentos;

Meus amigos-irmãos: Éder Júnior pelo pleno apoio, sobretudo, em Maceió; Agripino Coelho, Jânio Roque, Ângelo Fonseca e Marcel Valentim pela cooperação e companheirismo em qualquer instante;

Meu orientador: Prof. Dr. Geraldo Majela pelos seus ensinamentos, confiança e acolhida em todo o processo;

As professoras e professores membros da Banca Examinadora da Tese: Doralice Maia, Lúcia Hidaka, Fábio Guedes e Lindemberg Araujo, pelo pronto aceite à participação na defesa da Tese e por suas valorosas contribuições;

Aos professores do Doutorado Cidades em especial a professora Gabriella Restaino pela amizade construída e consolidada;

As colegas de turma e a secretária do Doutorado Cidades, Luciane pelo carinho, acolhida e cooperação em todos os momentos;

Aos urbanistas e ex-alunos: Taís, Jason e especialmente Caio Couto, pela competência e dedicação na elaboração dos mapas e alguns gráficos utilizados na Tese;

Aos colegas professores do Curso de Urbanismo (UNEB), sobretudo, Rita Viera e Clélia Dantas (ex e atual coordenadora) pelo apoio durante todo o processo;

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), principalmente a Direção do DCET I e PGDP pela liberação para realização do curso e pela bolsa PAC-DT;

Nas cidades de Juazeiro e Petrolina, ao amigo Elder, aos servidores da Codevasf que cederam materiais para elaboração de alguns mapas e, alguns funcionários das administrações locais e da biblioteca da Embrapa;

Por fim, aos amigos da cidade de Rio Real (Ilza Néri, Carroça e Maurício) e da comunidade Lagoa de Baixo (sobretudo, as famílias de Marcel, Guto e D. Nalva) meu refúgio para as horas de muito cansaço.

RESUMO

Compreender como ocorreu a formação socioespacial do Sertão do São Francisco foi fundamental para identificar as temporalidades e espacialidades que, concatenada por diversas ações e eventos (sociais, políticos e econômicos), engendraram os processos de reestruturação da produção da região e reestruturação do espaço das cidades médias de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Como abordagem teórico-metodológica, foi realizada uma periodização, considerando dois grandes recortes espaço-temporais. O primeiro compreendeu o período que vai do início do processo de formação do território denominado de “Passagem do Joazeiro”, ou seja, da primeira metade do século XVII (1640) até a década de 1970, no qual predominavam os “circuitos locais e regionais de produção” (SANTOS, 1997, 1998). O segundo ocorreu a partir da década de 1970, que marca o início da instalação dos perímetros irrigados na região, até o final da segunda década do século XXI (2020), onde, passam a prevalecer determinados processos socioespaciais, muito semelhantes aos caracterizados por Santos (1997, 1998) e Santos e Silveira (2006) como “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação”. Entende-se que tal escolha, poderá ter implicado em maior ênfase de tempos e eventos em determinados períodos, em detrimento de outros. Mas, ao mesmo tempo, se mostrou importante para apreender como as mudanças na base técnica da produção, ou seja, a passagem de um circuito de produção para outro, interferiu sobremaneira na reestruturação da atividade produtiva do Sertão do São Francisco, com reflexibilidade direta no processo de reestruturação urbana de Juazeiro e de Petrolina. A partir desses recortes espaço-temporais, buscou-se identificar elementos de continuidade (rugosidades) e de rupturas (transformações) nas estruturas socioespaciais e, compreender quais e como, eventos e processos, mediados por diversas técnicas e agentes socioespaciais (objetos e ações), influenciaram no processo de estruturação e reestruturação espacial e produtiva do Sertão do São Francisco, corroborando para desvelar as diferenciações e desigualdades socioespaciais entre Juazeiro e Petrolina, sobretudo, no período denominado por Santos (1985, 1994, 1996) de “técnico-científico-informacional”.

Palavras-chave: Formação Socioespacial; Cidades Médias; Reestruturação espacial; Diferenciação e Desigualdade socioespacial; Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

ABSTRACT

Understanding how socio-spatial formation of Sertão do São Francisco occurred is fundamental to identify the temporalities and spatialities that, concatenated by several actions and events (social, political and economic), created the region productive restructuring process and the space reconstitution of medium-sized cities Juazeiro (BA) and Petrolina (PE). As a theoretical-methodological approach, a periodization study was performed, considering two large space-time cutouts. The first one covered the period from the formation process of “Passagem do Joazeiro” territory beginning, specifically, from 17th century (1640) first half until the 1970s, in which “local and regional production circuits” held sway (SANTOS, 1997, 1998). The second occurred from the 1970s, which marks the beginning of irrigated perimeters on the region, until the 21st century (2020) second decade end, when certain social-spatial process prevailed, very similar to those characterized by Santos (1997, 1998) e Santos e Silveira (2006), as “spatial production circuits and circles of cooperation”. We understood that such choice may have implied a greater emphasis on times and events in certain periods, to the detriment of others. But, at the same time, it proved to be important to understand how production technical basis changes, in other words, the transition from one production circuit to another, notably interfered in Sertão do São Francisco productive restructuring activity, which had reflections in the Juazeiro and Petrolina urban restructuring. From these space-time cutouts, it was possible to identify elements of continuity (roughness) and ruptures (transformations) in socio-spatial structures and understand how events and processes mediated by different techniques and socio-spatial agents (objects and actions) influenced in Sertão do São Francisco structuring and restructuring space and production process, corroborating to unveil socio-spatial differentiations and inequalities between Juazeiro and Petrolina, especially in the period labeled by Santos (1985, 1994, 1996) as “technical-scientific-informational”.

Keywords: Socio-spatial formation; Medium Cities; Spatial restructuring; Differentiation and socio-spatial inequality; Juazeiro (BA) and Petrolina (PE).

LISTA DE IMAGENS

Mapa 1	Situação Geográfica de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020...	27
Mapa 2	Região do Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco, 2020	41
Mapa 3	Aglomerações Urbanas do Sertão do São Francisco: Villa de Petrolina (N) e Cidade de Juazeiro (S), 1892	53
Mapa 4	Região Geográfica Imediata do Arranjo Populacional de Petrolina/PE - Juazeiro/BA, 2017	90
Mapa 5	Localização dos Distritos Irrigados do Polo Juazeiro-Petrolina (Bahia e Pernambuco), 2020	114
Mapa 6	Espaços de Diferenciação Socioespacial intraurbana por condições de vida – Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2010	146
Mapa 7	Espaços de Diferenciação Socioespacial intraurbana por distribuição de renda – Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2010 ..	149
Mapa 8	Distribuição espacial das principais atividades de comércio e serviços em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020	158
Mapa 9	Evolução do Espaço Urbano de Juazeiro (BA) – Apêndice A ..	191
Mapa 10	Evolução do Espaço Urbano de Petrolina (PE) – Apêndice B .	192
Figura 1	Formação Socioespacial de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – Linha do Tempo, 1680-1895	48
Foto 1	Castelo Garcia D’Ávila (Casa da Torre) - Mata de São João-BA	43
Foto 2	Vapor atracado no Cais do Porto de Juazeiro, [1910]	54
Foto 3	Embarque de passageiros na Estação Ferroviária de Juazeiro, [1920]	54
Foto 4	Freguesia de Petrolina (PE) em 1886	58
Foto 5	Ponte Presidente Dutra – Ligação Juazeiro-Petrolina, 1957	61
Foto 6	Porto de Petrolina com paquetes ancoradas, 1944	62
Foto 7	Vapor Saldanha Marinho “Vaporzinho” (Juazeiro-BA), 2020	66

Foto 8	Estação Ferroviária de Juazeiro, [1910] e 1957	68
Foto 9	Aeroporto Internacional de Petrolina (PE) - Senador Nilo Coelho	74
Foto 10	Casas à venda em Condomínios de Alto Padrão - Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020	152
Foto 11	Condomínios de Alto Padrão em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020	152
Foto 12	Imóveis à venda em Bairros Populares de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020	153
Foto 13	Imóveis do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020	154
Foto 14	Ponte Presidente Dutra elo entre Juazeiro e Petrolina, 2020 ...	156
Foto 15	Embarcações utilizadas para a travessia entre Juazeiro e Petrolina	157
Foto 16	Atividades comerciais na orla de Juazeiro (BA), 2020	161
Foto 17	Calçadão comercial de Juazeiro (BA), 2019	162
Foto 18	Vista área da Zona Central de Petrolina (PE), 2020	163
Foto 19	River Shopping – Petrolina, 2020	164
Foto 20	Juá Garden Shopping – Juazeiro, 2020	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distrito de Irrigação Bebedouro (Petrolina-PE) – Indicadores selecionados, 2017	115
Gráfico 2	Distrito de Irrigação Mandacaru (Juazeiro-BA) – Indicadores selecionados, 2017	117
Gráfico 3	Distrito de Irrigação Tourão (Juazeiro-BA) – Indicadores selecionados, 2017	118
Gráfico 4	Distrito de Irrigação Curaçá (Juazeiro-BA) – Indicadores selecionados, 2017	118
Gráfico 5	Distrito de Irrigação Maniçoba (Juazeiro-BA) – Indicadores selecionados, 2017	119
Gráfico 6	Distrito de Irrigação Nilo Coelho (Petrolina-PE) – Indicadores selecionados, 2017	120
Gráfico 7	Distrito de Irrigação Salitre (Juazeiro-BA) – Indicadores selecionados, 2017	121
Gráfico 8	Principais cultivos de acordo com o VBP (%) dos Distritos de Irrigação do Polo Juazeiro-Petrolina, 2019	124
Gráfico 9	População residente por situação do domicílio e taxa de urbanização – Brasil, Estados e Municípios selecionados (1970-2010)	140
Gráfico 10	Taxa de crescimento populacional do Brasil, Estados e Municípios selecionados (1970-2020)	142
Gráfico 11	Termos utilizados para descrever a análise dos perfis de distribuição populacional segundo os tipos intraurbano	145
Gráfico 12	Infográficos comparativos entre os principais indicadores socioespaciais de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2010-2020	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente por situação por situação de domicílio, taxa de crescimento e taxa de urbanização dos municípios das Regiões Geográficas Imediatas do Arranjo Populacional de Juazeiro/BA – Petrolina/PE, 2000/2020	92
Tabela 2	Indicadores de Acesso à Saúde e de Qualidade de Vida da população dos Municípios do Sertão do São Francisco – (Bahia e Pernambuco), 2010-2020	95
Tabela 3	Produção dos Projetos Públicos de Irrigação por ocupação do Sertão do São Francisco (Bahia e Pernambuco – Codevasf, 2017	116
Tabela 4	Produção agrícola do Polo Juazeiro-Petrolina, principais cultivos e indicadores selecionados - 2017.....	123
Tabela 5	População residente por situação do domicílio, taxa de urbanização e taxa de crescimento – Brasil, Estado e Municípios selecionados (1970-2020)	139
Tabela 6	Indicadores de Desigualdade Socioeconômica: Brasil, Estados e Municípios Selecionados – 2000	151
Tabela 7	Principais estabelecimentos de comércio e serviços instados em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2019	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipologia para as Cidades Médias	82
Quadro 2	Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Arranjo Populacional de Petrolina-Juazeiro, 2017.....	89
Quadro 3	Instituições Públicas instaladas no Sertão do São Francisco, por Escala de Vinculação e Atividades Desenvolvidas – Bahia/Pernambuco, 2021	99
Quadro 4	Instituições Públicas de Ensino Superior instaladas no Polo Juazeiro-Petrolina, por Escala de Vinculação, oferta de Cursos de Graduação e suas modalidades e Cursos de Pós-Graduação (<i>Strictu Senso</i>) – Bahia e Pernambuco, 2021	102

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AD Diper	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
AGROVALE	Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A.
AMA	Autarquia Municipal de Abastecimento – Juazeiro/BA
ARF	Agência da Receita Federal (Receita Federal)
BDE	Base de Dados do Estado de Pernambuco
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CEASA	Centrais de Abastecimento S.A
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV)
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DCH	Departamento de Ciências Humanas (Uneb)
DTCS	Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (Uneb)
DEM	Democratas (partido político)
DIB	Distrito Irrigado Bebedouro
DINC	Distrito Irrigado Nilo Coelho
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACAPE	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina

FAMESF	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRANAVE	Companhia de Navegação do São Francisco
GEIDA	Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário
GERES	Gerência Regional de Saúde
GRE	Gerência Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFE Sertão	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social (Previdência Social)
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRF	Inspetoria da Receita Federal (Receita Federal)
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (partido político)
MPF	Ministério Público Federal
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAB	Navegação Aérea Brasileira S/A
NTE	Núcleo Territorial de Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal

PPI	Programa Plurianual de Irrigação
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRF	Polícia Rodoviária Federal
ReCiMe	Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SR	Superintendência Regional (Codevasf)
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco
VALEEXPORT	Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco
VBP	Valor Bruto da Produção
VFFLB	Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Recortes espaço-temporais	26
Hipótese	30
Questões e Objetivos da Tese	31
Procedimentos teórico-metodológicos	32
Mapeamento	36
Estruturação da Tese	38
1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – GÊNESE DE JUAZEIRO E DE PETROLINA: EVENTOS, TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES	40
1.1 Juazeiro: De Passagem do Joazeiro à “Oásis do Sertão” ou “Capital da Irrigação”	49
1.2 Petrolina: De Passagem do Joazeiro à “Califórnia Brasileira” ou “Manchester Sertaneja”	57
1.3 O papel dos Transportes e das Comunicações no processo de formação e na dinâmica socioespacial do Sertão do São Francisco	64
1.4 Novos objetos técnicos e novas ações dinamizando os fluxos no Sertão do São Francisco	68
2 ABORDAGENS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: DESAFIOS PARA SUA APREENSÃO	77
2.1 Juazeiro e Petrolina: Nós da Rede Urbana do Nordeste brasileiro ...	87
3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO E A DIFUSÃO DAS DIFERENCIAÇÕES E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	105
3.1 Estrutura produtiva dos Distritos de Irrigação do Polo Juazeiro-Petrolina	112
3.2 Agricultura técnico-científica no Sertão do São Francisco e a reestruturação do espaço de Juazeiro e de Petrolina	129
4 PROCESSOS, PRÁTICAS ESPACIAIS E A DIFUSÃO DAS DESIGUALDADES E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES MÉDIAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	132
4.1 Dinâmica demográfica e urbanização de Juazeiro e de Petrolina no período técnico-científico-informacional	137

4.2 Diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas entre Juazeiro e Petrolina no período técnico-científico-informacional	143
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICE A - Mapa da Evolução do Espaço Urbano de Juazeiro (BA)	191
APÊNDICE B - Mapa da Evolução do Espaço Urbano de Petrolina (PE)	192

INTRODUÇÃO

Em escala mundial, os primeiros estudos referentes às cidades médias, ocorreram na França em fins da década de 1960. Porém, no Brasil foi a partir da década de 1970 quando o governo federal adotou uma ampla política de planejamento urbano-regional (PND)¹, que os estudos sobre a temática das cidades médias começaram a ser difundidos. Inicialmente no Brasil tais pesquisas e estudos foram realizados numa perspectiva mais estratégica que acadêmica (AMORIM FILHO; SERRA, 2001), visando uma ampla política de ordenamento do território, cujos objetivos principais seriam descentralizar as atividades industriais e produtivas, com vistas a conter o intenso processo de migração em direção às metrópoles e criar novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas do país, através da implantação de megaprojetos. Entre os megaprojetos estruturantes, destacaram-se: os de infraestruturas - sobretudo viárias - com o objetivo de dinamizar os fluxos de mercadorias, serviços e pessoas; e o de represamento de rios, que serviu ao propósito de construção de usinas hidrelétricas, importantes, para a ampliação da oferta energética e para a instalação de projetos públicos de irrigação.

Somente a partir da década de 1990 é que ocorrerá no Brasil a retomada dos estudos/pesquisas acerca das cidades médias numa perspectiva mais acadêmica (AMORIM FILHO, 2007), visando principalmente, compreender como vem se processando a redefinição dos papéis dessas cidades nas escalas do urbano: rede urbana e espaço intraurbano (CORRÊA, 2007a, 2007b) frente aos acelerados processo de: urbanização capitalista (LOJKINE, 1997); reestruturação urbana (SOJA, 1993); reestruturação das cidades (SPOSITO, 2007, 2018); e reestruturação produtiva da agropecuária (ELIAS, 2003a; ELIAS; PEQUENO, 2005, 2015).

Sposito (2018) utiliza os termos reestruturação urbana, associando a escala urbana à regional (SOJA, 1993) para “tratar das alterações profundas pelas quais os papéis urbanos vêm passando, em função da redefinição da

¹ PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Nome dado a dois planos econômicos, instituídos pelo Governo brasileiro nos períodos 1972-1974 (PND I) e 1975-1979 (PND II), que tiveram entre outros objetivos: integração do território nacional e integração do Brasil ao mercado mundial.

divisão interurbana do trabalho, na passagem de uma economia fordista para um regime de acumulação flexível” (SPOSITO, 2018, p. 194). E, reestruturação da cidade:

[...] para tratar das mudanças, de caráter mais significativo, ocorridas na estrutura dos espaços urbanos. Elas se referem tanto à distribuição dos usos de solo para o desenvolvimento das atividades econômicas (divisão econômica do espaço), como no que tange à nova ‘geometria’ do habitat urbano (divisão social do espaço) e, [...] a articulação entre estes dois planos. (SPOSITO, 2018, p. 195).

Esses processos estão imbricados e são portadores de contradições que merecem ser analisadas, a fim de compreender o ritmo e a intensidade das mudanças que vêm ocorrendo nesses espaços (rede urbana e espaço urbano). De acordo com Sposito (2018) o estudo das relações entre reestruturação urbana e da cidade é:

[...] importante para compreender os espaços urbanos no período atual, em especial as cidades médias [uma vez que] elas estão sendo tão ou mais atingidas em seus papéis urbanos e em suas estruturas espaciais que outras cidades de porte e importância diversas nas redes urbanas (Idem, p. 189).

Nas últimas duas décadas (2000-2020), tem havido um amplo debate entre os pesquisadores que dedicam estudos acerca das cidades médias – principalmente aqueles vinculados a ReCiMe² – quanto à definição de um conceito ou noção que possa, numa perspectiva teórico-metodológica, conduzir a um melhor entendimento da temática. Tais pesquisadores têm apresentado importantes contribuições teórico-metodológicas e empíricas, além de orientar trabalhos acadêmicos (sobretudo, dissertação e teses), que abordam o tema das cidades médias e suas especificidades (econômicas, políticas, culturais, ambientais, etc.).

² “Trata-se da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, que se constituiu de modo mais completo durante os trabalhos financiados com recursos do Prosul/CNPq, que reuniu, durante o ano de 2006, alguns pesquisadores argentinos, brasileiros e chilenos, interessados no tema” (SPOSITO et al, 2007, p. 53). Entre os pesquisadores brasileiros que integram a ReCiMe e que forneceram subsídios teórico-metodológicos para o entendimento da temática nesta tese, destacam-se: Maria L. CASTELLO BRANCO (IBGE), Roberto Lobato CORRÊA (UFRJ), Denise ELIAS (UECE), Doralice Sátyro MAIA (UFPB), Renato PEQUENO (UFC), Beatriz M^a Soares PONTES (UFRN), Beatriz Ribeiro SOARES (UFU), Eliseu Savério SPOSITO (Unesp) e Maria Encarnação B. SPOSITO (Unesp). Ver: <www.recime.org.br>.

Segundo Castello Branco (2006), nos estudos sobre cidades médias, indicadores como: tamanho populacional, tamanho econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida, têm sido utilizados por boa parte dos pesquisadores. Corrêa (2007a) acrescenta que as funções urbanas, a organização do espaço intraurbano e o tamanho demográfico, considerados conjuntamente, também se configuram como elementos fundamentais para a apreensão dos papéis desempenhados pelas cidades médias. Elias (2003a, 2007), Elias e Pequeno (2005, 2006) enfatizam o papel da agricultura científica na produção do espaço e ampliação das desigualdades socioespaciais nas cidades médias inseridas nas “Regiões Produtivas Agrícolas” (ELIAS, 2011).

Nas Regiões Produtivas Agrícolas, a difusão das diferenciações e das desigualdades socioespaciais pode ser vislumbrada através do: crescimento da produção de commodities em detrimento da agricultura de subsistência; aumento dos espaços para instalação de empresas agrícolas e redução no número de agricultores familiares; uso mais intensivo de máquinas e defensivos agrícolas; ampliação do uso privativo dos recursos hídricos; acirramento do mercado de terras; especialização produtiva para o atendimento das demandas do agronegócio globalizado; especialização do trabalho agropecuário e ao mesmo tempo ampliação do volume de trabalho avulso, etc.

O processo de reestruturação produtiva também produz reflexibilidade no espaço urbano (rede urbana e espaço intraurbano), a mais importante é a reestruturação do espaço, difundindo também, as diferenciações e desigualdades socioespaciais através de: maior atração populacional para as cidades onde se instalam as bases produtivas; aumento da demanda por espaços do habitar e conseqüentemente dos preços do solo urbano; aumento da segregação socioespacial urbana; expansão das zonas periféricas da cidade; aumento da demanda por infraestrutura (transporte, saneamento, lazer); disputas locacionais entre cidades da mesma rede para instalação de instituições de serviços públicos; ampliação de dependência das pequenas cidades por bens e serviços derivados das cidades médias, etc.

Algumas cidades médias brasileiras, entre as quais Juazeiro e Petrolina, cuja reestruturação do espaço é fruto da expansão em seus territórios da agricultura técnico-científica alicerçada na produção de commodities (frutas

frescas, soja, milho, algodão) para o mercado globalizado, são tipificadas por Elias como (2003a, 2003b, 2007, 2015) “cidades do agronegócio globalizado”.

A intensificação do processo de globalização, aliada as mudanças na reorganização dos espaços produtivos mundiais têm levado governos, instituições e pesquisadores a repensar o papel das cidades e das regiões. Neste novo contexto, as cidades se configurariam como aglomerações nodais especializadas, parte de um sistema multiestratificado de pontos nodais, cujas formas e funções são variáveis tanto no tempo como nos lugares (LIMONAD, 1999). Conforme assevera Limonad (1999, p. 86):

Estes movimentos conjugados às lógicas [dos agentes hegemônicos] e o desenvolvimento do meio técnico-científico, tendem a gerar uma exclusão social e espacial [...] e uma fragmentação do espaço que se expressa em uma diferenciação e especialização dos lugares [...].

No atual contexto da globalização, os processos de reestruturação espacial e produtiva vêm sendo concatenados pela revolução tecnológica, tendo como resultante, a transformação do meio técnico em meio técnico-científico-informacional. De acordo com Silveira (2002, p. 12), a globalização pode:

[...] ser vista como um período que se caracteriza, entre outros aspectos, pela incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia e informação, pela aceleração das trocas, pela antecedência do trabalho intelectual ao material, pela rigidez de imperativos organizacionais [...], pela profusão de um discurso de uma modernização inelutável. Estes processos criam um novo espaço geográfico — o meio técnico-científico-informacional (Santos, 1985; 1996) — que termina por induzir a localização de novas infraestruturas e a imposição de novas formas de regulação.

Para Santos (1996) a relação da sociedade com a natureza, evoluiu através dos tempos, mediada pelas técnicas, portanto, conhecer os sistemas técnicos é importante para a compreensão do funcionamento dos territórios e sua dinâmica socioespacial. De acordo com o referido autor, no chamado meio natural, a natureza era a base material da existência da sociedade, usada sem grandes transformações. As redes existentes serviam a uma pequena vida de relações, circunscritas ao lugar e seu entorno. Com a transição para o meio técnico, a materialidade do espaço tornou-se crescentemente artificializada, esse, passa a se distinguir em face de sua densidade de substituição dos objetos

naturais em objetos técnicos. Com a ampliação do excedente, uma maior divisão do trabalho e o aumento da esfera do comércio, criam-se novas relações entre as sociedades, os avanços técnicos redimensionaram as distâncias, organizando o tempo e o espaço. O processo de evolução da sociedade concatenado com o avanço das técnicas (ciência, tecnologia e informação), transformou o meio técnico em meio-técnico-científico-informacional. O meio-técnico-científico informacional caracteriza-se pela interação entre a ciência e a técnica. Os objetos técnicos tendem a ser também informacionais, promovendo a unicidade técnica e a aceleração tempo-espaço (SANTOS, 1985, 1994, 1996).

Temos de um lado um novo sistema técnico hegemônico, e, de outro, um novo sistema social hegemônico [...]. O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 1994, p. 44-45).

As transformações socioespaciais pelas quais vêm passando o território brasileiro no período técnico-científico-informacional estão imbricadas com a divisão territorial do trabalho nas diversas escalas e têm rebatimento na reestruturação do espaço, impulsionando a diferenciação e a desigualdade socioespacial, sobretudo, nas escalas interurbana e intraurbana.

Na escala regional, pode-se inferir que, a partir da década de 1970 o Nordeste brasileiro passou por significativas transformações em sua dinâmica socioespacial dirigida, principalmente, por políticas de ordenamento territorial (CARVALHO, 1987; MORAES, 2005), que tiveram como resultante a reestruturação do processo de produção do espaço urbano das cidades médias, refletindo em mudanças significativas das funções e morfologia urbana das mesmas, inserção desses espaços nos circuitos da dinâmica capitalista global e, reestruturação da rede urbana, criando novas relações de verticalidade e horizontalidade. De acordo com Santos (1994, p. 52), “[...] como resultado da globalização, o próprio espaço se converte num dado da regulação, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação)”.

A horizontalidade é caracterizada pela contiguidade espacial, resultando numa solidariedade orgânica. Na horizontalidade, a solidariedade entre os

elementos formadores deve-se, sobretudo, ao processo direto da produção. Enquanto que a verticalidade é composta por pontos descontínuos, mas, não desconexos, que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, concatenado pelas etapas da produção (circulação, produção e consumo) gerando uma solidariedade organizacional. Na verticalidade, a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e de sua regulação (SANTOS, 1996, 1999, 2000).

No contexto do Sertão do São Francisco³ as cidades de Juazeiro (BA) e de Petrolina (PE) em suas formações socioespaciais (SANTOS, 1977, 1999), já se sobressaiam, devido a diversos processos e práticas espaciais (CORRÊA, 1992, 2007b), como cidades-polo regional (IBGE, 2008) ou cidades médias (RECIME)⁴. Porém, a partir da década de 1970 ações capitaneadas principalmente pelo Governo federal, resultaram na inserção de modernos sistemas de objetos técnicos (SANTOS, 1994, 1996) no território do Sertão do São Francisco, especialmente associados: aos transportes e comunicações (abertura e pavimentação de rodovias estaduais e federais, reformulação e ampliação do aeroporto); à eletrificação (construção e implantação da barragem e usina hidrelétrica do Sobradinho-BA); e a modernização agrícola (instalação dos perímetros públicos de irrigação), com a conseqüente difusão do agronegócio globalizado (ELIAS, 2003a; SANTOS, 2000).

Esses eventos e processos espaciais promoveram a reestruturação do território e cooperaram para que Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) ampliassem suas

³ O termo foi apropriado do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, que o utiliza de maneira homônima para regionalizar um território que abrange municípios do Estado da Bahia (Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá) e de Pernambuco (Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista). (BRASIL, 2016). Também, as instituições de pesquisa e planejamento dos estados da Bahia (SEI) e de Pernambuco (AD Diper) utilizam-se, para fins de regionalização e direcionamento de políticas públicas urbano-regionais em seus territórios o termo “Sertão do São Francisco”. De acordo com a SEI (2018, n. p.) “A adoção [desta regionalização] como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustado conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões [...]”. Conforme assinala a AD Diper (2018, n. p.), “Esta divisão [regional] é estratégica para a aplicação de políticas públicas e tem apresentado resultados satisfatórios, também, para a iniciativa privada, pois cada área possui suas distintas e diversificadas vocações econômicas e boa parte das condições necessárias para a instalação e sucesso de negócios”.

⁴ Optou-se aqui por não indicar um autor ou data específica, por entender que o conjunto das pesquisas realizadas pela ReCiMe, em grande parte, contempla abordagens que ajudaram a contextualizar as cidades de Juazeiro e de Petrolina como cidades médias, conforme capítulo específico apresentado nesta tese.

participações na dinâmica da economia regional e nacional, passando a ser vislumbradas como novos espaços luminosos (SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2006) do território brasileiro.

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 264).

No entanto, é preciso relativizar quanto à categorização de algumas cidades médias brasileiras, como espaços luminosos. No caso das que compõem o Sertão do São Francisco (Juazeiro e Petrolina), pode-se dizer que tal luminosidade espacial, tem abrangência local, regional e, possivelmente, nacional se for considerada sua especialização produtiva (SANTOS, 1997) - commodities para o mercado globalizado (frutas frescas) – visto que, tal arranjo produtivo assim como a maioria das Regiões Produtivas Agrícolas, representa “[...] um lugar funcional do agronegócio globalizado, meras regiões do fazer [SANTOS, 1996, 2000], com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas”. (ELIAS, 2011, p. 157). Alguns centros de comando dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, encontram-se em lugares longínquos das Regiões Produtivas Agrícolas, ou seja, em grandes centros urbanos nacionais e internacionais.

Os diversos eventos e processos que têm cooperado para a reestruturação produtiva do Sertão do São Francisco e conseqüentemente, para a reestruturação urbana de suas cidades-polo, têm sido dinamizados, sobretudo, pelas relações verticalizadas que vêm sendo estabelecidas na região através do agronegócio globalizado, em detrimento das relações horizontalizadas entre os espaços que compõem o território.

A difusão do agronegócio globalizado tem promovido, de certa maneira, a hegemonização das verticalidades sobre as horizontalidades, levando a região, conseqüentemente, à transposição da solidariedade orgânica (localmente tecida) para uma solidariedade organizacional, comandada pelos agentes exógenos (ELIAS, 2006). Tal processo vem corroborando com a ampliação das diferenciações e desigualdades socioespaciais.

Recortes espaço-temporais

Nesta tese, tomou-se como objeto de análise as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)⁵ que territorialmente estão inseridas na Zona Semiárida da região Nordeste do Brasil, mais precisamente, no Território Sertão do São Francisco (mapa 1), onde exercem a função de cidades-polo regional, configurando-se como nós da rede urbana do Nordeste e do Brasil (CASTELLO BRANCO, 2007; CORRÊA, 1989, 2006; IBGE, 2008).

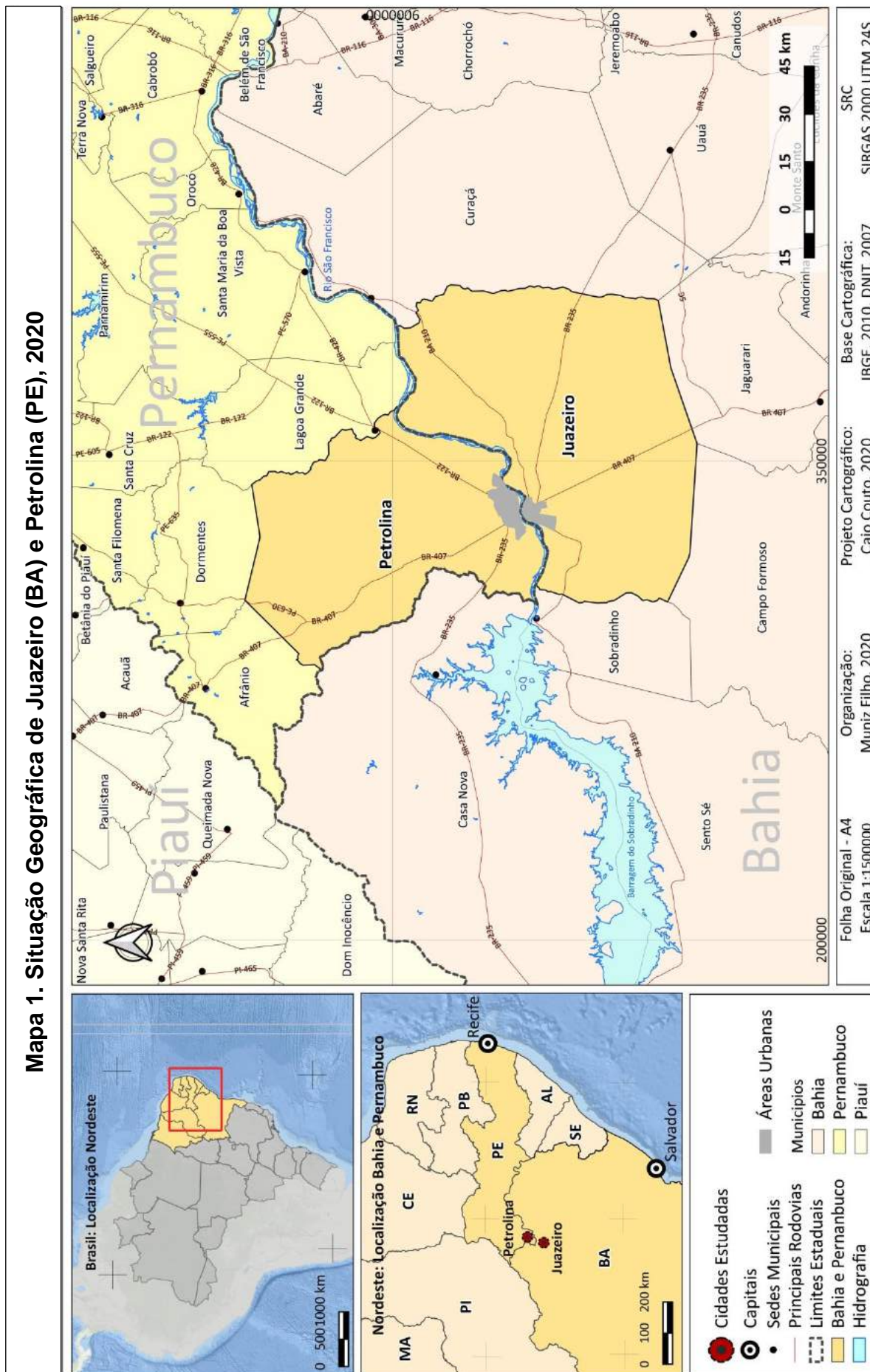
Buscou-se através de estudo comparativo, tendo como parâmetros os processos de formação socioespacial e de estruturação e reestruturação interurbana e intraurbana de Juazeiro e Petrolina, identificar eventos, objetos e ações, agentes e processos responsáveis pela reprodução destes espaços, e compreender como esses (agentes e processos), considerando as temporalidade e espacialidades, influenciam na difusão da desigualdade e da diferenciação socioespacial urbana destas cidades médias nordestinas. Conforme assevera Sposito (2016, p. 47):

Partindo do reconhecimento de que o particular é a unidade entre o singular e o geral, é que o estudo das cidades de um estrato da rede urbana, por meio do procedimento da comparação, tem potencial para oferecer pistas à compreensão daquilo que é universal no processo de urbanização contemporâneo.

Para Sposito (2016) a comparação entre cidades médias revelando suas particularidades na rede urbana brasileira, pode contribuir para a formulação de hipóteses e generalizações que auxiliem na compreensão da urbanização latino-americana, reconhecendo suas semelhanças e singularidades.

⁵ Vale salientar, que no Brasil existem diversas cidades homônimas. No caso específico de Juazeiro são quatro: Juazeiro (BA), Juazeiro do Norte (CE), Juazeiro do Piauí (PI) e Juazeirinho (PB). Em relação à Petrolina, são duas cidades homônimas: Petrolina (PE) e Petrolina de Goiás (GO). Nesta tese, os objetos de pesquisa são as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), inseridas no Sertão do São Francisco (BA/PE). Portanto, a fim de que não haja dúvidas sobre as cidades analisadas, estas, preferencialmente, serão doravante aqui nominadas apenas como Juazeiro e Petrolina.

Mapa 1. Situação Geográfica de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020



De acordo com Santos (2004a), para a compreensão de qualquer situação (socioespacial) se faz necessária uma abordagem espaço-temporal. O mesmo assevera: “empirizamos o tempo tornando-o material, e desse modo assimilamos o espaço, que não existe sem a materialidade” (SANTOS, 1994, p. 42). Ao discutir a inter-relação espaço-tempo, o referido autor preconiza que a temporalidade e a espacialidade estão vinculadas à concepção de espaço como uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2004a, 2004b). Conforme Corrêa (2019) a temporalidade está correlacionada ao movimento (processo), resultando em produção, enquanto que a espacialidade esta atrelada a pausa (forma), implicando em organização. Corrêa (2019, p. 294) assinala:

Temporalidade e espacialidade, isto é, tempo e espaço, estão fortemente interconectados. Assim, o processo de criação manifesta-se em localizações diferenciadas, em diversas escalas, em vários arranjos espaciais e complexas interações espaciais.

Temporalidade e espacialidade são as representações contínuas de tempos pretéritos (formação socioespacial, rugosidades) e tempos presentes (modernidade, rupturas), alavancadas pela refuncionalização da sociedade e, conseqüentemente, do espaço. Na relação espaço-tempo, a técnica desempenha importante papel, visto que a mesma impõe ritmos diferenciados de produção e uso do espaço. Para Santos (2004b) a atualidade do espaço é a reflexibilidade de momentos passados, cristalizados como objetos atuais (formas-objeto). O tempo passa, mas, suas marcas ficam no espaço como rupturas ou como rugosidades. “Não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e as novas ações criam um espaço inteiramente novo e com grande participação na globalização”. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 271).

Foram estabelecidos dois recortes espaço-temporais, o qual adverte-se não devem ser vistos ou entendidos de maneira fragmentada, desarticulada ou até mesmo como simples cronologia histórica (apesar da importância da mesma). Tais recortes foram importantes para compreensão tanto do processo de formação socioespacial, como das dinâmicas (espacialidade e temporalidade) que caracterizam esses espaços (rede urbana e espaço intraurbano) no período técnico-científico-informacional.

O primeiro recorte espaço-temporal compreende o período entre o final do século XVII até a primeira metade da década de 1970 que corresponde ao início do processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco e de estruturação do espaço urbano de Juazeiro e de Petrolina. Conforme assevera Santos (1977, p. 81-82):

[...] a categoria de Formação Econômica e Social parece-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

O referido autor salienta ainda que é preciso inserir a categoria espaço no processo de formação econômica e social, uma vez que, o processo formador do espaço é o mesmo da formação econômica e social, e que a base da formação econômica é a produção. Ou seja, “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2004a, p. 202).

O segundo recorte espaço-temporal compreende o período que, grosso modo, tem início na década de 1970 chegando à década de 2020. Esse período corresponde ao momento em que o “Estado como aparelho territorial e agente da socialização espacial das relações de produção” (LOJKINE, 1997, p. 113), interveio de maneira mais direta no território do Sertão do São Francisco, através de políticas de ordenamento do território, que teve como principal viés a instalação dos perímetros públicos de irrigação, com vistas a atender as demandas da produção agrícola globalizada, sobretudo, das *commodities* de frutas. Conforme assinalam Elias e Pequeno (2005, p. 19):

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, contribuindo para uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano.

A partir da formação socioespacial é possível recorrer a outras categorias de análise, tais como: rugosidade, ruptura, temporalidade, espacialidade, para apreensão dos papéis dos diversos agentes (hegemônicos e hegemonzados) na produção e reprodução do espaço.

Portanto, compreender como ocorreu o processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco, e como a inserção de novos objetos técnicos nesse território pode ter se configurado como um importante elemento de ruptura das relações socioespaciais e de produção do espaço, nas escalas interurbana e intraurbana, apresentou-se, do ponto de vista teórico-metodológico, um importante viés para a apreensão dos processos geradores das diferenciações e desigualdades socioespaciais entre as cidades de Juazeiro e de Petrolina. Corrêa (2019, p. 288) assevera:

A formação social é expressão de um dado tempo histórico espacializado que envolve o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, mas é preciso considerar no âmbito de cada formação social a singularidade de cada lugar, favorável ou não à criação por parte dos agentes sociais. [...] Processos e formas exibem um limite no tempo no que tange a sua existência e reprodução. Assim transformam-se, gerando outras formas, ou desaparecem.

Tomando como parâmetro, a produção do espaço urbano e os agentes e processos responsáveis pelas diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas, partiu-se da constatação que as cidades de Juazeiro e Petrolina apresentam determinadas particularidades (demográficas, econômicas, políticas e socioespaciais) com as quais é possível caracterizá-las como cidades médias. Porém, mesmo possuindo certas semelhanças quanto ao processo de formação socioespacial, à situação geográfica (Sertão do São Francisco), e as atividades produtivas desenvolvidas em seus territórios (comércio, serviços e agricultura técnico-científica), há indicativos de que agentes e processos (políticos, sociais e econômicos) têm influenciado no diferencial e desigual dinamismo socioespacial urbano por elas apresentado, sobretudo, no período técnico-científico-informacional.

Hipótese

Os procedimentos para elaboração desta pesquisa, que resultaram em sistematizações e análises do objeto de estudo aqui proposto, conduziram à defesa da seguinte tese:

Particularidades no processo de estruturação e reestruturação da rede urbana nordestina e das cidades de Juazeiro e de Petrolina em sua formação

socioespacial, concatenadas por técnicas, objetos e ações, geraram nesses espaços, temporalidades e espacialidades desiguais e diferenciadas. No atual contexto da globalização, vêm ocorrendo transformações significativas na produção e reprodução dessas cidades médias nordestinas, sobretudo, pela transição que ocorreu em seus territórios, que passaram do meio técnico - que, com a chegada do vapor e do trem, tiveram ampliada a dinâmica dos fluxos - para o meio técnico-científico-informacional, engendrada, entre outros processos, pela inserção da agricultura técnico-científica. No entanto, pode-se inferir que, não obstante o Sertão do São Francisco ter vivenciado intenso processo de reestruturação produtiva da agropecuária no atual período técnico-científico-informacional, processo que se desvela, sobretudo, na reestruturação do espaço urbano das cidades de Juazeiro e Petrolina (polos regionais), a manutenção de certas rugosidades (políticas, econômicas e sociais) tem contribuído para a reprodução e aprofundamento das diferenciações e desigualdades socioespaciais nas escalas interurbana e intraurbana.

Questões e Objetivos da Tese

A questão norteadora para compreensão dos processos supramencionados desta tese foi: Quais agentes e processos espaciais têm influenciado na dinâmica socioespacial urbana de Juazeiro e de Petrolina, quais são os papéis desses (agentes e processos) e, quais fatores têm corroborado para a difusão da diferenciação e desigualdade socioespacial nas escalas da rede urbana e das cidades?

Para que se atingisse uma compreensão mais ampliada da temática proposta, considerou também imprescindível a busca de respostas a outras questões mais específicas: a) Como ocorreu o processo de formação socioespacial de Juazeiro e de Petrolina e, quais foram os principais eventos responsáveis por suas temporalidades e espacialidades? b) Como a dinâmica socioespacial urbana de Juazeiro e de Petrolina tem contribuído para a ampliação das desigualdades socioespaciais urbana e, para as diferenciações socioespaciais entre as cidades?

Esta tese de doutorado objetivou, numa perspectiva mais ampla, a partir de um estudo comparativo, compreender porque as cidades de Juazeiro e de

Petrolina, formadas num mesmo processo de temporalidade (século XIX) e espacialidade (Sertão do São Francisco), separadas fisicamente por um curso d'água (Rio São Francisco) e politicamente por uma fronteira interestadual, apresentam diferenciações e desigualdades socioespaciais refletidas nas diferentes dinâmicas urbanas por elas apresentadas.

Para o alcance das metas da tese foram traçados, especificamente, alguns objetivos. Inicialmente, foi realizada a análise e contextualização dos principais eventos e processos responsáveis pela formação socioespacial do Sertão do São Francisco, tendo como finalidade compreender como esses eventos, agentes e processos, mediados pelas técnicas, influenciaram no processo de estruturação e reestruturação urbana de Juazeiro e de Petrolina. Em seguida, tomando como parâmetro as abordagens realizadas pelos pesquisadores da ReCiMe, intentou-se compreender os papéis e a importância de Juazeiro e de Petrolina na rede urbana do Nordeste brasileiro, a fim de contextualizá-las e qualificá-las como cidades médias. Por fim, buscou-se identificar os agentes e os processos responsáveis pela dinâmica urbana de Juazeiro e de Petrolina, a fim de compreender quais os papéis desempenhados pelos mesmos e como se reflete na difusão das diferenciações e desigualdades socioespaciais apresentadas nas escalas interurbana e intraurbana.

Procedimentos teórico-metodológicos

A proposta de um estudo comparativo foi fundamental para a compreensão dessas realidades particulares, bem como do que se pode entender como cidade média na Região Nordeste que, embora apresente similaridades com outras cidades de outras regiões brasileiras, apresenta diversidades e, ao mesmo tempo, particularidades. Conforme assevera Sposito (2016, p. 45), “[...] comparar trajetórias de diferentes cidades do mesmo porte e/ou de portes diferentes, no mesmo tempo, pode contribuir para desvendar os processos que lhes estão subjacentes”.

Ao destacar a importância das pesquisas acerca das cidades médias nordestinas, Pontes (2006, p. 336) assinala que: “em relação às cidades médias, sentimos, claramente, que tais aglomerações estão fadadas a novos papéis no âmbito da rede urbana nordestina, havendo, portanto, a necessidade de estudá-

las com maior profundidade”. Em estudo apresentado por Maia (2010), a autora faz uma análise de pesquisas acerca das cidades médias, abordando desde estudos clássicos sobre a urbanização brasileira, passando por outros que tratam do papel das cidades pequenas e médias, destacando a necessidade de compreensão das mesmas a partir de suas particularidades e singularidades. Rodrigues (2015, p. 30) destaca que:

O método comparativo nos estudos geográficos constitui estratégia de pesquisa importante à medida que permite reagrupar fatos aparentemente dissociados, estabelecer mediações no sentido de pensar a relação entre o todo e a parte, entre a unidade e a diversidade, de maneira a se compreender a relação entre produção de espaços da diferença e de espaços da semelhança.

Considerando a abrangência desta pesquisa, que teve como objeto de análise empírica as cidades de Juazeiro e de Petrolina, cujo processo de formação socioespacial apresenta similaridades, deu-se enfoque as dimensões: econômica, social e política, por entender que tais dimensões se interconectam e são indissociáveis quando se pretende analisar/compreender de que maneira os agentes e processos têm influenciado na dinâmica socioespacial das cidades pesquisadas.

Nesta tese buscou-se articular as seguintes abordagens teórico-metodológicas: formação socioespacial, desigualdade e diferenciação socioespacial, cidades médias, reestruturação urbana e reestruturação produtiva, que se constituíram em enfoques basilares para a compreensão da temática aqui desenvolvida. A utilização destes conceitos e temas permitiu apreender como os objetos e ações - concatenados pelas técnicas - influenciaram na dinâmica socioespacial das cidades pesquisadas (considerando suas temporalidades e espacialidades) se constituindo em rupturas e/ou rugosidades (econômicas, sociais e políticas) que se desvelaram em diferenciação e desigualdade socioespacial urbana.

Como aporte teórico-metodológico acerca da formação socioespacial, utilizou-se das abordagens de Santos (1977, 1999, 2004a), para quem, a formação socioespacial refere-se à formação de uma sociedade específica, historicamente determinada. A formação socioespacial ocorre num espaço particular, distinguindo-se do modo de produção que ocorre no espaço geral.

Também cooperaram para o entendimento da formação socioespacial, Moraes (2000, 2001), e Santos e Silveira (2006) que a discute a partir do processo de ocupação territorial do Brasil e seus rebatimentos no atual período técnico-científico-informacional.

As abordagens a respeito das desigualdades e diferenciações socioespaciais, tiveram como embasamento as proposições de Bessa (2004, 2010a, 2010b), Carlos (2007, 2015), Corrêa (2007b, 2014, 2016), Elias e Pequeno (2005, 2007, 2015), Harvey (2004), Santos (1999), Soja (1993) e Sposito (2007, 2014a, 2014b) para os quais, o tema da desigualdade e da diferenciação socioespacial se apresenta como desdobramentos da produção desigual do espaço em suas diversas escalas.

A concepção geral de desenvolvimento desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares. (HARVEY, 2004, p. 112).

Considerando as possibilidades de análise das diferenciações socioespaciais de maneira distinta entre as escalas da rede urbana e do espaço intraurbano, Corrêa (2007b) identifica determinados temas que seriam próprios a cada escala, como por exemplo, na escala da rede urbana: gênese e dinâmica das cidades; transformação/cristalização funcional, ou “inércia dinâmica⁶”; tamanho demográfico; interações espaciais. E, na escala intraurbana: localização espacial das atividades econômicas; divisão econômica do espaço; interações espaciais; e processo de urbanização.

Quanto às cidades médias, os principais autores que cooperaram para o entendimento da temática foram: Castello Branco (2006); Corrêa (2007a); Maia (2010); Oliveira e Soares (2014); Pontes (2006); e Sposito (2006, 2007, 2010, 2014a), todos vinculados à ReCiMe e que, não de maneira homogênea, se baseiam em critérios como tamanho populacional, centralidade urbana,

⁶ “Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por **inércia dinâmica** queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais”. (SANTOS, 2004a, p. 185, grifos do autor).

produção do espaço e atividades produtivas como parâmetros para apreensão conceitual do que seriam cidades médias no Brasil.

Para compreensão da reestruturação urbana e também da reestruturação produtiva da agropecuária e do agronegócio, os autores que cooperaram para fundamentar as abordagens nesta pesquisa sobre tais concepções, foram: Carlos (2015); Elias (2003a, 2003b, 2006, 2007, 2015); Elias e Pequeno (2005, 2006, 2015); Lefebvre (2002); Limonad (1999); Lojkine (1997); Pontes (2006); Soja (1993); e Sposito (2007, 2010, 2018). Conforme assevera Soja (1993, p. 194):

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são pré-determinados. [...] ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa irresoluta entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente.

Analísaram-se algumas publicações específicas sobre o Sertão do São do São Francisco e as cidades de Juazeiro e Petrolina, com vistas à apreensão do processo de formação socioespacial destes territórios. Entre os autores pesquisados, listam-se: Britto (1995); Carvalho (1987); Chilcote (1990); Garcez e Sena (1992); Lopes (1997); Luna (2013); Padilha (1982); e Ribeiro (2005). Vale salientar que, a literatura a respeito da formação do Sertão do São Francisco, sobretudo, sobre o processo de formação socioespacial de Juazeiro, é mais abrangente que sobre Petrolina, o que pode ter como justificativa, o fato de Juazeiro ter sido em sua gênese, mais dinâmica que Petrolina.

Também foram realizadas consultas e análises de artigos científicos, trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e outras obras científicas (além dos autores supramencionados), cujas abordagens referiam-se, sobretudo, a temática da desigualdade e da diferenciação socioespacial em cidades médias.

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa privilegiou a problematização a partir de questionamentos, que levaram a uma melhor apreensão da temática proposta. Para concretização da tese, inicialmente foi realizada uma revisão da literatura acerca da temática proposta para a pesquisa, conforme supramencionado.

Fizeram-se coletas de dados secundários (principalmente nas instituições públicas), que se revelaram importantes no processo de construção e análise dos indicadores e variáveis (demográficas, econômicas, sociais) utilizadas na pesquisa.

Realizou-se apenas um levantamento de campo⁷, visando apreender melhor acerca dos espaços urbanos pesquisados. De acordo com Maia (2010, p. 39), “a pesquisa em campo é imprescindível: observar, conhecer e colher informações [...] é o melhor recurso metodológico se se quer ir além das informações genéricas”.

Mapeamento

Utilizou-se também de técnicas estatístico-cartográficas que possibilitaram o manuseio e a representação dos dados através da construção de mapas, tabelas, gráficos e quadros, que ajudaram a sistematizar, identificar e compreender as mudanças ou permanências ocorridas nas cidades pesquisadas.

Todos os mapas foram elaborados a partir de bases cartográficas cedidas: pelos municípios através de suas Secretarias de Desenvolvimento Urbano; pela Codevasf a partir de suas Superintendências Regionais (Juazeiro e Petrolina); e também adquiridas nas plataformas eletrônicas (banco de dados) do IBGE. Os arquivos, originalmente obtidos nas bases supracitadas, passaram por tratamentos específicos para que pudessem ser utilizados na confecção das representações cartográficas apresentados nesta tese. Alguns mapas, devido às suas especificidades, tiveram procedimentos metodológicos próprios no processo de elaboração, conforme descrito nos exemplos a seguir.

No “Mapa Distribuição espacial das principais atividades de comércio e serviços”, a localização dos empreendimentos indicados no mesmo, foi feita a partir de pesquisas no site de busca Google e no software Google Earth (entre janeiro e fevereiro de 2019). Além das coordenadas oferecidas pelo Google, também houve a checagem da localização atual de cada empreendimento, a

⁷ A intenção era que ocorressem duas visitas de campo. Porém, devido à crise na saúde pública do país, provocada pela pandemia da Covid-19 não foi possível o cumprimento de tal meta, assim como, a realização de entrevistas.

partir dos seus respectivos sites oficiais, assim como a conferência de todos em listas telefônicas online no Guia Mais. Especialmente para a categoria de Universidades e Institutos Federais, foi consultado o site *e-mec* (Ministério da Educação), para validação das informações obtidas sobre a localização das Instituições de Ensino Superior nas cidades de Juazeiro e Petrolina.

Para o “Mapa Espaços de Diferenciação Socioespacial intraurbana por distribuição de renda”, além da base cartográfica municipal, fez-se necessário a aquisição dos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). Aplicou-se uma fórmula que resultou no rendimento médio dos domicílios em cada setor censitário de Juazeiro e de Petrolina. Para calcular o rendimento médio dos domicílios em salários mínimos o resultado da aplicação da fórmula foi dividido por R\$ 510,00 (salário mínimo vigente em 2010). Por fim, para calcular a renda média em salários mínimos dos domicílios por bairro, retirou-se a média dos rendimentos dos setores censitários pertencentes aos bairros. Esse procedimento metodológico foi aplicado para todos os bairros de Juazeiro e Petrolina.

Quanto ao “Mapa Espaços de Diferenciação Socioespacial intraurbana por condições de vida”, para sua elaboração, apresentação e análise dos dados, utilizou-se a pesquisa sobre a “tipologia intraurbana nas concentrações urbanas do Brasil” (IBGE, 2017a). É importante salientar que, apesar do estudo do IBGE ter sido publicado em 2017, as variáveis utilizadas para sua elaboração basearam-se nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). Portanto, justifica-se a apresentação do mapa, referindo-o a 2010 e não a 2017.

Faz-se necessário um esclarecimento em relação aos dois últimos mapas:

- a) Espaços de diferenciação socioespacial intraurbana por distribuição de renda;
- e b) Espaços de diferenciação socioespacial intraurbana por condições de vida.

Considerando que os dados utilizados para elaboração destes se basearam no Censo Demográfico - 2010, os mesmos podem não representar fidedignamente a realidade atual, visto que não foi possível atualizar os dados para o ano 2020, pois, desde a última década (2010) não foram realizadas, oficialmente, no Brasil, macro pesquisas demográficas como as relativas ao Censo Demográfico.

Estruturação da Tese

Além desta parte introdutória, esta tese é composta por mais quatro capítulos com suas respectivas subdivisões, e a conclusão. Na Introdução, foram estabelecidos os constructos da tese traçando algumas abordagens teórico-metodológicas, explicitando o tema, os objetivos, as questões norteadoras e a hipótese que justificaram a elaboração e apresentação da mesma.

No primeiro capítulo, “Formação socioespacial do Sertão do São Francisco – gênese de Juazeiro e de Petrolina: eventos, temporalidades e espacialidades” que teve como recorte espaço-temporal o período entre o final do século XVII até a primeira metade da década de 1970, buscou-se discorrer sobre quais foram os eventos, agentes e processos que concatenados por objetos e ações, forjaram o território do Sertão do São Francisco originando, entre outros espaços, as cidades de Juazeiro e de Petrolina.

O segundo capítulo, “Abordagens sobre as concepções de Cidades Médias no Brasil: desafios para sua apreensão” traça um panorama das principais abordagens, sobretudo, entre os pesquisadores brasileiros acerca da apreensão da noção de cidades médias, e tentou caracterizar e contextualizar Juazeiro e Petrolina enquanto tais (cidades médias), vislumbrando principalmente, seus papéis na rede urbana regional e nacional.

No terceiro capítulo, “Reestruturação produtiva da agropecuária do Sertão do São Francisco e a produção das diferenciações e desigualdades socioespaciais” objetivou-se demonstrar como a política pública de perímetros irrigados implantada no Sertão do São Francisco a partir da década de 1970, representou importante ruptura (econômica e de polarização espacial), mesmo com a manutenção de rugosidades (sociais e políticas), nas relações socioespaciais até então estabelecidas na região.

O quarto capítulo “Processos, práticas espaciais e a produção das desigualdades e diferenciações socioespaciais nas cidades médias do Sertão do São Francisco” teve como recorte espaço-temporal o período a partir da década de 1970 até a década de 2020. Neste capítulo, buscou-se discorrer sobre as principais transformações concernentes à reestruturação da produção e a reestruturação urbana nas duas cidades médias pesquisadas, sobretudo, no

período denominado de “técnico-científico-informacional”, e como tais rupturas ou rugosidades (econômicas, sociais e políticas) desvelam-se em desigualdades e diferenciações socioespaciais urbanas.

Na Conclusão, apresentou-se uma síntese geral das abordagens teórico-metodológicas discutidas ao longo da tese, buscando apontar caminhos e desdobramentos desta pesquisa, assim como, proposições para futuras investigações.

1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – GÊNESE DE JUAZEIRO E DE PETROLINA: EVENTOS, TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES

O **sertão** é comumente concebido como um **espaço para a expansão**, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento (MORAES, 2003, p. 3, grifos nosso).

Neste capítulo estuda-se a formação socioespacial do Sertão do São Francisco (mapa 2) com o objetivo de identificar os objetos e as ações que influenciaram tanto no processo de formação, quanto no de diferenciação socioespacial de Juazeiro e de Petrolina. Para tanto, foi elaborada uma periodização visando compreender, a partir das temporalidades e espacialidades, os papéis dos agentes e dos eventos responsáveis pela gênese e evolução das referidas cidades.

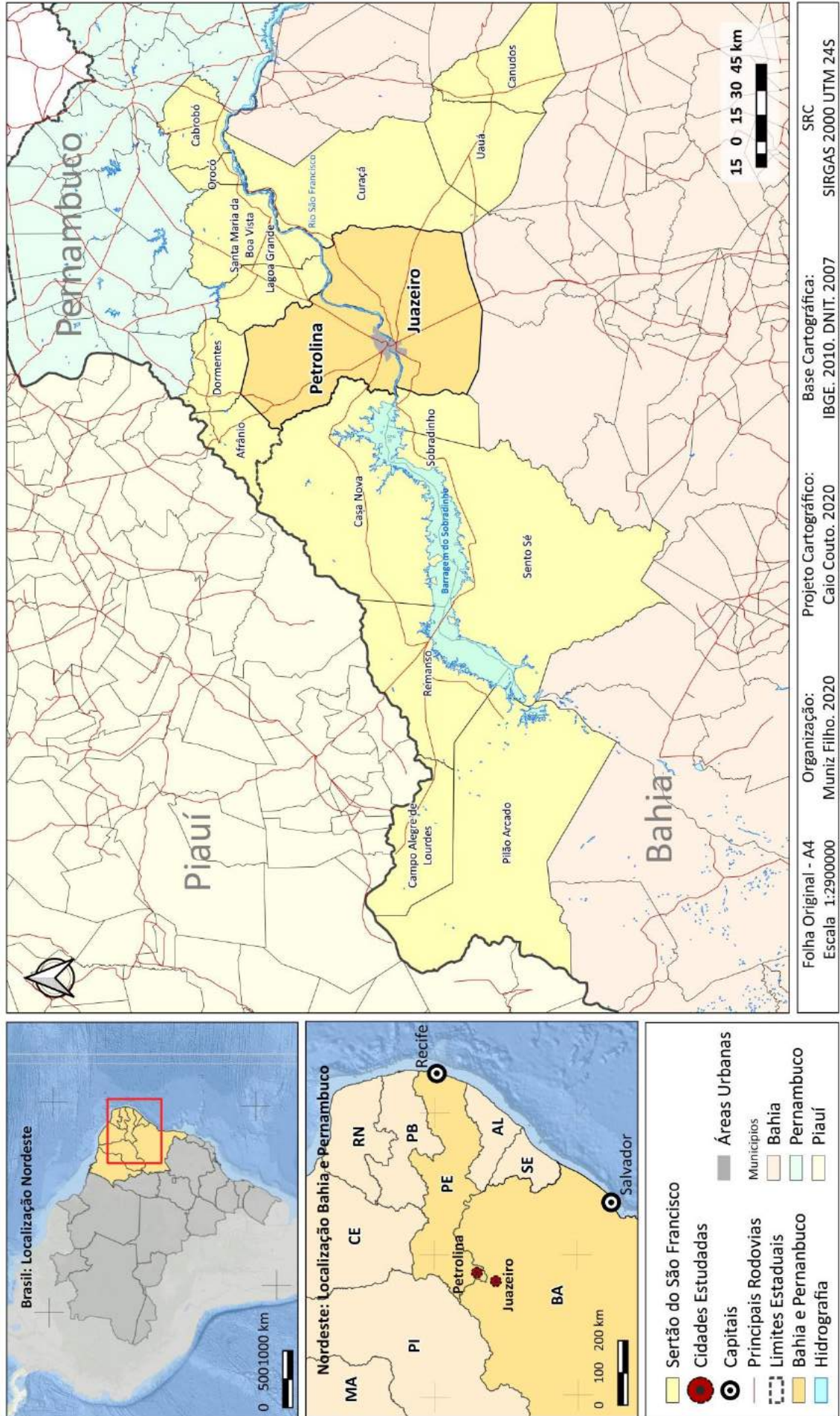
O processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco está plenamente imbricado com o processo de formação socioespacial do Brasil. Ou seja, como parte integrante do território brasileiro, sua apropriação se deu a partir da exploração colonial (1530-1822) ao qual o país foi submetido. Conforme salienta Moraes (2000, p. 264), “[...] qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. É na capacidade de se apropriar dos lugares e moldá-los conforme seus interesses, que se avalia o êxito ou fracasso dos empreendimentos coloniais”.

Diversos agentes foram responsáveis pelo processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco, entre os quais podemos citar os agentes hegemônicos representados por: sesmeiros (latifundiários); desbravadores (entradistas e bandeirantes)⁸; Missões religiosas (jesuítas e franciscanas). E os agentes hegemonzados (indígenas, negros e mestiços) que representavam os grupos subalternos⁹.

⁸ Quanto a esses agentes (entradistas e bandeirantes) cabe uma ressalva, “[...] apesar de terem promovido a abertura de caminhos, contribuíram extraordinariamente para o despovoamento do território deslocando os índios das áreas em que habitavam, provocando a morte de muitos [...]” (GARCEZ e SENA, 1992, p. 49).

⁹ De acordo com Galastri (2014), para Gramsci “os grupos subalternos são formados pelo conjunto das massas dominadas, mas sem possuir agregação de classe. Os grupos subalternos não estão necessariamente unificados em classes sociais, pois, para que isso ocorresse, deveriam possuir formações, agregados próprios que intervissem politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social” (GALASTRI, 2014, p. 36).

Mapa 2. Região do Sertão do São Francisco – Bahia e Pernambuco, 2020



Dos agentes hegemônicos responsáveis pela formação socioespacial do Sertão do São Francisco, entre os sesmeiros, se sobressaíram o morgado dos D'Ávila (Casa da Torre) e o morgado dos Guedes de Brito (Casa da Ponte). De acordo com Alveal (2012, p. 65) “Antônio Guedes de Brito recebera várias sesmarias, somente registradas nos Livros da Fazenda localizados em Salvador, mas nunca confirmadas pelo poder régio em Portugal [...]”. Conforme salienta Alveal (2012), as concessões de sesmarias a Guedes de Brito “foram registradas com a permissão do Secretário de Estado, Bernardo Vieira Ravasco” (Ibid., p. 66) que ocupou o referido posto por 57 anos, cargo que lhes garantiam poderes correlatos ao de Governador Geral do Brasil.

Os diversos estudos sobre a formação socioespacial do Sertão do São Francisco (ALVEAL, 2012; BRITTO, 1995; CALMON, 1983; MONIZ BANDEIRA, 2000) apontam que a relação entre os morgadios dos D'Ávila e dos Guedes de Brito sempre foi conflituosa, uma vez que ambos tinham os mesmos objetivos e traçavam estratégias similares, tais como: expropriação dos indígenas (aprisionamento ou extermínio), ocupação e posse de grandes faixas de terras (Sesmaria) visando à exploração dos recursos naturais (extrativismo) do território ou instalação de currais com vista à expansão da pecuária. Os conflitos ocorriam também entre as missões religiosas e os sesmeiros, tanto em relação à posse de terras, quanto à submissão dos nativos a seus domínios. Havia tanto interesses convergentes, quanto antagônicos entre os agentes hegemônicos responsáveis pela formação socioespacial do Sertão do São Francisco. Os conflitos resultantes desses embates eram mediados pela Coroa Portuguesa, conforme seus desideratos.

A família D'Ávila teve papel importante no processo de instalação territorial de Juazeiro e de Petrolina. O patriarca Garcia D'Ávila, chegou à Bahia em 1549 junto com o primeiro Governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, sendo nomeado feitor e almoxarife da Cidade do Salvador e da Alfândega. O mesmo recebeu da Coroa Portuguesa, terras por doação (na faixa litorânea) onde nelas ergueu sua imponente residência, a Casa da Torre (foto 1) que, durante quase três séculos foi símbolo de riqueza e poder do morgado¹⁰ da

¹⁰ Patrimônio vinculado que não podia ser vendido, dividido ou alienado e que era passado ao filho mais velho, por falecimento daquele que o possuía; morgadio (CASA DA TORRE, 2019).

família D'Ávila, que se estendeu por dez gerações. Mas, devido a diversas questões, entre as quais de ordem financeira e redução do poder da família, o morgadio da Casa da Torre, entrou em decadência a partir de meados do século XIX (1852)¹¹.

Foto 1. Castelo Garcia D'Ávila – Casa da Torre (Mata de São João-BA)



Fonte: Bahia Turismo, 2020.

Durante um longo período (1550-1852) os D'Ávila expandiram seu poderio latifundiário por extensas faixas de terras brasileiras deste o Litoral até o Sertão, incluindo o território do Sertão do São Francisco, local onde se encontram assentadas Juazeiro e Petrolina. Como aponta Ribeiro (2005, p. 20):

O segundo Garcia d'Ávila, filho de Francisco Dias d'Ávila, com o auxílio do tio, padre Antônio Pereira, continuou a tradição paterna e, nos anos de 1658 e 1659, conseguiu sesmarias ao longo do São Francisco, do sertão de Rodelas para cima até o alto São Francisco, inclusive terras do município de Juazeiro, levando a colonização muitas léguas ao longo do rio.

No referido território (Sertão do São Francisco), a partir da implantação de currais por parte dos D'Ávila, aprisionamento dos indígenas (Guaisquais, Galaches, Cariri e outros) e a catequização dos mesmos através das Missões religiosas, originaram-se os povoados Passagem do Joazeiro¹² que, com o passar dos tempos evoluíram às condições de vilas e, posteriormente, cidades.

¹¹ Em 1852 morre o Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (Senhor e Morgado da Torre). Como já havia sido extinto o regime de Morgadio no Brasil (1835), não houve sucessão do Morgado da Torre e nem de seus anexos, por não mais existirem os vínculos (CASA DA TORRE, 2019).

¹² Alguns autores (BRITTO, 1995; COELHO, 2007; LOPES, 1997; SAMPAIO, 1905) utilizam o topônimo **Joazeiro** ao referir-se ao lugar da gênese de Juazeiro e de Petrolina (Passagem do Joazeiro). Optou-se, também nesta tese, pela utilização da referida terminologia, a fim de fazer distinção entre o que foi Juazeiro em sua origem e a cidade na atualidade.

De acordo com Moraes (2000, p. 267-268), “[...] as vilas e cidades cumprem papel articulador básico em todas as regiões coloniais [...]. A atuação da Igreja Católica no processo colonizador também gera algumas formas de assentamentos peculiares”. Os aldeamentos e as missões são os principais exemplos da influência da Igreja na formação de aglomerados populacionais.

O aldeamento dos gentios¹³ realizado pelas missões religiosas teve papel importante para o surgimento de diversos núcleos urbanos em todo o território brasileiro. No Sertão do São Francisco, a instalação inicial das missões ocorreu em direção à montante do rio dando origem a povoados como Juazeiro, Petrolina, Sento Sé, Barra e outros. “A partir de mais ou menos 1650, missionários deram início à criação de missões na região do Submédio São Francisco. Não procuravam ouro e nem conquistavam terras. Caçavam almas ‘perdidas’” (LOPES, 1997, p. 37).

Na formação socioespacial do Sertão do São Francisco, o primeiro processo de desterritorialização ocorreu com os indígenas (de diversas etnias). De acordo com Haesbaert (2003, p. 18):

[...] associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente [...] as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilaceram os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias indenitárias.

A desterritorialização está relacionada à apropriação e ao domínio do espaço, especialmente, aos processos de exclusão socioespacial. Nesse contexto, as missões religiosas tiveram papel preponderante para o sucesso da expansão e apropriação portuguesa no território brasileiro. De acordo com Lopes (1997), os índios ao se integrarem aos aldeamentos das missões, mudavam seus hábitos, suas tradições culturais, passavam a ser outra coisa, que não sabiam o que era, uma vez que tinham que se adaptar a novas formas de convívio social. O que não significa dizer que a submissão dos “gentios”, ocorreu de maneira pacífica. Diversos conflitos foram registrados entre indígenas e

¹³ De acordo com o IBGE (2019a), o coletivo **gentio** foi utilizado pelos jesuítas para designar os grupos de indivíduos que não estavam ainda submetidos ao cristianismo, portanto, pagãos.

desbravadores, entre indígenas e missionários e até mesmos entre os próprios indígenas, estimulados pelos missionários ou coagidos pelos desbravadores¹⁴.

Os agrupamentos Quilombolas – representados principalmente por negros e mestiços – foram, o outro grupo subalterno que também viveu um intenso processo de territorialização e desterritorialização no Sertão do São Francisco. Quando o governo central ou os senhores de terras sabiam de sua localização, montavam operações para destitui-los. "Em 1719, por exemplo, o Governo da Bahia deu ordens para que fossem formadas entradas com a finalidade de destruir os mocambos que existiam desde Jacobina até o Rio São Francisco" (LOPES, 1997, p. 49). Tais expedições, também tinham como objetivo "limpar os trajetos das boiadas" (Ibid., p. 51).

As boiadas além do valor como mercadoria eram usadas como elemento de desterritorialização, uma vez que, utilizava-se de grandes áreas para o desenvolvimento da atividade pecuária. Outro evento importante para a constituição de núcleos populacionais no Sertão do São Francisco foi a instalação de currais, que deram origem a povoados como: Curaçá, Casa Nova, Remanso e Xique-xique.

A pecuária, apesar de ser considerada por muitos estudiosos uma atividade responsável pelo atraso das áreas onde ela predomina, no passado seu papel povoador foi inestimável. Ela abriu caminhos que se transformaram posteriormente em estrada de ferro e de rodagem [...]. Finalmente, a pecuária na sua marcha pelo sertão, difundiu a agricultura de subsistência, bem como as lavouras do algodão e do fumo, além dos pastos cultivados. (SILVA; LEÃO; SILVA, 1989, p. 90).

Diferentes estudos sobre o processo de expansão da pecuária para o Sertão do São Francisco apontam que diversos elementos de ordem político-econômico e natural contribuíram para o referido processo. Nas transferências das boiadas para o principal centro consumidor, que era representado por Salvador, algumas rotas foram testadas principalmente com o objetivo de minimizar a distância entre o Sertão e o Litoral. Por volta de 1680, a rota passou a ser realizada "por um caminho que atravessava o Rio São Francisco no local denominado Passagem do Joazeiro, passando pelas terras de Jacobina e daí

¹⁴ A denominação "desbravadores" é aqui utilizada de maneira genérica para incluir os indivíduos (entradistas, bandeirantes, senhores de terras, fazendeiros, procuradores, etc.) que foram impelidos para o Sertão do São Francisco com o propósito de exploração do território.

seguindo em linha quase reta para a capital da Bahia” (FREIRE, 1906, p. 39 *apud* LOPES, 1997, p. 53). Essa rota, que também era conhecida como “Estrada das Boiadas” pelo seu dinamismo representado pelo grande fluxo de animais e boiadeiros, colaborou para o surgimento de diversas aglomerações humanas (povoados, vilas e até mesmo cidades).

Alguns eventos foram responsáveis pela dinâmica dessa rota, entre os quais podemos destacar: as descobertas de ouro tanto em Minas Gerais no final do século XVII (1693), quanto em Jacobina no início do século XVIII e a expansão da pecuária em direção ao Piauí. Moraes (2001) destaca que houve uma relação direta entre a atividade mineradora e a expansão da pecuária no processo de formação territorial do Brasil, influenciando especialmente na instalação de uma rede de cidades.

Na última década do século XVII, ocorreu um fenômeno que foi fundamental para o processo da formação territorial, porque levou a uma interiorização maior da colonização: a descoberta do ouro. A mineração foi também uma atividade essencialmente urbanizadora; em qualquer lugar onde ela ocorria criava cidades. Em consequência, gerou a primeira rede de cidades do Brasil. [...] A demanda mineira foi responsável pelo avanço da pecuária [...] (MORAES, 2001, p. 112).

O declínio da atividade pecuária foi um dos fatores responsáveis pela estagnação da região por um longo período (fins do século XVIII até meados do século XIX). Tal declínio foi decorrente de questões como: baixa qualidade alimentícia das gramíneas; escassez de água; irregularidade de chuvas e altas temperaturas (características intrínsecas do semiárido); baixa qualidade técnica das raças criadas na região; distância dos centros consumidores; inexistência de transportes adequados para os rebanhos (ausência de objetos técnicos modernos como trens, navios e veículos automotores); concorrência com novas regiões produtoras (Centro-Sul do Brasil); e baixa produtividade e qualidade da carne produzida pelos rebanhos locais (GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997). A transferência da capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, também corroborou com a estagnação regional.

No entanto, não se pode desprezar que a pecuária teve papel primordial no processo de ocupação do Sertão do São Francisco e, conseqüentemente, na gênese de Juazeiro e de Petrolina. De acordo com Garcez e Sena (1992), o

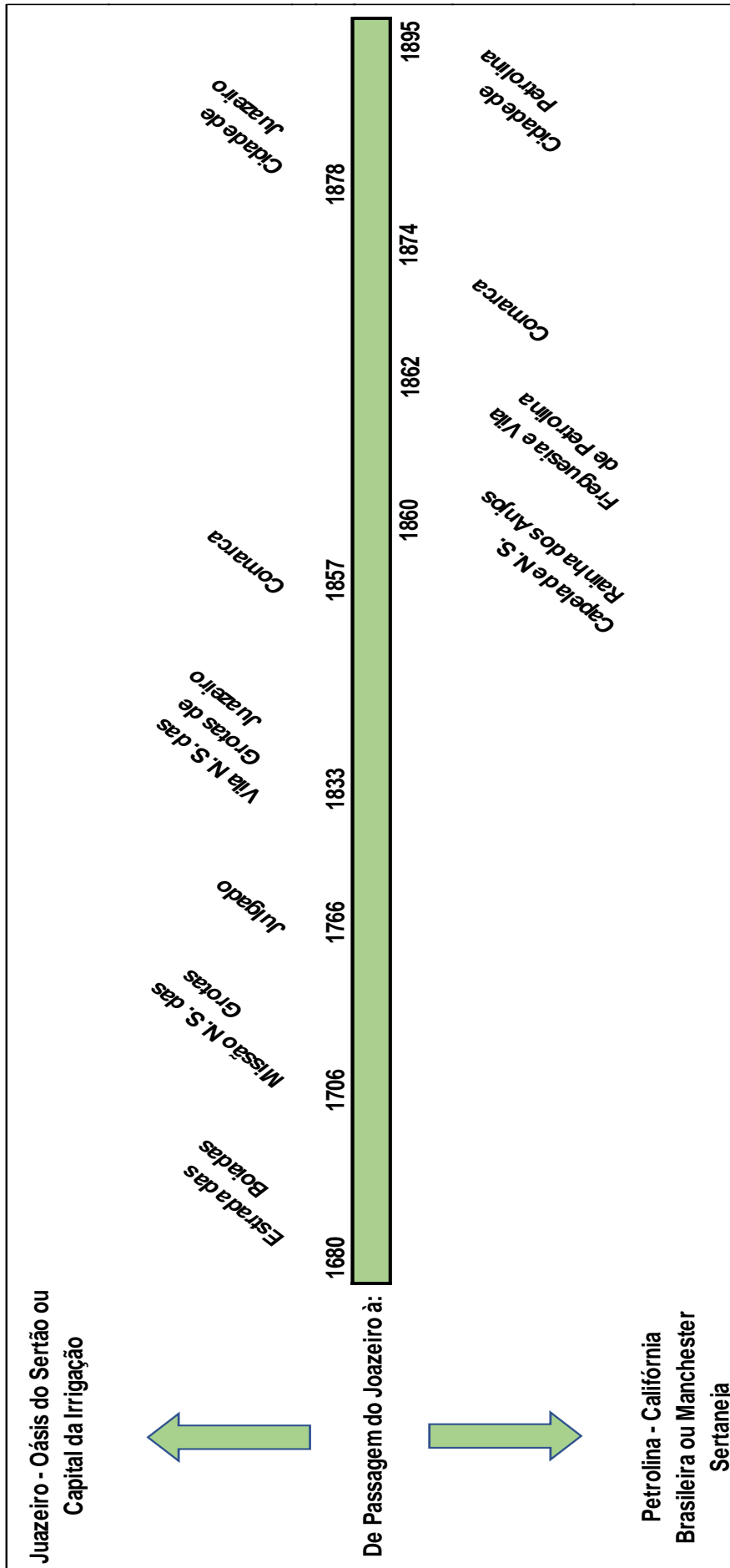
surgimento e a expansão das cidades de Juazeiro e Petrolina ocorreram em função das atividades econômicas básicas, locais e regionais.

[...] a modalidade de valorização econômica inicial decorreu da implantação e da expansão da atividade pecuária ocorrida desde os primórdios da colonização do mediterrâneo baiano. A partir dos meados do século XVII, o crescimento dos rebanhos bovinos, cujos dois maiores focos de irradiação foram Bahia e Pernambuco, intensificou o processo de ocupação das terras do sertão, iniciando-se, efetivamente, a colonização ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes. Com o surgimento e a consolidação das primeiras fazendas de gado nas faixas ribeirinhas, formam-se os primeiros aglomerados humanos regionais, que desempenharam expressivo papel na prestação de serviços e apoio ao trânsito das boiadas, e à dinâmica do comércio regional. (GARCEZ; SENA, 1992, p. 55).

A exploração econômica e as disputas territoriais entre Bahia e Pernambuco no processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco forjaram os espaços onde se encontram assentadas Juazeiro e Petrolina, facejando uma à outra. Essas cidades tiveram origem em povoamento homônimo “Passagem do Joazeiro”, cada qual em sua temporalidade e espacialidade, valendo ressaltar que em margens opostas do rio São Francisco e, em diferentes Estados da Federação (figura 1).

As disputas territoriais entre a Bahia e Pernambuco são históricas, uma das maiores contendas ocorreu quando da instituição da Comarca do São Francisco. “Os moradores desta parte de seu território, [...] histórica e culturalmente sempre desenvolveram maiores vínculos com a Bahia, mesmo porque sua ocupação tinha sido resultado do empreendimento dos baianos” (LOPES, 1997, p. 70). De acordo com Lopes (1997), em 1734 é criada a Ouvidoria de Jacobina, cuja atuação abrangia parte significativa das terras que margeavam o rio São Francisco. A Ouvidoria foi transformada em Comarca em 1742, passando, após dez anos, a abarcar a Comarca do São Francisco, situação que perdurou até 1810, quando a referida Comarca passou para a jurisdição de Pernambuco. Porém, em 1824 esse território foi anexado provisoriamente a Minas Gerais e, posteriormente, retornou ao domínio da Bahia em 1827, situação que se mantém até o presente.

Figura 1. Formação Socioespacial de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – Linha do Tempo, 1680-1895



Elaborado por: Muniz Filho, 2021.

1.1 Juazeiro: De Passagem do Joazeiro à “Oásis do Sertão” ou “Capital da Irrigação”

No território baiano, a Passagem do Juazeiro estava incluída nos domínios da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e seus herdeiros¹⁵, que ainda no século XVII construiu currais na localidade com o objetivo de exploração da pecuária no Sertão do São Francisco, os quais deram origem a um pequeno povoamento. “A pecuária foi estabelecida na região do São Francisco na década de 1640 pelo segundo Garcia d'Ávila” (LOPES, 1997, p. 25). Posteriormente, a chegada dos Franciscanos (Missões religiosas) para aldeamento e catequese indígena, também contribuiu para ampliar a ocupação do território.

Pode-se inferir que o ápice da ação das missões religiosas no processo de formação socioespacial de Juazeiro, ocorreu quando da instalação pelos franciscanos da Missão de Nossa Senhora das Grotas (1706), nas proximidades da Passagem do Joazeiro. Na aldeia dos índios Kiriri-Caimbé, os franciscanos edificaram a Igreja e o Convento, fato que ajudou a atrair novos moradores, nativos e viajantes que vislumbravam as possibilidades comerciais do arraial, que era importante ponto de convergência das entradas. No entanto, Lopes (1997, p. 76) salienta que:

A missão dos franciscanos não deu origem ao surgimento de Juazeiro. Mas não se pode negar sua importância para a evolução do aglomerado e sua posterior transformação em povoado, julgado, vila e, finalmente, cidade. O que definiu a evolução da Passagem do Joazeiro foi sua localização num ponto estratégico.

Em 1840, as Missões foram extintas em todo o território brasileiro e, em sua substituição, criaram-se as Freguesias e as respectivas Paróquias (GARCEZ; SENA, 1992).

O território onde se encontra instalada a cidade de Juazeiro é originário do processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco. Denominada inicialmente como Passagem do Joazeiro, sua localização estratégica - à margem direita do rio São Francisco - servia como porta de

¹⁵ Para melhor entendimento do poderio da família D'Ávila (Casa da Torre), ver entre outros: Calmon (1983) e Moniz Bandeira (2000).

entrada para os Sertões¹⁶ de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Alagoas e Sergipe (a jusante) e Goiás e Minas Gerais (a montante), além de caracterizar-se como importante elo entre esses espaços e outras regiões da Bahia, sobretudo, o Recôncavo. Sua principal função era a de servir como centro de recepção e distribuição de gado e outras mercadorias para abastecer os diversos núcleos populacionais já existentes (localizados nos territórios supramencionados) e os novos, que iam surgindo ao longo do percurso decorrente da circulação de pessoas e, principalmente, das boiadas e mercadorias conduzidas pelos tropeiros.

A posição estratégica da Passagem do Joazeiro exerceu sobre esse espaço uma influência contraditória que, afetou por longo período seu processo de crescimento e consolidação como núcleo urbano. Ao mesmo tempo em que exercia a função de centro articulador de fluxos de pessoas e mercadorias que cruzavam o rio São Francisco tanto em direção ao litoral, quanto adentrando os Sertões, a localidade era tida como insegura devido à circulação de pessoas que não seriam benquistas pela sociedade local (GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997; RIBEIRO, 2005). Esse fato influenciou para que o povoamento sofresse mudanças quanto à sua condição jurídico-administrativa.

O Conde de Azambuja pediu que se erigisse em vila a povoação de Juazeiro pela sua importância, concedendo-se às respectivas justiças a jurisdição cumulativa de poderem prender os criminosos em ambas as adjacências do rio São Francisco (RIBEIRO, 2005, p. 22).

No entanto, a primeira tentativa de transformação do povoamento (Passagem do Joazeiro) em Vila, não obteve êxito. O povoamento foi então elevado em 1766 à condição de Julgado¹⁷ sob a jurisdição da Comarca de Jacobina, sendo posteriormente transferido para a Comarca de Santo Sé em 1825. No entanto, essa ascensão político-administrativa, não surtiu de imediato o efeito desejado, que era conter a violência local e inibir a presença de

¹⁶ “[...] tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, [...] utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada”. (MORAES, 2003, p. 3).

¹⁷ Julgado, era uma categoria administrativa que obrigava a presença de um juiz no povoado. Cf. Garcez e Sena (1992, p. 101).

indivíduos considerados desocupados e marginalizados (índios, escravos fugitivos, mestiços).

Juazeiro foi elevada à categoria de Vila¹⁸ em 1833 sob a denominação de Vila de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, cria-se o município com território desmembrado de Sento Sé. Entre as ações dos primeiros representantes da Câmara Municipal da Vila de Juazeiro, destaca-se a solicitação de ampliação dos limites territoriais da mesma. Alegando injusta distribuição de terras entre os Termos¹⁹ de Sento Sé e Juazeiro e pouco povoamento deste último - com consequente ausência de cidadãos capacitados para determinadas funções públicas (Juiz Municipal de Órfãos, Promotor, Juiz de Paz, etc.) e, maior deslocamento de moradores da margem esquerda do riacho Salitre para resolver questões jurídicas em Sento Sé - os Edis da Vila de Juazeiro enviaram em 1834 ao Conselho da Província da Bahia solicitação para ampliação do território da referida Vila, demanda que só foi acatada em 1853 (RIBEIRO, 2005).

Desde a sua ascensão à condição de Vila, Juazeiro vai ganhando importância e destaque, tanto que, em 1857, com a alteração da divisão jurisdicional da Província da Bahia, “a Comarca de Sento-Sé passa a denominar-se Juazeiro e constar de três Termos: Juazeiro (sede), Capim Grosso e Sento-Sé” (GARCEZ; SENA, 1992, p. 94). Em 1878 Juazeiro é elevada a categoria de Cidade²⁰. No entanto, não se pode afirmar que tal localidade foi dinâmica desde a sua gênese. Lopes (1997), por exemplo, demonstra o contrário ao assinalar que:

Os primeiros moradores da Passagem do Joazeiro, nos idos de 1680, 1690, eram bastante pobres e oprimidos e se constituíam de mestiços e, principalmente, caboclos (índios “mansos”), havendo também negros. [...] Os fazendeiros da época jamais habitariam em um lugar insalubre como aquele, principalmente

¹⁸ Vila correspondia a “sede do termo; unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização, tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho - símbolo de autonomia; termo empregado em substituição a município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas” (IGC, 1995, p. 203).

¹⁹ O Termo correspondia ao “Território da vila, cujos limites são imprecisos; tinha sua sede nas vilas ou cidades respectivas; era dividido em freguesias; limite, raia ou marco divisório que extrema uma área circunscrita; região ou território que se estende as abas da cidade, vila, etc.; distrito de uma administração” (IGC, op. cit., p. 203).

²⁰ Durante o período em foco, Cidade fazia referência a um “título honorífico concedido, até a Proclamação da República, pela Casa Imperial, a vilas e municípios, sem nada acrescentar a sua autonomia; a partir da Constituição de 1891 este poder é delegado aos Estados, que podem tornar cidade toda e qualquer sede de município [...]”. (IGC, op. cit., p. 202).

quando seus moradores eram constituídos por um tipo de gente a quem eles dedicavam o mais profundo desprezo. [...] **O curioso é notar que por muito tempo só se formou aglomeração humana na Passagem do Joazeiro do lado baiano.** (LOPES, 1997, p. 54, grifo nosso).

Os principais mandatários da região, os D'Ávila da Casa da Torre e os Guedes de Brito da Casa da Ponte, são exemplos de pessoas com grande cabedal que não se domiciliaram na Passagem do Joazeiro, eles delegavam tarefas a seus agregados e procuradores que estavam instalados no Sertão do São Francisco, mas, não necessariamente na Passagem do Joazeiro.

Em trechos de seu diário de viagem, Theodoro Sampaio, referindo-se a área de influência e a estrutura urbana de Juazeiro e de Petrolina (mapa 3) em fins do século XIX faz as seguintes observações:

A cidade do **Joazeiro** é com razão considerada o **empório do Sertão do S. Francisco.**

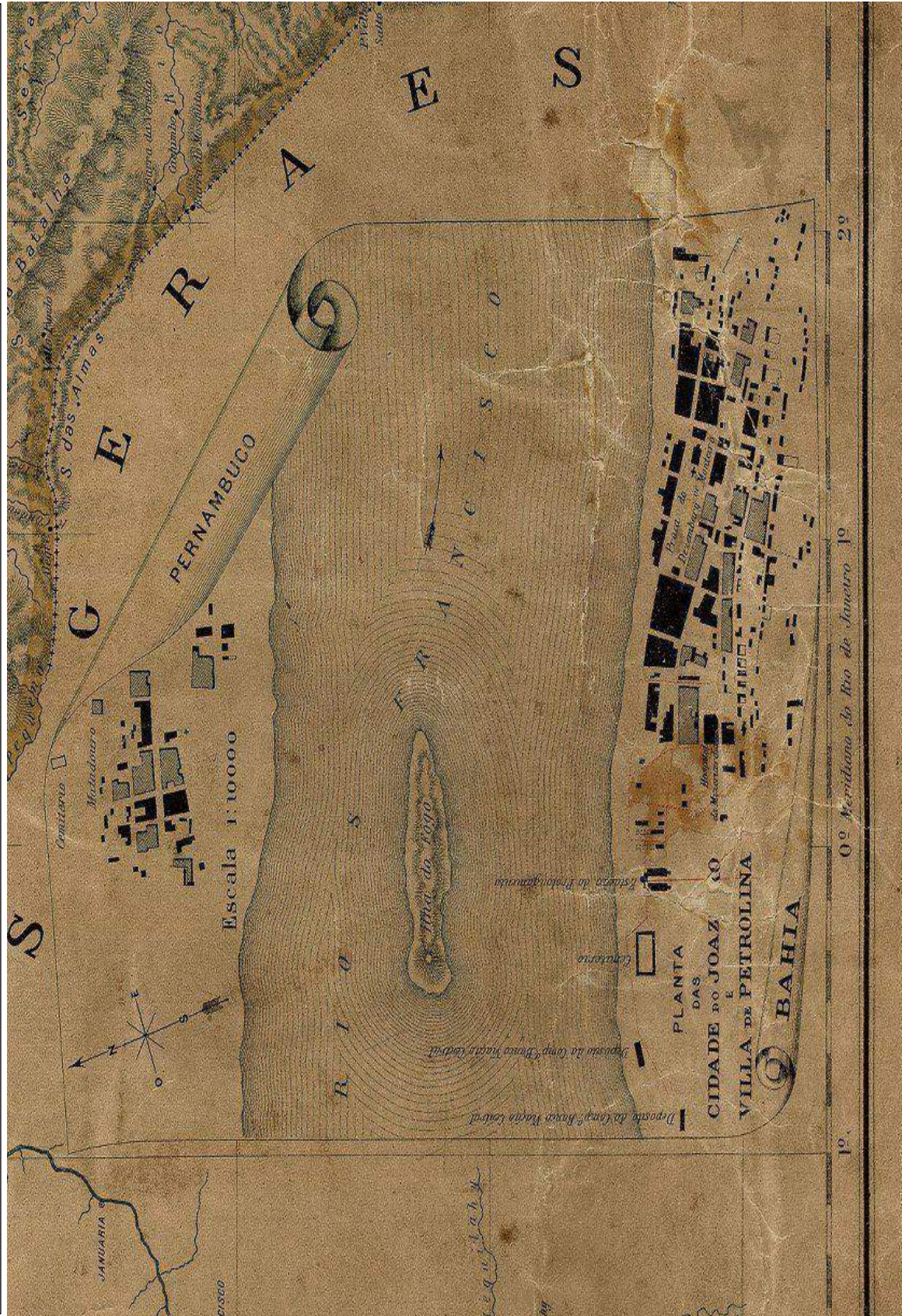
A sua zona de influencia commercial [...], attinge Cabrobó 203 kilometros rio abaixo [...], a Januária 1054 kilometros rio acima, affectando ainda os sertões do Piahy [...] e os de Goyaz [...] é, sem duvida, uma das mais vastas do Brazil central.

[...] As suas construcções em que se procura observar certo gosto architectonico, a sua nova e boa igreja matriz, o theatro, uma grande praça arborisada, ruas extensas, commercio animado, porto profundo e amplo, exhibindo uma verdadeira frota fluvial, população [...] de mais ou menos tres mil habitantes, **davam-nos uma impressão tão favorável de progresso, de riqueza e de atividade [...]** (SAMPAIO, 1905, p. 36, grifo nosso).

O logar [Petrolina] **era então um povoado insignificante**, cuja modestia a própria categoria de villa decerto prejudicava. Algumas casas de feia construcção ao longo de umas poucas ruas estreitas, dasalinhadas e areientas, uma igreja de modestíssima apparencia, pouco commercio, população escassa, eis o que **era a Petrolina, que aliás todos informavam ser uma povoação muito nova e destinada a grande futuro, vaticínio decerto muito problemático [...]** (Ibid., p. 38, grifo nosso).

Observa-se que o autor enfatiza bem as potencialidades de Juazeiro, enquanto que subvaloriza Petrolina, duvidando inclusive que a mesma pudesse apresentar em tempos futuros algum crescimento ou desenvolvimento. Porém, desde os primórdios de sua constituição territorial, Juazeiro vive a dicotomia entre crescimento econômico e desigualdades socioespaciais.

Mapa 3. Aglomerações Urbanas do Sertão do São Francisco: Villa de Petrolina (N) e Cidade de Joazeiro (S), 1892



Fonte: Miguel de Teive e Argolo. Acervo do Arquivo Nacional, 2020.

Em fins do século XIX, a chegada do vapor (1895) e a inauguração da linha férrea Salvador- Juazeiro (1896), fortaleceram a posição de Juazeiro como entreposto comercial (fotos 2 e 3).

Foto 2. Vapor atracado no Cais do Porto de Juazeiro, [1910]



Fonte: Estado Livre - Nildo Lima Santos (blogspot), 2020.

Foto 3. Embarque de passageiros na Estação Ferroviária de Juazeiro, [1920]



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2020.

A presença destes objetos técnicos imprimiu na cidade uma nova dinâmica no fluxo de passageiros e mercadorias, principalmente, advindas de

outras localidades, vez que, Juazeiro pouco produzia. Esses eventos (chegada dos transportes fluvial e ferroviário) cooperaram para que firmas exportadoras sediadas em Salvador instalassem representações em Juazeiro, formando uma rede comercial regional (LOPES, 1997). Apesar das mudanças ocorridas no fim do século XIX, principalmente no aspecto econômico, Juazeiro adentrou ao século XX ainda com rugosidades organizacionais consideráveis, sobretudo, nos aspectos sociais e políticos.

O poder político e a propriedade territorial centralizados nas mãos dos coronéis, a ausência do Estado e sua omissão quanto à regulamentação e controle das relações civis e políticas e, principalmente, a existência de uma economia decadente, não diversificada, que tinha na pecuária sua base de sustentação, não oferecia alento aquela população [grupos subalternos] (LOPES, 1997, p. 128).

Alguns estudos apontam que durante longo período – fins do século XIX até meados do século XX (1950) – poucas mudanças ocorreram na estrutura socioespacial de Juazeiro. Diversos fatores corroboram para a manutenção desta inércia, entre os quais se destacam: decadência da atividade pecuária; secas e enchentes periódicas, que afetavam fortemente tanto o espaço urbano quanto o rural; falta de recursos próprios da administração municipal, que levava à terceirização de algumas obras e serviços públicos; número reduzido de unidades escolares; inexistência de mecanismos de ordenação do espaço urbano; e, ausência de instituições públicas estaduais e federais, apesar da importância regional da localidade²¹ (CHILCOTE, 1990; GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997).

Conforme asseveram Garcez e Sena (1992, p. 255), “[...] até a década dos anos 50 do século XX, Juazeiro vivia um modorrento e emperrado processo de crescimento e desenvolvimento”, que de certa maneira, inibiam uma maior integração não apenas da cidade, mas, de toda a região, ao complexo econômico estadual e nacional. Portanto, apesar da diferenciação apresentada por Juazeiro em relação à Petrolina, esta, limitava sua influência aos circuitos locais e regionais de produção.

²¹ A instalação do primeiro banco público (Banco do Brasil) na cidade, só ocorreu em 1909. Somente em 1913 foi construído o prédio do Paço Municipal, mesmo ano em que se instalou na cidade a Delegacia do Tesouro da Fazenda do Estado (GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997).

A partir da década de 1950, manifestações políticas capitaneadas pelo Deputado Manoel Novaes²² levou o governo federal a intentar ações mais efetivas para o Sertão do São Francisco (CASTRO, 2018; GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997,). Indubitavelmente, a ação de maior impacto na região foi à criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em 1948, que, mesmo com ingerências políticas, foi responsável pelo ordenamento territorial visando o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos (geração de energia e irrigação) do vale do Rio São Francisco. Após alguns anos e, inúmeras mudanças na estrutura e gestão, a CVSF transformou-se em 1974 na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf).

A CVSF e posteriormente, a Codevasf, cooperou para a implantação ou melhoria de diversos objetos técnicos (escolas, hospitais, faculdades, instituições financeiras, estradas, pontes) na região. Mas, é possível destacar dois eventos responsáveis pelas mais significativas transformações socioespaciais do Sertão do São Francisco, a partir da segunda metade do século XX. O primeiro evento foi a construção da Barragem do Sobradinho, cujo projeto original era para regular o fluxo hídrico do rio São Francisco, a fim de melhorar a navegabilidade e dinamizar a agricultura irrigada. O segundo evento, ocorreu com a instalação dos perímetros irrigados²³.

Como Juazeiro já desempenhava função de centralidade, frente a outras cidades da região, se beneficiou com a instalação de instituições públicas (estaduais e federais) em seu território, que deram suporte aos eventos supramencionados. Tais eventos foram responsáveis por transformar Juazeiro: de Empório Comercial Regional à “Oásis do Sertão”, “Eldorado da Fruticultura Irrigada”, “Capital da Irrigação” (BAHIA, 2015; GARCEZ; SENA, 1992; IBGE, 2020a; LOPES, 1997).

²² O Deputado Manoel Novaes foi um dos responsáveis por indicar a Emenda 179 à Constituição de 1946 que definia a obrigatoriedade do Governo Federal, em prazo de 20 anos, elaborar um planejamento para aproveitamento pleno das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes. O deputado também interviu para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (1947), indicou a construção da Ponte Juazeiro-Petrolina (1956), além da construção do Hospital Regional de Juazeiro e de hospitais em outras cidades da região (GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997).

²³ As transformações socioespaciais, advindas da instalação dos perímetros irrigados no Sertão do São Francisco, serão tratadas em capítulo específico desta tese.

1.2 Petrolina: De Passagem do Joazeiro à “Califórnia Brasileira” ou “Manchester Sertaneja”

Assim como ocorreu no território baiano, o lugar onde se consolidou o sítio urbano de Petrolina originou-se a partir da Passagem do Joazeiro, que também estava sob o domínio do Morgado dos D'Ávila. Os frades capuchinhos franceses são tidos como desbravadores do território de Petrolina, sendo os responsáveis pela instalação de Missões religiosas com o objetivo de catequizar os índios. A implantação de currais, as missões religiosas, e a posição estratégica da Passagem do Joazeiro que, “era ponto de convergência e passagem obrigatória de boiadeiros e negociantes dos sertões de Pernambuco, Piauí e Ceará, que cruzavam esse rio [São Francisco] em direção ao estado da Bahia e vice-versa” (BDE, 2017, p. 1), cooperaram para a ocupação efetiva do território de Petrolina. Porém, de acordo com Britto (1995, p. 14, grifos da autora):

A origem da sede deste município é desconhecida, rezando a tradição ter sido uma fazenda de criação de gados e, como outrora servia de passagem aos negociantes de gado de Ouricury, deste Estado, e o Estado do Piauí para a cidade de Joazeiro, Estado da Bahia, lhe veio o nome de “Passagem de Joazeiro”, nome que conservou por muito tempo até que com a criação da **Freguesia**, deu-se-lhe a denominação de “Petrolina”.²⁴

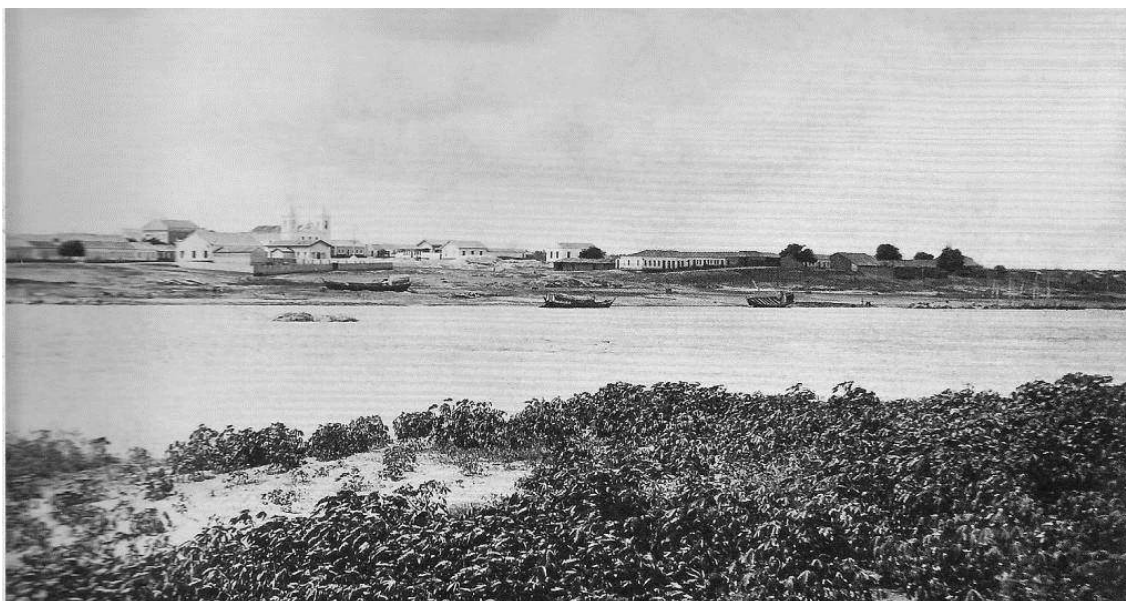
De acordo com estudos realizados por Luna (2013), existem controvérsias quanto à origem do nome Petrolina. O referido autor apresenta três versões: a primeira, baseada em Padilha (1980) assinala que os primeiros moradores da localidade se chamavam Pedro e Lina e durante o casamento de ambos, frei Henrique, de origem italiana, teria pronunciado Petrolina; a segunda versão refere-se à existência de uma enorme “pedra linda” as margens do rio, da qual foi retirado material para a construção da Catedral de Petrolina. Mas, ao descartar essas duas versões, Luna (2013) argumenta que a explicação mais plausível para o nome da cidade, tem a ver com a visita do imperador D. Pedro II ao rio São Francisco em 1859, evento que culminou, posteriormente, na fixação do nome Petrolina como uma homenagem ao nobre. O referido autor

²⁴ Cf. Britto (Op. cit., p. 14): “Texto transcrito das folhas 35v. a 37v. do livro de Registro do Conselho Municipal da Vila de Petrolina, 23 de agosto de 1890”.

utiliza como argumento para reforçar a versão de homenagem ao Imperador, à denominação de outras cidades como Petrolândia (PE) e Petrópolis (RJ).

O marco para a formação do sítio urbano de Petrolina ocorreu em 1858, quando foi lançada a pedra fundamental para a construção da Capela de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, que era vinculada à Freguesia de Santa Maria da Boa Vista, tal fato é atribuído ao capuchinho italiano Frei Henrique (BRITTO, 1995; PADILHA, 1982). A referida Capela foi inaugurada em 1860. Com o crescimento populacional da Passagem do Joazeiro, o vigário de Santa Maria da Boa Vista solicitou a elevação do povoamento à categoria de Freguesia, o que ocorreu em 1862 através da Lei Provincial 530, sendo que a mesma Lei, também elevou Petrolina à categoria de Vila (mapa 3 e foto 4).

Foto 4. Freguesia de Petrolina (PE) em 1886



Fonte: Sampaio (1986) *apud* Reminiscências de Petrolina, 2020.

No entanto, pode-se inferir que a consolidação da Vila só ocorreu em 1870 com a transferência para a povoação de Petrolina das sedes da Vila da Boa Vista e da Freguesia de Santa Maria Rainha dos Anjos do Cachoeiro do Roberto, conforme Lei Provincial 921/1870. Em 1874, Petrolina passa a condição judicial de Comarca. Todo esse processo de evolução político-administrativa de Petrolina é creditado ao Tenente-Coronel José Crispiniano Rodrigues Brandão (tido como fundador da cidade), que empreendeu diversas ações políticas, aproveitando-se de seu poder e prestígio (BRITTO, 1995).

Petrolina só foi elevada a condição de Cidade em 1895 quando já haviam decorrido 17 anos que Juazeiro ascendera a tal condição e, mesmo como cidade, Petrolina ainda era vista como tributária à Juazeiro. Citando alguns trechos do Jornal *O Farol* de 1920, Chilcote (1990, p. 80) assinala:

De fins do século dezenove até a primeira guerra mundial Petrolina esteve geograficamente isolada da capital do estado, sem meios de comunicação, e sofria com a seca incessante. As autoridades estaduais e federais pouca atenção davam aos três mil e quinhentos habitantes do município que “viviam sob um regime patriarcal... absolutamente dependente de Juazeiro, que sempre tratou [Petrolina] como simples tributária”.

O regime patriarcal que dominava Petrolina, tinha como principais representantes do poder político-econômico local as famílias “Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha e Santana Souza, cada uma delas chefiada por seu coronel” (CHILCOTE, 1990, loc. cit.), situação que conferia a Petrolina fama de lugar atrasado, resistente ao progresso e com poucas possibilidades de mudanças sociais.

O que na ótica de determinados membros da sociedade petrolinense, que não compunham os grupos oligárquicos (sobretudo profissionais liberais e pequenos comerciantes), representava o atraso do lugar (CHILCOTE, 1990) - fato inegável do ponto de vista socioespacial, uma vez que as referidas famílias dominavam as atividades comerciais e detinham o poder político fazendo com que a maioria da população ficasse submetida a seus desideratos - pode ter representado um dos momentos de ruptura da relação de dependência com Juazeiro. Alguns autores (BRITTO, 1995; CHILCOTE, 1990; COELHO, 2007; PADILHA, 1982) destacam as ações empreendedoras de membros da elite local que investiam em atividades econômicas, principalmente industriais, e que influenciaram na dinâmica urbana de Petrolina, conforme destaca Coelho (2007, p. 28-29):

A cidade inicia um momento de industrialização, com a vontade de alguns, como o Cel. Quelê²⁵, que montou o Parque Industrial

²⁵ A autora refere-se ao Coronel Clementino Coelho (Quelê), patriarca da Família Coelho, tido como grande empreendedor e comerciante, que ocupou o cargo de subprefeito de Petrolina entre 1913-1916. Com seu falecimento em 1951 deixou para a família um significativo patrimônio em terras e estabelecimentos comerciais e industriais (Indústrias Coelho) e, seus descendentes (filhos, netos e bisnetos) enveredaram pela carreira política, tendo Petrolina como principal base política, ainda nos tempos atuais.

mais bem equipado da região [...]. A cidade crescia em função dos poucos empresários de fôlego e visão, aqueles que também tinham conexões políticas. É aqui que começamos a verificar alguns caminhos e algumas conexões com governos estadual e federal que remontam um período que pode ser chamado “Mandato dos Coelho” e que repercutiram no direcionamento de investimentos do Estado para o município.

Sob a interferência das elites locais, Petrolina avança economicamente e se moderniza, porém, mantendo rugosidades no plano social e político. No início do século XX Petrolina já contava com algumas fábricas: fumo, algodão, sabão e vinagre e, na perspectiva de implantação de outras unidades fabris que produziram borracha e têxteis. Esses eventos contribuíram para que alguns autores lhes dessem as alcunhas de Califórnia Brasileira e Manchester Sertaneja (BRITTO, 1995; CHILCOTE, 1990; COELHO, 2007).

Ao que tudo indica a primeira alusão de Petrolina como a Califórnia Brasileira aparece no jornal Correio do São Francisco (edição de abril de 1912) em reportagem sobre o desenvolvimento da indústria de borracha na cidade (BRITTO, 1995). Também, Britto (1995) ao discorrer sobre a implantação do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, assinala que o nome do projeto de irrigação é uma homenagem ao ex-governador de Pernambuco que tinha “a ideia de transformar o vale do São Francisco, na “Califórnia Brasileira”, pois se via no rio São Francisco a redenção da região semi-árida” (Idem, p. 45). Quanto à denominação de Manchester Sertaneja, tem como indicação autoral Queiroz Telles²⁶, que publicou artigo no periódico O Farol (edição de julho de 1934), no qual, ao falar da produção algodoeira do Sertão do São Francisco enalteceu as potencialidades de Juazeiro e de Petrolina, valorizando principalmente alguns fatores locacionais (posição geográfica e disponibilidade de matéria-prima) e, as comparou com Osaka e Manchester para demonstrar a necessidade da implantação de uma indústria têxtil na região²⁷.

A partir da década de 1920 a ocorrência de diversos eventos e a introdução de novos objetos técnicos em seu território, alterou a dinâmica e transformou a morfologia urbana de Petrolina. Entre os eventos, destacam-se, em 1925 a implantação da energia na cidade, gerada a partir de motor a carvão

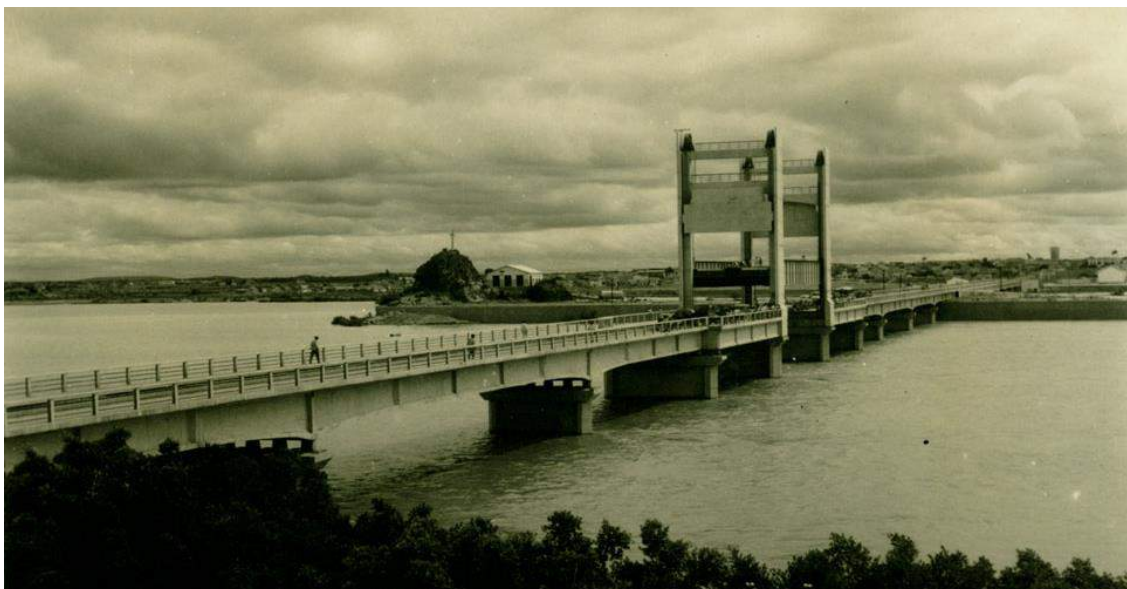
²⁶ Queiroz Telles foi professor do Instituto de Biologia da Universidade de São Paulo – USP.

²⁷ Ver: Coelho (2007) e Padilha (1982).

que funcionava das 18 horas às 22 horas. A energia elétrica gerada na usina de Paulo Afonso²⁸ através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), só foi instalada na cidade em 1964. No ano de 1931 foi inaugurado o Hospital Nossa Senhora da Piedade, que foi reformado em 1936 passando a ser denominado Hospital Dom Malan, em homenagem a seu idealizador²⁹.

Em 1933 foi instalada a primeira agência dos Correios de Petrolina, antes, as correspondências para a cidade, chegavam através de Juazeiro. Ainda no mesmo ano foi inaugurado o campo de aviação (em terreno doado pela prefeitura) que dava suporte as aeronaves do Correio Aéreo Nacional. Foi implantada no ano de 1939 uma linha de ônibus Petrolina-Recife com quatro veículos que pernoitavam em Salgueiro e Arcoverde. Cabe assinalar, que neste período a viagem entre Petrolina e a capital do Estado de Pernambuco durava em média três dias (BRITTO, 1995). Em 1954, foi inaugurada a ponte rododiferroviária Presidente Dutra (foto 5) que além de dinamizar o fluxo inter-regional se transformara em símbolo de integração entre Juazeiro e Petrolina.

Foto 5. Ponte Presidente Dutra – Ligação Juazeiro-Petrolina, 1957



Fonte: IBGE, 2020

²⁸ A Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso entrou em funcionamento em 1954.

²⁹ Em relação à oferta de serviços, a Igreja Católica teve papel de destaque no crescimento urbano de Petrolina, principalmente nas áreas de educação e saúde. Algumas das mais antigas e conceituadas escolas privadas da cidade e da região, assim como o principal hospital “Dom Malan” foram iniciativas da instituição religiosa, sob o comando do referido bispo.

Em 1958 Petrolina recebe sua primeira agência bancária (Banco do Nordeste), até essa data, todas as operações financeiras eram realizadas em Juazeiro. Até a década de 1950 a maioria das relações comerciais de Petrolina ocorria com a Bahia e Juazeiro era o elo para as transações comerciais da região, uma vez que a mesma exercia a função de cidade-polo regional e Petrolina, que ainda apresentava um tímido processo de urbanização, mantinha certa dependência socioespacial com Juazeiro, principalmente quanto aos transportes e comunicações³⁰. Juazeiro era o polo da navegação do Médio São Francisco “Petrolina não tinha um Porto apropriado para atracar um vapor” (BRITTO, 1995, p. 34). Somente em 1944 foi inaugurado o primeiro porto de Petrolina (foto 6), mas, os vapores continuaram aportando em Juazeiro. A principal embarcação utilizada em Petrolina era o paquete³¹.

Foto 6. Porto de Petrolina com paquetes ancoradas, 1944



Fonte: FVG. CPDOC, 2020.

Conforme assinala Santos (1996, p. 48) “é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo

³⁰ Desde 1873 a Bahia já dispunha de um sistema de correios organizado e operando através de linhas que tinha Salvador como centro e que se articulava com o restante do território através de centros coletores e distribuidores de correspondências entre os quais Juazeiro, que “recebia de Feira de Santana e Senhor do Bonfim e remetia três vezes por mês para Curaçá, Santo Sé, Remanso, Xique-Xique e Oeiras (Piauí)”. (SILVA; LEÃO; SILVA, 1989, p. 175).

³¹ Tipo de embarcação “mais equipado que as canoas com uma vela presa ao mastro e um leme” (BRITTO, 1995, p. 34).

efetividade histórica”. Mesmo considerando que na “Passagem do Joazeiro” cada uma das localidades (Juazeiro e Petrolina) estava vinculada a Províncias distintas (Bahia e Pernambuco), convêm destacar que durante o processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco, alguns eventos, principalmente os vinculados à inserção de novos objetos técnicos a esse território, indicam caminhos para a compreensão do processo de diferenciação socioespacial entre as referidas cidades.

Nas subseções subsequentes, buscaram-se identificar quais foram os principais eventos e ações que concatenados por objetos técnicos, influenciaram no processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco e, compreender como esses, corroboraram para a diferenciação socioespacial entre Juazeiro e Petrolina.

1.3 O papel dos Transportes e das Comunicações no processo de formação e na dinâmica socioespacial do Sertão do São Francisco

Os eventos, principalmente aqueles vinculados a inserção de novas técnicas e de novos objetos técnicos no espaço, não ocorrem de maneira estanque, nem pontual, como bem assinala Santos (1996, p. 48):

[...] não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras, O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas [...], que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas "técnicas industriais", são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar.

Durante longas décadas e porque não dizer alguns séculos, o principal meio de circulação de pessoas, mercadorias e informações pelo território brasileiro era realizado pelos Tropeiros que conduziam comitivas de animais (principalmente equinos), atravessando extensas faixas territoriais em percursos que duravam até meses para serem concluídos. Nesse processo, por onde as tropas circulavam, era realizado o comércio e a troca de mercadorias, que de certo modo beneficiavam os locais de pouso, entre os quais a Passagem do Joazeiro. Porém, transformações técnicas ocorridas em escala global a exemplo da Revolução Industrial (século XVIII), impactaram sobremaneira na relação sociedade-natureza e, conseqüentemente, na produção do espaço nas mais diversas escalas.

No Sertão do São Francisco, a inserção de novos objetos técnicos a partir da segunda metade do século XIX (trem, navegação a vapor, serviço de correios, estradas de rodagem) promoveram transformações significativas em seu território, e Juazeiro como já se sobressaia como principal centro político-econômico da região foi, inicialmente, uma das localidades beneficiadas. Posteriormente, esse processo de modernização do espaço também chegou a Petrolina.

Portanto, considera-se importante elencar alguns eventos que imbricados com a inserção de novos objetos técnicos impactaram no processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco e, conseqüentemente, na dinâmica socioespacial de Juazeiro e de Petrolina. De acordo com Santos (1996, p. 47) “[...] cada técnica pode, desse modo, ter sua história particular de um ponto de vista mundial, nacional ou local. Esta seria a história contada a partir do momento de sua instalação em um determinado ponto do ecúmeno”.

Pequenas embarcações, como balsas, barcas, canoas, paquetes e ajoujos³² já seriam de há muito conhecidas e utilizadas no rio São Francisco como meio de circulação e transporte de pessoas e mercadorias. Porém, a chegada da navegação a vapor, será uma tentativa de imprimir nova dinâmica ao território.

A pretensão de utilização das águas do São Francisco para a navegação a vapor tem início em 1851 quando o Governo Geral encomenda ao engenheiro alemão Fernando Halfeld um estudo de navegabilidade do rio. A partir do referido estudo, algumas ações foram empreendidas para concretizar o intento. Finalmente, em 1871, o vapor Saldanha Marinho³³ fez uma viagem experimental entre Sabará (MG), passando por Juazeiro (BA), chegando a Boa Vista (PE) regressando, posteriormente, a seu ponto de partida, onde, pelo visto ficou muito tempo ancorado ou pelo menos sem prestar serviços a Juazeiro.

De acordo com Ribeiro (2005), somente em 1895 após contrato firmado entre o Governo da Bahia e a Viação do Brasil, o vapor Saldanha Marinho (foto 7) voltou a navegar pelo rio São Francisco³⁴ com um roteiro que “partia de Juazeiro ia a Pirapora, Barreiras, Santa Maria da Boa Vista” (GARCEZ; SENA, 1992, p. 115).

³² “Chamava-se de ajoujo algumas canoas amarradas ente si, sobre as quais se colocava um rude lastro e foi o primeiro transporte comercial do São Francisco” (LOPES, 1997, p. 105).

³³ O “vaporzinho” como ficou popularmente conhecido, deixou de navegar pelas águas do São Francisco em 1965. Foi adquirido pela prefeitura de Juazeiro, colocado em uma praça no cais sendo utilizado durante muito tempo como bar e restaurante. Posteriormente foi transferido para outra praça, onde na atualidade está exposto como monumento turístico.

³⁴ Nas obras consultadas (GARCEZ; SENA, 1992; LOPES, 1997; RIBEIRO, 2005; ROCHA, 2004), não fica explícito quais os motivos que levaram o vapor Saldanha Marinho a não trafegar por Juazeiro durante o período assinalado (1871-1895).

Foto 7. Vapor Saldanha Marinho – “Vaporzinho” (Juazeiro-BA), 2020



Fonte: <https://juazeirodabahia.blogspot.com/p/vaporzinho.html>

Em processo de falência, a Viação do Brasil – responsável pelo vapor - foi adquirida em 1905 pelo Governo da Bahia sendo renomeada como Viação do São Francisco. A partir de então, outros vapores foram incorporados a Companhia ampliando sua frota (RIBEIRO, 2005). Em 1919 com a instalação da Capitania dos Portos em Juazeiro, a cidade passa “a funcionar como cabeça das linhas regulares de vapor” (GARCEZ; SENA, op. cit., p. 119), ou seja, fica sob seu comando e responsabilidade todo o tráfego fluvial do Médio São Francisco.

Ao longo de sua existência, a Viação do São Francisco passou por muitos percalços³⁵ tanto de ordem financeira e de gestão (contratos não cumpridos, terceirização dos serviços, baixa rentabilidade), quanto de ordem natural (trechos com baixa navegabilidade, principalmente durante períodos de seca) e técnico (acidentes, naufrágios e precária manutenção das embarcações).

A navegação no São Francisco, mesmo com toda a sua precariedade no século XIX e primeira metade do século XX, representou uma inovação em um cenário onde toda a estrutura econômica assentava-se sobre a pecuária. Deu sentido à produção dos beiradeiros, tornou viável a produção em escala comercial de cachaça, de rapadura, de sal e a exploração de outros produtos. Juntamente com as tropas, tornou viável o comércio, integrando as diferentes áreas do Vale entre si e

³⁵ Ver entre outros: Garcez e Sena (op. cit. p. 110-122) e Ribeiro (op. cit., p. 190-195).

possibilitou o intercâmbio comercial com outras regiões do país. (LOPES, 1997, p. 111).

Os navios a vapor, introduzidos no rio São Francisco por volta de 1872 trouxeram a modernização do espaço, mas, com ela veio também, a ampliação da degradação ambiental da caatinga e do cerrado, uma vez que as referidas embarcações consumiam muita lenha (madeira) em cada percurso realizado. Madeira esta, retirada em sua maior parte das áreas que margeavam o próprio rio (LOPES, 1997).

Em meados do século XX (1950), por iniciativa de um empresário que já vinha utilizando embarcações a vela (Sergipanas), foi lançado no rio São Francisco a primeira barca com motor de combustão. Conforme assinalam Garcez e Sena (1992, p. 125) “dessa iniciativa decorreu o grande número de barcas a motor que passaram a singrar o São Francisco, sendo o período áureo das mesmas de 1955 a 1972”.

Outro evento de ordem político-econômico marcará mais uma tentativa de reestruturação da navegação fluvial no rio São Francisco. Em 1963, por iniciativa do Deputado baiano Manoel Novaes, criou-se a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) em substituição a antiga Viação do São Francisco. A nova companhia, no entanto, teve vida efêmera, uma vez que um novo evento, a construção e instalação da Barragem do Sobradinho (1971-1980), impossibilitou o uso de embarcações de maior porte e levou a extinção das grandes rotas de circulação no rio São Francisco. A Franave passou a operar com prejuízos, principalmente, após serem retiradas de circulação as gaiolas que conduziam cargas e passageiros (o vapor Saldanha Marinho era um exemplo desse tipo de embarcação). Houve uma queda significativa no número de passageiros embarcados no trecho Juazeiro-Pirapora entre 1969/1972. No início do período, foram 2.039 passageiros embarcados, enquanto que no último ano, apenas 364 passageiros (BAHIA, 1973).

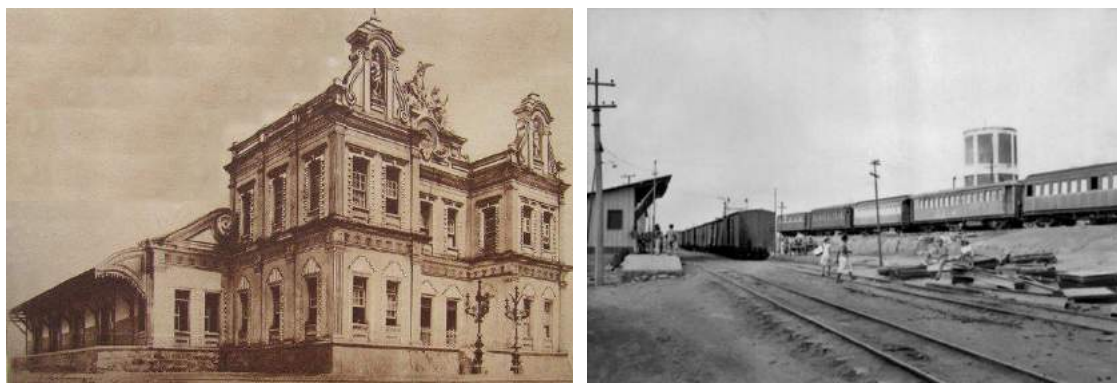
Outros modais de transportes foram inseridos no Sertão do São Francisco e tiveram papel fundamental na dinâmica dos fluxos locais e regionais, conforme será apresentado na seção subsequente.

1.4 Novos objetos técnicos e novas ações dinamizando os fluxos no Sertão do São Francisco

As primeiras aspirações para que o Sertão do São Francisco se integrasse a outros centros mais dinâmicos do território brasileiro através de uma rede ferroviária, data de meados do século XIX (1850). A Bahia saiu na frente e, conseqüentemente, Juazeiro foi beneficiada. A Lei Provincial (n. 40) de 1852 concedia, à Companhia composta por membros da Junta da Lavoura e outros proprietários, privilégio exclusivo por 40 anos para abertura e exploração comercial de uma estrada de ferro entre a Capital da Província e a Vila de Juazeiro, cuja construção deveria ser feita em 10 anos (GARCEZ; SENA, 1992; RIBEIRO, 2005). Porém, tal intento só começou a ser vislumbrado a partir de 1855, através de convênio assinado com uma companhia inglesa (Bahia and São Francisco Railway Company), uma vez que a Junta da Lavoura não apresentou condições para o cumprimento do contrato.

Em 1863 foi aberto o primeiro trecho ferroviário com uma extensão de aproximadamente 123 km ligando Salvador à Alagoinhas (BA). A partir desse trecho, não mais sob a concessão da Companhia inglesa, mas, sob a administração direta do Governo Imperial, a estrada de ferro foi se ampliando. Em 1883 a linha férrea chega a Serrinha (BA), com um percurso de 228 km e, em 1887 a Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim-BA) totalizando, até então, 452 km de extensão. Finalmente em 1896, quase meio século após sua idealização é inaugurado o trecho final da Estrada de Ferro do São Francisco ligando Salvador à Juazeiro (foto 8), numa extensão aproximada de 575 km.

Foto 8. Estação Ferroviária de Juazeiro, [1910] e 1957



Fontes: Estações Ferroviárias do Brasil, 2020; IBGE, 2020.

Em 1912 foi autorizada a construção do ramal ligando Senhor do Bonfim à Jacobina (Trem das Grotas) com 118 km de extensão. Em torno de 1930, a rede ferroviária da Bahia já apresentava alguns ramais e dava início a algumas interconexões. “A Ferrovia do São Francisco já estava conectada à Ferrovia Central da Bahia e ao sistema hidroviário do rio São Francisco através de Juazeiro [...]” (SILVA, LEÃO; SILVA, 1989, p. 173).

Camelo Filho (2000) aponta que os principais motivos responsáveis pelo atraso da expansão ferroviária no Brasil, estão ligados as crises econômicas, políticas e sociais, internas e externas, além da “crise provocada pela Guerra do Paraguai (1865-1870) associada com as crises financeira, de 1866, e econômica, de 1873, ocorridas na Europa” (Idem, p. 57-58).

O Conselheiro Fernandes da Cunha, com forte influência na região, intercedeu para que o terminal da Estrada de Ferro do São Francisco se localizasse em Juazeiro³⁶ (sua terra natal), contrariando parecer técnico que indicava ser mais viável instalar o referido terminal à montante da cachoeira de Sobradinho, visto que essa representava um dos obstáculos à navegação (LOPES, 1997; ROCHA 2004). Esta ação, articulada com outros objetivos do Governo Central, entre os quais: integrar e assegurar o controle do território brasileiro; articular esse modal de transporte a outros já existentes como a navegação fluvial e marítima; e dinamizar o escoamento da produção agrícola e de matérias-primas voltados principalmente à exportação (algodão, minérios, charque, peles) e, não necessariamente para consolidar o mercado nacional, corroborou sobremaneira para que a introdução desse novo objeto técnico (ferrovia) na paisagem do Sertão transformasse algumas cidades em “cabeça de ponta” (CAMELO FILHO, 2000), “ponta de trilhos” (CORRÊA, 2004) ou “bocas de Sertão” (MAIA, 2017). De acordo com essa última autora:

Se a ferrovia pode ser identificada como elemento técnico que imprime no espaço urbano uma demarcação física e espacial, portanto também social, concernente ao processo de modernização, há que se considerar que a instalação deste aparato moderno não se deu desvinculado do processo econômico, político e social por qual passava a América do Sul, tampouco foi um fato isolado. [...] Resguardadas as devidas

³⁶ A estação ferroviária de Juazeiro só foi entregue em 1907, ou seja, onze anos após a instalação da ferrovia, sendo demolida em 1953 para dar lugar à construção da ponte rodoferroviária (Presidente Dutra) que liga Juazeiro à Petrolina.

proporções, nas cidades, mesmo naquelas interioranas, as antigas “Bocas de Sertão”, os seus governantes e a elite local idealizam uma cidade moderna e civilizada, em que a ferrovia é um incremento técnico que simboliza os novos tempos (MAIA, 2017, p. 14).

As velhas rotas de gado e tropeiro, além da ferrovia do São Francisco, levaram a instalação e crescimento de muitas vilas e cidades ao longo de suas vias e nas proximidades delas. Juazeiro que nessa época já despontava como uma das principais cidades do Sertão do São Francisco se beneficiou ainda mais com a chegada do trem.

O comércio tomou impulso com a inauguração da estrada de ferro. Sua capacidade de movimentar mercadorias foi bastante ampliada. O movimento das tropas, como conseqüência, passou a ter a função exclusiva de ligar Juazeiro às caatingas, cidades e povoados das redondezas e às áreas de outros estados, como Piauí e Pernambuco. Fortaleceu-se desse modo o caráter de entreposto comercial de Juazeiro, que nada produzia em termos relevantes, mas por estar posicionada em ponto estratégico, firmou-se como centro distribuidor e receptor de mercadorias de uma enorme região (LOPES, 1997, p. 115-116).

Vale salientar que além de Juazeiro, Cabrobó, Sento Sé e Xique-xique (algumas ainda não se constituindo como cidade) já apresentavam certa importância local/regional, enquanto que Petrolina ainda era uma vila com pouca expressividade³⁷. Apesar das concessões para a construção de estradas de ferro ligando Salvador a Juazeiro (*The Bahia and São Francisco Railway Ltd*) e Recife a Petrolina (*The Recife and São Francisco Railway Ltd*) terem ocorrido no mesmo período (1853), essa segunda não se concretizou e o trem somente chegou a Petrolina em 1923, quando foram inaugurados dois trechos da estrada de ferro Petrolina-Teresina. O primeiro trecho de 62 km ligava Petrolina à Pau Ferro e o segundo trecho com 88 km ligava Pau Ferro à Rajada (ambas em Pernambuco). Porém a linha férrea Petrolina-Teresina foi interrompida em 1938 quando chegou a Paulistana (PI), totalizando apenas 204 km de extensão.

Desde a concepção até a implantação, todo o processo para instalação de vias férreas no Brasil se deu através de concessão, mormente para as elites político-econômicas, o que “representou um grande negócio para os grupos dominantes locais e nacionais, principalmente quando estas vieram combinadas

³⁷ Cf. Sampaio (Op. cit.).

com zonas de privilégios e garantias de juros” (CAMELO FILHO, 2000, p. 66). Ou seja, as concessões eram dadas a pessoas com forte influência política local, regional ou nacional, que transmitiam os direitos para empresas responsáveis pela implantação das ferrovias, o que muitas vezes elevava os custos das mesmas e que, após serem implantadas, não apresentavam muita rentabilidade. A partir de meados da década de 1930 o governo brasileiro organizou a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB), que incorporou tanto a estrada Petrolina-Teresina, quanto à Bahia-São Francisco entre outras linhas. Em 1976 devido a dificuldades financeiras, o serviço de transporte de passageiros da Leste Brasileiro, no trecho entre Salvador e o Sertão do São Francisco foi desativado. O mesmo processo que ocorreu com o transporte fluvial, pode ser observado no transporte ferroviário, ou seja, uma redução significativa de passageiros no período 1969/1972. Nas estações ferroviárias de Juazeiro e Petrolina, no ano de 1969 foram embarcados 17.753 passageiros e desembarcados 4.043 passageiros, enquanto que no ano de 1972 foram embarcados 4.274 passageiros e desembarcados apenas 795 passageiros, o que representou um decréscimo significativo no movimento de embarques (315,4%) e desembarques (407,4%) (BAHIA, 1973). Nos tempos atuais, da antiga linha férrea (Salvador-Juazeiro), só funciona, precariamente, um pequeno trecho urbano em Salvador que liga o bairro da Calçada a alguns bairros do Subúrbio Ferroviário, mas, com perspectivas de desativação em 2021.

A decadência do transporte ferroviário no Brasil pode também ser associada à ascensão de um novo modal de transporte, o rodoviário. O transporte ferroviário demandava alto custo, as peças de reposição eram caras e, geralmente importadas, além do que, era o governo federal quem arcava com as despesas de manutenção do sistema. No transporte rodoviário, o custo de manutenção dos veículos fica a cargo dos proprietários (indivíduos e empresas), cabendo ao Estado – em alguns casos - apenas o custo de implantação das rodovias. Porém, o governo oferecia diversos incentivos a particulares e empresas para a construção de estradas de rodagem, que iam desde o longo prazo para exploração destas, isenção de impostos, empréstimos subsidiados e até a prioridade na exploração dos serviços de transportes rodoviários e, também na aquisição de terras devolutas as margens das rodovias (CAMELO FILHO,

2000; FREITAS, 2000; GALVÃO, 1996). Todas essas ações foram justificadas, pelo fato do transporte rodoviário representar uma maneira mais rápida para integração do território nacional e, também na dinamização dos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços.

Ao menos oficialmente, não havia intensão governamental de sucumbir o sistema ferroviário com a implantação das rodovias. Um plano rodoviário federal elaborado em 1944 estabelecia que as rodovias a serem construídas devessem evitar a superposição ou concorrência com as ferrovias existentes ou futuras, devendo ser, portanto, esse novo modal (rodoviário) complementar às redes ferroviária e portuária (GALVÃO, 1996). Ainda de acordo Galvão (1996), somente em 1951 com a aprovação do Plano Nacional de Viação é que ocorrerá a oficialização do sistema rodoviário como modal prioritário dos transportes no Brasil, ação que não ocorreu de maneira despropositada.

A inserção desse novo objeto técnico na paisagem brasileira estava vinculada a mudanças na divisão territorial do trabalho tanto na escala internacional, quanto na escala nacional. A partir da década de 1930 o crescimento industrial brasileiro ganhou impulso e passou por certa diversificação, iniciando o processo de substituição de importações. Na década subsequente, a crise do modelo agroexportador impulsionada, entre outros motivos, pelo advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), levou a mudança do centro dinâmico da economia nacional para o mercado interno. A instalação de montadoras e importadoras de veículos no país atendia plenamente aos interesses do capital internacional, que tinha no mercado brasileiro um grande potencial para sua reprodução, no mais perfeito movimento de desenvolvimento desigual e combinado. No Sertão do São Francisco, a abertura de estradas de rodagem com a consequente inserção de novos objetos técnicos (automóveis, caminhões e ônibus) que passaram a dinamizar o fluxo de mercadorias, pessoas e serviços, foi indubitavelmente mais um evento que influenciou para a ampliação da rede de cidades na região, beneficiando principalmente Juazeiro e Petrolina que já apresentavam certa centralidade interurbana.

Os objetos técnicos que deram maior fluidez ao território (navegação fluvial, trem e rodovias) e que foram sendo instalados no Sertão do São

Francisco durante seu processo de formação socioespacial, representaram a chegada da modernidade para a região. Mas, ao mesmo tempo, também foram em alguns momentos - devido a maior facilidade em dinamizar o fluxo de pessoas entre as regiões deprimidas (Nordeste e Norte) e as regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul) - responsáveis pelo processo de migração e despovoamento do território, conforme aponta Freitas (2000, p. 31):

A força dessa corrente tornava-se mais forte quando a seca chegava e demorava a partir. A comparação entre os censos demográficos do Estado da Bahia de 1920 e 1940 mostra o elevado número de municípios que conheceram perda de população, cujos habitantes partiram, muitas vezes, com passagens fornecidas pelo próprio Estado, numa viagem que promovia o vazio demográfico de algumas regiões.

Outro evento, ainda vinculado aos transportes e comunicações que provocou transformações na dinâmica espacial do Sertão do São Francisco, foi a instalação do aeroporto de Petrolina. A Prefeitura de Petrolina doou um terreno para construção do campo de aviação que foi inaugurado em 1933. Em 1941 se instalou na cidade uma agência da Navegação Aérea Brasileira S/A - NAB que fazia a rota Rio de Janeiro-Fortaleza com escala em Petrolina.

Em fins da década de 1970 teve início a construção de um novo aeroporto localizado a 8 km do centro da cidade na bifurcação das rodovias BRs 407 e 235. O novo aeroporto de Petrolina Senador Nilo Coelho entrou em operação em 1981 e, atualmente, conta com voos regulares de passageiros e cargas, partindo de Petrolina para diversos destinos nacionais e internacionais, sendo considerado o segundo mais importante aeroporto de Pernambuco.

Na atualidade, o Aeroporto de Petrolina (foto 9) desempenha importante função no círculo de distribuição da agropecuária globalizada desenvolvida no Sertão do São Francisco, uma vez que, a produção de commodities agrícolas da região, representadas principalmente pelas frutas ínclitas (uva e manga), em grande parcela, é distribuída para o mercado globalizado através de rotas aéreas.

Foto 9. Aeroporto Internacional de Petrolina (PE) - Senador Nilo Coelho



Fonte: Infraero, 2020.

De acordo com a Infraero (2016, n. p.):

Caixas de manga, uva e mamão colhidas das terras do Vale do São Francisco estão entre as principais cargas que semanalmente decolam do Aeroporto de Petrolina/Senador Nilo Coelho (PE) para comercialização na Europa. Essa operação é realizada graças à presença do maior terminal de logística de cargas refrigeradas do país instalado no aeroporto. [...] consagrando a região como a maior exportadora de manga e uva do Brasil, com percentuais acima de 90% para cada uma.

Os sistemas de transportes e comunicações influenciaram sobremaneira na configuração do território do Sertão do São Francisco, conforme suas temporalidades, promoveram as interações entre espaços próximos e longínquos, criando novas dinâmicas urbanas, seja através da relação de cooperação ou mesmo de competitividade entre os espaços. De acordo com Santos (1996, p. 78):

A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício.

Até a década de 1970 os objetos técnicos vinculados aos transportes e as comunicações no Sertão do São Francisco, dinamizavam os fluxos de pessoas e mercadorias na escala local e regional. Juazeiro era o centro articulador dessa dinâmica, uma vez que possuía a estação ferroviária, o porto e o centro de

distribuição dos correios. A partir da metade da década de 1970, com a inserção de novos objetos técnicos, uma nova dinâmica de fluxos se estabeleceu no território.

A década de 1970 pode ser vista como um marco de ruptura e transformações nas relações de dependência socioespaciais de Petrolina em relação a Juazeiro e do acirramento da competitividade entre ambas, tendo como reflexibilidade o aumento das desigualdades e diferenciações socioespaciais. Bessa (2010a, p. 53) assinala que:

A cada momento histórico, que inclui novas formas de produção e acumulação, novas relações político-econômica e novas estruturas socioculturais, tem-se o embate entre a continuidade, a descontinuidade e a ruptura dos processos, caracterizando a incessante renovação da sociedade e, por conseguinte, a recriação constante de diferenciações espaciais.

Alguns eventos foram decisivos para tal ruptura e transformações socioespaciais, entre os quais se destacam a ampliação da influência política de Petrolina em escala regional e nacional, tendo Nilo Coelho como principal expoente, uma vez que o mesmo ajudou a capitanear obras e recursos para a cidade ao assumir o governo de Pernambuco (1967-1971) e o Senado Federal (1979-1983), deixando o legado político para outros membros da família Coelho. Nesse período (1967-1983), ocorreu a pavimentação da BR 232 melhorando a circulação e dinamizando o fluxo entre Petrolina e Recife e houve mudança de local e ampliação do aeroporto de Petrolina. Com a inserção desses e de outros novos objetos técnicos (a exemplo dos perímetros irrigados), Petrolina ampliou sua relação com outros centros nas diversas escalas, passando a dividir e até mesmo competir com Juazeiro pela centralidade regional. Conforme assinala Bessa (2010b, p. 40): “Se a relação de complementaridade se enfraquece e a de competitividade torna-se mais forte, amplia-se a diferenciação”.

Chilcote (1990) assinala que na década de 1980 a imprensa regional, descrevia os Coelhos como uma dinastia, que exercia controle sobre "uma república que abrangia não só Petrolina, mas também municípios vizinhos" (idem, p. 294) no estado de Pernambuco. Além do controle político sobre Petrolina e algumas cidades do Sertão do São Francisco (Afrânio, Cabrobó, Orocó e Santa Maria da Boa Vista), os Coelhos mantinham uma vasta rede econômica, composta por indústrias, empresa exportadora, supermercados,

agências de automóveis, construtora, emissora de rádio, terrenos desocupados em diversas áreas na cidade, sobretudo, as margens do rio São Francisco, além de fazendas de criação em Petrolina (CHILCOTE, 1990).

Ainda nos tempos hodiernos, os Coelhos mantêm forte influência econômica, mas, sobretudo, política em Petrolina e pequenas cidades que compõem sua região imediata, através de representantes legislativos nas diversas escalas de poder, do local ao nacional³⁸.

É indiscutível o papel das elites políticas locais no processo de reestruturação do espaço do Sertão do São Francisco, mas, indubitavelmente, fatores externos à região concatenados pelo governo federal através da inversão de capitais, inserção novas tecnologias de produção, investimentos maciços em infraestrutura (transporte, comunicação, logística, etc.) e políticas de atração e incentivos ao capital privado foram decisivos para a reestruturação produtiva do Sertão do São Francisco, tendo como resultante o acelerado processo de urbanização das cidades-polo regional Juazeiro e Petrolina e, a consequente ampliação das diferenciações e desigualdades socioespaciais nas diversas escalas.

Conforme assinala Lojkine (1997, p. 190) “a intervenção estatal é a forma mais elaborada, mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas”. No processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco as ações do Estado, estiveram, na maioria das vezes, aliadas ao atendimento de interesses privados, sobretudo, das elites locais e regionais que interferiram de maneira significativa na dinâmica socioespacial do território, moldando, acelerando ou criando novos processos.

³⁸ O Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB) atualmente é o líder do governo no Senado e já exerceu o cargo de Ministro da Integração Nacional e Prefeito de Petrolina. Seus filhos: Fernando Coelho Filho é Deputado Federal (DEM) e já exerceu o cargo de Ministro das Minas e Energia; Antônio Coelho é Deputado Estadual (DEM); e Miguel Coelho (MDB) é o atual Prefeito de Petrolina. Para melhor entendimento sobre a influência político-econômica dos Coelhos em Petrolina, pode-se consultar: Chilcote (1990); Coelho (2007); Santos (2002, 2013) entre outros.

2 ABORDAGENS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: DESAFIOS PARA SUA APREENSÃO

No Brasil, República Federativa subdividida em 5570 municípios distribuídos em vinte e seis estados federados e um Distrito Federal, cada município com uma sede urbana, desenvolve-se um amplo debate político-teórico-metodológico sobre os fenômenos da urbanização da população e da economia, da configuração de redes de cidades e de suas hierarquias funcionais que tem resultado numa diversidade de interpretações. A noção de cidade média enquanto categoria operacional no campo das políticas públicas ganha importância neste contexto como objeto de investigação. Os estudos acerca da noção de cidades médias se revelam ainda mais complexos quando consideramos alguns elementos. A maioria (68,7%) das sedes municipais brasileiras possuía em 2018 até 20 mil habitantes e 57% da população total se concentrava em apenas 317 cidades (5,7% dos municípios) com mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2018). Em algumas regiões do país (sobretudo Norte e Nordeste) a rede urbana é pouco densa e fragmentada prevalecendo ainda em alguns estados uma distribuição do tipo primaz, ou seja, com apenas uma cidade-polo. Durante longas décadas do século XX, houve uma supervalorização das metrópoles e de suas hinterlândias em detrimento de outros espaços não metropolitanos (cidades médias e pequenas), tanto nos projetos e programas de governo quanto nos estudos acadêmicos. E, não obstante os esforços intelectuais de alguns pesquisadores que nas últimas décadas têm se dedicado a estudar as cidades médias, ainda não se chegou a uma maior consistência conceitual sobre a temática.

Conforme destaca Sposito (2014a), sobre o tema das cidades médias: “Considero que é, apenas, uma noção em decorrência da compreensão de que um conceito precisa se vincular a outros e compor uma teoria para ganhar tal estatuto, o que a expressão “cidade média” não alcança” (Idem, p. 28). De acordo com Sposito (2014a), muitas das críticas feitas à expressão cidades médias, se referem ao tamanho demográfico. Porém, tanto na literatura brasileira, quanto na francesa, existe uma distinção entre cidades de porte médio, “assim classificadas, em função de um dado tamanho demográfico, que,

num determinado país, é considerado como médio segundo esta ou aquela classificação ou tipologia” (SPOSITO, 2010, p. 52) e cidades médias “que desempenham papel de comando regional, realizando funções de intermediação entre cidades maiores e menores de sua rede urbana” (SPOSITO, 2014a, p. 28). Ainda Sposito (2014a) argumenta que as pesquisas, debates e diálogos acadêmicos que vêm sendo realizados sobre as cidades médias, têm caminhado para sua abordagem conceitual e apresenta alguns fatores, considerados pela mesma, como essenciais para os estudos das cidades médias.

Observar a situação geográfica da cidade ou das cidades em análise; Não esquecer de notar a natureza das relações da cidade média e da cidade pequena com o campo; Delimitar o ponto de vista que será privilegiado na análise (econômico, político, social etc.); Apreender as articulações interescares que aquele ponto - cidade média - é capaz de estabelecer no âmbito de sua rede urbana e, eventualmente, além dela (SPOSITO, 2014a, p. 29).

Entre os pesquisadores que corroboram com as abordagens de Sposito (2014a) está Corrêa (2007a), que apresenta elementos tidos como essenciais para a conceituação de cidades médias: a) *tamanho demográfico absoluto*, que deve levar em conta os distintos processos de urbanização nos países; b) a *escala espacial de referência*, ou seja, deve-se considerar a localização da cidade em seu contexto local/regional e; c) a *dimensão temporal*, na qual, do ponto de vista demográfico, deve-se qualificar a cidade a cada momento.

Diversos autores indicam a década de 1970 como marco das pesquisas acerca das cidades médias no Brasil. Os estudos mais detalhados sobre a temática podem ser encontrados em: Amorim Filho (2007, 2015); e Andrade e Serra (2001), que se basearam nas análises do II PND para discutir algumas abordagens sobre as cidades médias no período supramencionado. Porém, somente a partir da década de 1990 é que “o tema das cidades médias é retomado como área de estudos no meio acadêmico”. (SOARES; MELO, 2010, p. 233).

Amorim Filho (2015) ao realizarem pesquisa acerca da origem dos estudos sobre as cidades médias aponta que os mesmos têm início na França no final da década de 1960 “ao mesmo tempo em que os desequilíbrios e disfunções das redes urbanas se manifestam e essas cidades começam a ter

interesse também para políticos, urbanistas e planejadores urbano-regionais” (Idem, p. 15). Também de acordo com Amorim Filho (2015), Michel Rochefort na década de 1960 realizou estudos sobre a organização urbana da Alsácia e apresentou uma das primeiras caracterizações a respeito das cidades médias e, o também geógrafo francês Yves Leloup, realizou uma pesquisa pioneira sobre a geografia urbana mineira, trabalho que foi publicado na França em 1970³⁹.

Segundo Amorim Filho (2007) é a partir da década de 1990 que cresce, significativamente, no Brasil tais estudos, se ampliando inclusive por outros países “hispano-americanos”, com destaque para Venezuela, Peru, Argentina e Chile. Conforme asseveram Oliveira e Soares (2014, p. 122):

O crescimento da importância dessas cidades no cenário urbano leva a uma preocupação que envolve os pesquisadores dessa temática, que é a de definição/conceituação do que seja uma cidade média. Apesar disso, não existe um consenso para definição/conceituação de cidade média, variando, de acordo com o pesquisador, a região estudada, o país e o período histórico.

De acordo com Castello Branco (2006), alguns aspectos configuram como consenso nos estudos acerca das cidades médias: tamanho populacional (que deve ser relativizado conforme a localização da cidade); tamanho econômico (indicativo do dinamismo e sua capacidade de atração locacional); grau de urbanização (definidor da capacidade de desempenho das funções urbanas); centralidade (capacidade de articulação inter-regional) e, qualidade de vida (fator de atração locacional para indivíduos e empresas). Visando a construção de parâmetros de identificação das cidades médias brasileiras, Castello Branco (2006) utilizou-se de alguns indicadores como: tamanho populacional, selecionando cidades entre 100 e 350 mil habitantes; centralidade, e como forma de evitar alguns fatores de influência, excluiu cidades pertencentes às Regiões Metropolitanas, Redes Integradas de Desenvolvimento (Ride), Áreas de Concentração de População e Municípios subordinados⁴⁰; e existência de linhas aéreas regulares, visando compreender a dinâmica dos fluxos, considerando os circuitos superiores. Como resultado de seus estudos, Castello Branco (2006)

³⁹ Ver: Leloup (1970).

⁴⁰ Conforme apresentado pelo IBGE (2008) através do estudo das Regiões de Influência das Cidades (Regic).

identificou 39 centros que, segundo seus critérios de análise, se inserem em algumas tipologias de cidades médias.

Deve-se considerar que a utilização de “linhas aéreas regulares” como um indicador fundamental na pesquisa de Castello Branco (2006), pode reforçar um processo centralizador e segregacionista, uma vez que a maior concentração de cidades médias, conforme tal critério encontra-se entre as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Também, a autora não levou em conta, no referido estudo, que a rede urbana do Brasil, encontra-se, em grande proporção, interconectada através da malha rodoviária, apesar das deficiências de infraestruturas encontradas na mesma.

Retomando os estudos de 2006, porém com outras perspectivas, Castello Branco (2007), tomando como categoria de análise o tamanho demográfico e a estruturação da rede urbana, buscou identificar o conjunto de cidades médias brasileiras, tendo como variáveis: “o tamanho populacional e econômico, a qualidade de vida, a centralidade administrativa e a vida de relações” (Idem, p. 96) e, baseando-se na metodologia de Michel Rochefort (1965)⁴¹ para a classificação de centros urbanos, categorizou as cidades médias brasileiras em três grupos (não hierárquicos): “Centro submetropolitano, Capital regional e Centro regional” (Ibid., p. 100), que segundo a mesma, desempenham ou podem desempenhar papel de intermediação entre diferentes centros da rede urbana. Dos 230 centros selecionados em sua pesquisa, 47% encontra-se na Região Sudeste. As Regiões Sul e Nordeste apresentam cada uma 20% do total, ficando 11% para a Região Norte e o restante para a Região Centro-Oeste, demonstrando a rarefação da rede urbana desta última.

Castello Branco (2007) ao concluir suas análises, assevera que, “a distribuição regional do número de centros reflete as desigualdades de ocupação, qualidade de vida, dinâmica populacional e econômica e possibilidade de irter-relação com outros centros”. (Ibidem, p. 102). Na supracitada classificação, realizada por Castello Branco (2007), Juazeiro e Petrolina aparecem como Capitais Regionais. O interessante neste estudo, é que a mencionada autora identifica cinco capitais estaduais (todas na Região Norte) e

⁴¹ Ver: Rochefort (1965).

acrescenta cidades que fazem parte de Regiões Metropolitanas, de RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) e Aglomerações Urbanas, fato que não ocorreu em seu estudo anterior⁴². Porém, Oliveira e Soares (2014, p. 130), assinalam que:

Uma ressalva deve ser feita quanto à proposição tipológica: não deve ser considerada como cidades que possuem funções intermediárias na rede urbana, ou seja, cidades médias, aquelas que estão inseridas em áreas metropolitanas, pois em função de estarem muito próximas da metrópole, em alguns casos até conurbadas, essas cidades se especializam visando atender às demandas da metrópole.

A concepção de cidade média abarca uma realidade que se apresenta extremamente heterogênea quanto às especificidades desses espaços urbanos. Corrêa (2007a) assinala que três elementos são imprescindíveis para a caracterização das cidades médias: tamanho demográfico, funções urbanas e a organização do espaço intraurbano, mas, esses devem ser considerados em conjunto, não isoladamente. De acordo com Corrêa (op. cit.), uma vez que a concepção de cidade média é pouco conhecida e muito diversificada, exige-se muita abstração. O referido autor assinala que é “no contexto de formação da moderna rede urbana que é possível estabelecer a noção ou o conceito de cidade média”. (CORRÊA, 2007a, p. 28).

Alguns autores destacam em seus estudos o papel das cidades médias na reestruturação da rede urbana brasileira (ELIAS, 2007; ELIAS; PEQUENO, 2010; MAIA, 2010; PONTES, 2006; SPOSITO, 2007, 2010, 2014a; SPOSITO et al., 2007). Corroborando com a discussão acerca da interconexão entre cidades médias e reestruturação da rede urbana, Corrêa (2007a) aponta algumas tipologias possíveis para identificação das cidades médias brasileiras, salientando a possibilidade de combinações entre as mesmas:

a) Lugar Central, caracterizado pela concentração de oferta de bens e serviços para uma hinterlândia regional; b) Centro de drenagem e consumo da renda fundiária, cidade localizada em área de pastoril tradicional ou em que foi implantado um complexo agro-industrial; c) Centro de atividades especializadas, caracterizada pela concentração de atividades que geram interações espaciais a longas distâncias. (CORRÊA, 2007a, p. 31).

⁴² Vide Castello Branco (2006).

Também Corrêa (2007a) indica outros elementos de análise para definição de cidade média, quais sejam: “A elite empreendedora; a localização relativa e; as interações espaciais” (Ibid., p. 29-30). Oliveira e Soares (2014), tomando como referência “o estudo das cidades médias a partir das relações regionais e dinâmicas espaciais na rede urbana” (op. cit., p. 119), apresentam uma síntese para a tipologia de cidades médias (quadro 1).

Quadro 1. Tipologia para as Cidades Médias

Tipos	Descrição
Centro de serviços	Cidade especializada em oferecer serviços públicos e privados para a população regional.
Centro administrativo	Cidade que abarca as diferentes instituições políticas e administrativas dos níveis estadual e federal.
Polo econômico	Cidade que desenvolve estratégias nos diferentes níveis (estadual, nacional e internacional) de produção industrial e comercialização em grande escala.
Centro Turístico	Cidade que aproveita as potencialidades naturais, o patrimônio histórico e o cultural para promover atividades ligadas ao turismo.
Canal de comunicação	Cidade que utiliza sua localização relativa para servir de espaço de intercâmbio de pessoas, bens e informações.
Centro de fronteira	Cidade que aproveita sua posição geográfica e sua estratégia de desenvolvimento para dominar as relações em áreas de fronteira.
Centro regional	Cidade que concentra o comércio varejista e serviços especializados com alcance regional.
Centro de drenagem e consumo de renda fundiária	Cidade localizada em área pastoril que apresenta um complexo agroindustrial.
Centro especializado	Cidade que apresenta atividades especializadas que permitem estabelecer relações de longa distância, chegando ao nível internacional.

Fonte: Oliveira e Soares (2014, p. 130).

Observa-se que Juazeiro e Petrolina se enquadram na maioria das tipologias descritas por Oliveira e Soares (2014), quais sejam: a) as mesmas dispõem em seus territórios de significativo número de instituições e empresas públicas e privadas (Codevasf, Uneb, Univasf, Previdência Social, Valexport, etc.) que atendem não apenas a demanda intraurbana, mas, principalmente a escala interurbana, o que as classificariam como Centro de serviços e Centro administrativo; b) se configuram como um dos maiores polos de produção da fruticultura irrigada do Brasil (destaque para manga e uva) e, também de comercialização para o mercado nacional e internacional, além da produção e comercialização de vinhos, podendo ser consideradas como Polo econômico e Centro especializado; c) atendem as demandas intraurbana e interurbana de comércio e serviços especializados, voltados tanto ao consumo produtivo, quanto ao consumo consumptivo, tais como: shopping centers, lojas de implementos agrícolas, hipermercados e atacadões, medicina especializada, serviços bancários e financeiros, entre outros, ou seja, desempenham o papel de Centro regional.

Ao discutir a utilização das tipologias para identificação das cidades médias Sposito (2014a) alerta que, as tipologias embora possam ser interessantes para análises preliminares e para a compreensão das dinâmicas de estruturação urbana, é preciso ir além das tipologias, que geralmente são hierarquizantes. Portanto, mesmo entendendo que as tipologias de cidades possam ser utilizadas como abordagem metodológica para a identificação das cidades médias, seguiu-se outro caminho, qual seja identificar os processos e as práticas espaciais, que engendraram objetos e ações, que se desvelaram em desigualdade e diferenciação socioespacial nas cidades médias de Juazeiro e Petrolina.

Sposito (2007) também salienta para a ampliação, nos últimos tempos, de estudos acerca de cidades não metropolitanas. A referida autora, assim como Corrêa (2007a), chama a atenção que, a noção espacial de que uma cidade pode ser considerada média pode ser tanto relativa, quanto transitória, devendo, portanto, serem compreendidas a partir de processos e dinâmicas econômicas e espaciais, considerando “seus papéis nas relações, sobreposições e

articulações com o espaço rural e com outras cidades em múltiplas escalas”. (SPOSITO, 2007, p. 233, grifos da autora).

Diversos pesquisadores, sobretudo os vinculados à ReCiMe, que na atualidade têm realizado pesquisas acerca do tema das cidades médias, assinalam para as dificuldades em se definir o conceito de cidades médias:

[...] temos diante de nós o enorme desafio de explicitar as especificidades que caracterizam essas cidades. [...] Somente assim poderemos dar consistência conceitual à expressão “cidade média”, ou superá-la, propondo novos conceitos capazes de melhor designar cidades que desempenham papéis intermediários em redes urbanas, cuja estruturação torna-se progressivamente mais complexa. (SPOSITO et al., 2007, p. 35-36).

Também Sposito et al. (2007), evidenciam que os principais processos que redefinem os papéis de cidades médias são: a concentração e centralização econômicas; a melhoria e a diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações; as formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços; e o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário. Acrescenta-se também o comércio seletivo, representado principalmente pelos shoppings centers. Com relação à modernização do setor agropecuário, Elias (2015) reforça as abordagens dos pesquisadores da ReCiMe, asseverando que:

A difusão do agronegócio não apenas amplia e reorganiza a produção material (agropecuária e industrial), como é determinante para a expansão quantitativa e qualitativa do comércio e dos serviços, especialmente dos ramos associados ao circuito superior da economia do agronegócio. O crescimento do terciário se deve ainda ao crescimento da população e a revolução do consumo, este último erigido sob os auspícios do consumo de massa associado a existência individual e das famílias. (Idem, p. 42).

Castello Branco (2006) destaca que alguns desafios se impõem para a concepção do que seja cidade média, que “em geral é definida ou por seu porte populacional, ou por características funcionais ou ainda por seu papel como elo entre os centros locais e os centros globais, na rede mundial de cidades”. (Idem, p. 245-246). Também, Llop Torné e Bellet Sanfeliu (1999), trazem importante contribuição para o entendimento da temática, assinalando que:

La ciudad media-intermedia no puede definirse sólo por el tamaño de la población. Tan o más importante es el papel y la función que la ciudad juega en su territorio más o menos inmediato, la influencia y relación que ejerce y mantiene en éste y los flujos y relaciones que genera hacia el exterior. Las ciudades medias articulan el territorio y funcionan como centros de referencia para un territorio más o menos inmediato. Y es precisamente ese papel y esa relación, que los centros mantienen con su territorio, lo que ayuda a definir con más claridad el mismo concepto. (Idem, p. 43).

Ainda de acordo com Castello Branco (2006), nos estudos realizados por Sposito (2001), a mesma incorpora novos elementos numa perspectiva geográfica, para a definição de cidades médias, “a importância do sítio e situação ou posição geográfica, das relações espaciais da cidade, [...], do seu papel na divisão do trabalho, das funções que desempenham e da questão da distância de centros de maior nível hierárquico”. (SPOSITO, 2001 *apud* CASTELLO BRANCO, 2006, p. 247). Portanto, a apreensão do papel desempenhado na rede urbana pela cidade média, é visto pela maioria dos autores, como ponto de partida para o entendimento da importância da mesma e um dos caminhos para sua construção conceitual.

Em seus estudos sobre “As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas”, Pontes (2006) assinala que a organização do espaço urbano brasileiro, sobretudo nos últimos 30 anos do século XX, é o reflexo do processo de reprodução do capital que “privilegiou determinados pontos do espaço como objeto de investimento” (Idem, p. 327), levando, conseqüentemente, à concentração populacional nesses locais. Tal perspectiva no Nordeste brasileiro ocorreu através da “melhoria na infraestrutura funcional e no equipamento social das capitais dos Estados e dos pólos secundários regionais, e a dinamização dos núcleos urbanos regionais” (Ibid., p. 328). Tais núcleos teriam como função apoiar as atividades produtivas, sobretudo rurais, e conter o processo migratório.

Pontes (2006) também argumenta acerca das transformações ocorridas no modo de produção capitalista a partir da década de 1970, “verificando-se a passagem do sistema fordista para o regime de acumulação flexível” (op. cit., p. 328), impactando nas cidades, que passaram a desempenhar novas funções e novos papéis, como bem afirmam Castells e Borja (1996, p. 152), “as cidades

vêm ganhando, nas últimas décadas, um protagonismo inegável tanto no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos [...] quanto no que diz respeito às relações internacionais”.

Conforme asseverado por Pontes (2006), cidade média seria um centro urbano que atua como suporte para as atividades econômicas de sua área de influência e, que pode manter relações verticalizadas com outras escalas espaciais, constituindo uma nova rede geográfica superposta à que mantém com sua hinterlândia. O que corrobora com as concepções de Bellet Sanfeliu e Llop Torné (2004, p. 2), ao afirmarem que:

Las ciudades se consideran intermedias no solo con arreglo a tallas demográficas y dimensiones determinadas (coherentes con su contexto geográfico), sino, sobre todo, con relación a las funciones que desarrollan: el papel de mediación en los flujos (bienes, información, innovación, administración, etc.) entre los territorios rurales y urbanos de su área de influencia y los otros centros o áreas, más o menos alejados. Funciones de intermediación entre los espacios locales/territoriales y los espacios regionales/nacionales e, incluso, globales.

Ao considerar o setor terciário como um dos principais elementos de estruturação econômica das cidades médias nordestinas, Pontes (2006, p. 345) identifica:

[...] duas redes geográficas superpostas: uma referente à estrutura territorial através das relações das cidades médias com suas respectivas áreas de influência, e outra, alusiva aos intercâmbios estabelecidos entre tais cidades e o exterior mediante fluxos financeiros e de mercadorias emanados, principalmente das atividades produtivas modernas nelas sediadas.

Ao concluir suas abordagens, Pontes (op. cit.) destaca, que apesar das significativas transformações ocorridas nas cidades médias nordestinas, por ela estudada, os elevados índices de pobreza, corroborado por outros fatores de desigualdade social tais como precariedade dos serviços de saúde, educação, transporte e saneamento básico, aliados aos impactos ambientais, “nos fazem refletir sobre os descompassos referentes ao ritmo atual da economia capitalista global e suas consequências para as áreas integrantes das nações emergentes” (PONTES, 2006, p. 346). Portanto, considera-se pertinente, compreender essas dinâmicas, a fim de identificar os agentes e processos responsáveis por caracterizar Juazeiro e Petrolina como cidades médias.

2.1 Juazeiro e Petrolina: nós da rede urbana do Nordeste brasileiro

Nesta subseção, busca-se compreender a centralidade urbana e os papéis exercidos por Juazeiro e Petrolina no contexto da rede urbana brasileira e nordestina. Para tanto, tomou-se como pressuposto para análise a nova proposta de regionalização do território brasileiro: “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias” (IBGE, 2017b)⁴³, que teve como base teórico-metodológica a identificação de cidades-polo e de municípios sob sua influência, a partir dos conceitos de território-rede e território-zona (IBGE, 2017b, n. p.):

[...] o conceito de território-rede (HAESBAERT, 2004) incorpora, para além daqueles atributos [fixidez e estabilidade], o movimento (fluxos) e as diferentes formas de mobilidade [...]. O território-zona – um território contínuo – é identificado quando os fluxos e fixos se localizam em um espaço ininterrupto e homogêneo. [...] o maior exemplo seriam os arranjos populacionais, que correspondem a uma área contínua de municípios.

Para elaboração da referida proposta de regionalização, foram consultados outros estudos realizados pelo IBGE no período de 2007-2016, quais sejam: “Regiões de Influência das Cidades” (2007), que definiu a hierarquia dos centros urbanos, considerando a gestão federal e empresarial na oferta de equipamentos e serviços; “Divisão Urbano-Regional” (2013), que forneceu uma visão regional do Brasil, considerando os fluxos articulados por sua rede urbana; “Gestão do Território” (2014), que buscou compreender como as regiões e as cidades se conectam, e quais são os polos que concentram a capacidade de comando e controle, tanto na perspectiva estatal, quanto empresarial; “Logística dos Transportes do Brasil” (2014), que apresentou as principais estruturas de transportes brasileiros e a dinâmica dos fluxos; “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” (2016), que considerou os deslocamentos

⁴³ As **Regiões Geográficas Intermediárias** organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. [...] As **Regiões Geográficas Imediatas** têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações (IBGE, 2017b, n.p., grifos nossos).

populacionais cotidianos ou à contiguidade entre manchas urbanas (IBGE, 2017b).

Na literatura sobre cidades médias, observa-se que os critérios mais utilizados para classificar as mesmas estão relacionados ao tamanho demográfico, a centralidade urbana e política, ao papel desempenhado por estas no desenvolvimento regional e sua funcionalidade. Segundo Castello Branco (2007, p. 90):

As cidades médias constituem nós de rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas.

As cidades de Juazeiro e Petrolina desempenham papel importante na rede urbana nordestina e brasileira. Elas mantêm uma relação de horizontalidade com outras cidades médias e pequenas, tanto de suas áreas de influência direta, como de áreas sob o comando de outras redes. Isso ocorre devido ao fluxo que se estabelece de pessoas, bens e serviços em seus espaços intraurbano e interurbano. Além disso, também mantêm relações de verticalidade com outros centros maiores e mais dinâmicos, a exemplos das metrópoles dos estados nos quais estão inseridas e, conexões com outros espaços em escala global, tendo como elemento articulador a comercialização de produtos frutícolas de alta qualidade, produzidos em seus territórios e/ou em municípios integrantes de suas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (quadro 2).

Considerando a temática desenvolvida nesta tese, que buscou compreender a diferenciação socioespacial entre cidades médias nordestinas, o recorte de análise, ora apresentado, privilegiou as Regiões Geográficas Imediatas de Juazeiro e de Petrolina (IBGE, 2017b), ponderando que essas são estruturadas a partir de um centro urbano responsável por atender as demandas de comércio e serviços (tanto de consumo consumptivo, quando produtivo) de sua hinterlândia. Também, levou-se em apreço o fato de que os municípios que integram as referidas Regiões Imediatas coincidem, com os que compõem o Sertão do São Francisco, portanto, não haverá contradição na utilização de qualquer uma das terminologias supramencionadas.

Quadro 2. Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Arranjo Populacional de Petrolina-Juazeiro, 2017

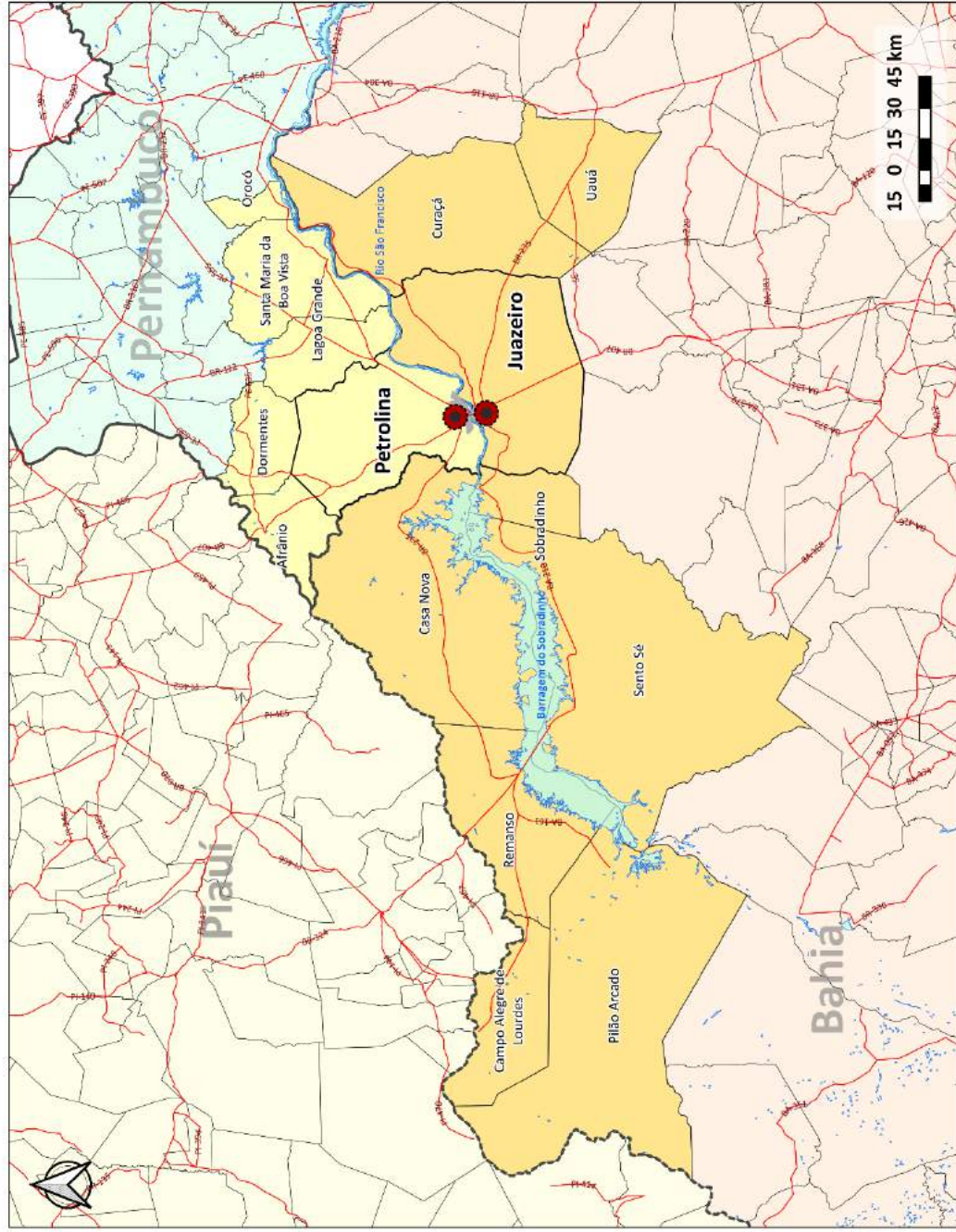
Unidade da Federação	Região Intermediária	Municípios da Região Intermediária	Região Imediata	Municípios da Região Imediata
BAHIA	Juazeiro	Uauá Sobradinho Sento Sé Remanso Pilão Arcado Juazeiro Curaçá Casa Nova Campo Alegre de Lourdes	Juazeiro	Uauá Sobradinho Sento Sé Remanso Pilão Arcado Juazeiro Curaçá Casa Nova Campo Alegre de Lourdes
		Senhor do Bonfim Ponto Novo Pindobaçu Jaguarari Itiúba Filadélfia Campo Formoso Antônio Gonçalves Andorinha	Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim Ponto Novo Pindobaçu Jaguarari Itiúba Filadélfia Campo Formoso Antônio Gonçalves Andorinha
PERNAMBUCO	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista Petrolina Orocó Lagoa Grande Dormentes Afrânio	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista Petrolina Orocó Lagoa Grande Dormentes Afrânio
		Trindade Moreilândia Santa Filomena Santa Cruz Ouricuri Ipubi Granito Exu Bodocó Arapipina	Arapipina	Trindade Moreilândia Santa Filomena Santa Cruz Ouricuri Ipubi Granito Exu Bodocó Arapipina
		Verdejante Terra Nova Serrita Salgueiro Parnamirim Itacuruba Cedro Cabrobó Belém do São Francisco	Salgueiro	Verdejante Terra Nova Serrita Salgueiro Parnamirim Itacuruba Cedro Cabrobó Belém do São Francisco

Organizado por: Muniz Filho, 2021.

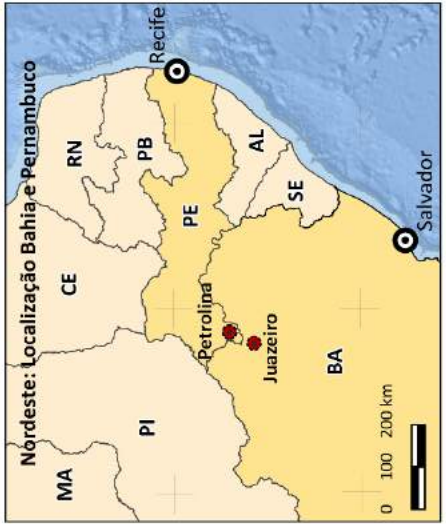
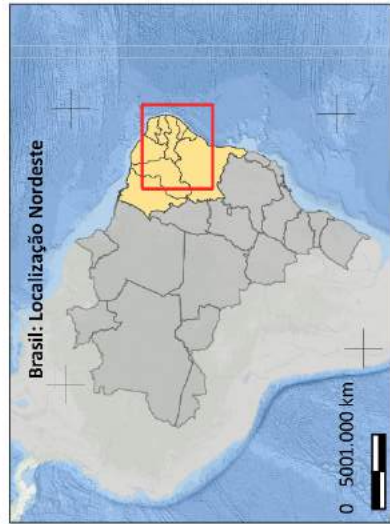
Fonte: IBGE, 2017b.

A Região Geográfica Intermediária de Juazeiro é composta 18 municípios e duas Regiões Imediatas (Juazeiro e Senhor do Bonfim) cada uma delas com nove municípios. Enquanto que a Região Geográfica Intermediária de Petrolina é composta por 25 municípios e três Regiões Imediatas: Petrolina (6 municípios), Arapipina (10 municípios) e Salgueiro (9 municípios) (mapa 4).

Mapa 4. Região Geográfica Imediata do Arranjo Populacional de Petrolina/PE - Juazeiro/BA, 2017



Folha Original - A4
 Escala 1:2.900.000
 Organização: Muniz Filho, 2021
 Projeto Cartográfico: Caio Couto, 2021
 Base Cartográfica: IBGE, 2010. DNIT, 2007
 SRC
 SIRGAS 2000 UTM 24S



Região de Influência Imediata

- Juazeiro
- Petrolina
- Cidades Estudadas
- Capitais
- Principais Rodovias
- Limites Estaduais
- Hidrografia

O contingente populacional das Regiões Imediatas de Juazeiro e de Petrolina é de 995.400 habitantes, dos quais 35,6% encontram-se no município de Petrolina, enquanto 21,9% estão no município de Juazeiro. No que se refere à taxa de urbanização, Juazeiro (81,2%) apresenta taxa mais elevada que Petrolina (74,6%), no entanto, o município pernambucano, apresentou no período entre 2000-2020 taxa de crescimento populacional de 62,1%, percentual bem acima da taxa de crescimento de Juazeiro (25,0%) (tabela 1)⁴⁴.

Comparando as duas regiões imediatas (Juazeiro e Petrolina), pode-se inferir que, a população total do município de Juazeiro (218.162 habitantes) corresponde a 42,0% dos residentes da sua região imediata. Já a população total do município de Petrolina (354.317 habitantes) representa 74,4% da população total da sua região imediata. As taxas de urbanização regional (64%) são equitativas. No entanto, houve discrepância nas taxas de crescimento populacional no período 2000-2020, a taxa de crescimento da população da região de Petrolina (51,3%), representou quase o triplo em relação à taxa de crescimento populacional da região de Juazeiro (18,1%) (tabela 1).

A Região Imediata de Juazeiro abrange uma área de aproximadamente 61.750,2 km² (mapa 4). Com população total de 519.093 habitantes, a região apresentou nas últimas décadas (2000/2020) taxa de crescimento populacional maior que a do estado da Bahia, sendo que as taxas de urbanização mais baixas apresentadas no período foram: Campo Alegre de Lourdes (2,0%), Sobradinho (9,9%) e Uauá (-29,9%). Em contrapartida, a taxa de urbanização da referida região está abaixo da taxa de urbanização do estado (tabela 1).

⁴⁴ Os dados referentes à população regional apresentados na tabela 1 corresponderam ao período entre 2000 e 2020 por considerar que entre as décadas de 1980 e 1990 foram criados três novos municípios no Sertão do São Francisco (BA/PE): Sobradinho (1989), desmembrado de Juazeiro; Dormentes (1991), desmembrado de Petrolina; e Lagoa Grande (1995), desmembrado de Santa Maria da Boa Vista. Portanto, por não haver dados referentes a esses municípios no período anterior ao supramencionado e a fim de evitar incorreções nas análises, foi realizado tal recorte espaço-temporal.

Tabela 1. População residente por situação de domicílio, taxa de crescimento e taxa de urbanização dos municípios das Regiões Geográficas Imediatas do Arranjo Populacional de Juazeiro/BA - Petrolina/PE, 2000/2020

Unidade Escalar ¹	2000			2010			2020 ² Total	Taxa de Crescimento 2000/2020 ³	Taxa de Urbanização 2010
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural			
	BAHIA	13 070 250	8 772 348	4 297 902	14 016 906	10 102 476	3 914 430	14 930 634	14,2%
Região Imediata de Juazeiro	439 547	253 220	186 327	478 699	307 099	171 600	519 093	18,1%	64,2%
Campo Alegre de Lourdes	28 256	6 539	21 717	28 090	8 126	19 964	28 820	2,0%	28,9%
Casa Nova	55 730	27 266	28 464	64 940	37 543	27 397	72 545	30,2%	57,8%
Curaçá	29 005	10 775	18 230	32 168	13 719	18 449	34 886	20,3%	42,7%
Juazeiro	174 567	133 278	41 289	197 965	160 775	37 190	218 162	25,0%	81,2%
Pilão Arcado	31 107	7 865	23 242	32 860	11 027	21 833	35 175	13,1%	33,6%
Remanso	36 257	21 015	15 242	38 957	23 470	15 487	41 170	13,6%	60,3%
Sento Sé	33 363	17 264	16 099	37 425	21 676	15 749	40 989	22,9%	57,9%
Sobradinho	21 133	19 610	1 523	22 000	20 002	1 998	23 233	9,9%	90,9%
Uauá	30 129	9 608	20 521	24 294	10 761	13 533	21 113	-29,9%	44,3%
PERNAMBUCO	7 918 344	6 058 249	1 860 095	8 796 448	7 052 210	1 744 238	9 616 621	21,5%	80,2%
Região Imediata de Petrolina	314 839	200 327	114 512	430 840	260 989	142 851	476 307	51,3%	64,6%
Afrânio	15 014	3 985	11 029	17 586	5 861	11 725	19 810	31,9%	33,3%
Dormentes	14 411	3 835	10 576	16 917	6 004	10 913	19 079	32,4%	35,5%
Lagoa Grande	19 137	8 651	10 486	22 760	10 416	12 344	25 849	35,1%	45,8%
Orocó	10 825	3 573	7 252	13 180	4 617	8 563	15 152	40,0%	35,0%
Petrolina	218 538	166 279	52 259	293 962	219 215	74 747	354 317	62,1%	74,6%
Santa Maria da Boa Vista	36 914	14 004	22 910	39 435	14 876	24 559	42 100	14,0%	37,7%

Elaborada por: Muniz Filho, 2020.

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 20 mar 2020

IBGE - Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Notas: (1) Unidade Escalar refere-se a Unidade da Federação, Região e Municípios respectivamente. (2) Estimativas de acordo com IBGE - Cidades (op. cit.). (3) Referente à população total no período indicado.

A Região Imediata de Petrolina ocupa uma área territorial de 14.682,2 Km² (mapa 4), abrigando população total de 476.307 habitantes. Nota-se que, proporcionalmente, a região pernambucana é mais densamente povoada que a região baiana. A maioria dos municípios da região pernambucana apresentou taxa de crescimento populacional acima da taxa estadual nas últimas duas décadas (2000/2020), a única exceção foi Santa Maria da Boa Vista (tabela 1).

No contexto dos pequenos municípios que compõem a Região Imediata do Arranjo Populacional de Juazeiro-Petrolina, Sobradinho se destaca dos demais, por apresentar taxa de urbanização superior a 90% (tabela 1). Tal fato se justifica, porque durante o período de instalação da Barragem do Sobradinho (1975/1981), ergueram-se diversas habitações nas proximidades da barragem para abrigar inicialmente os operários responsáveis pela construção da Usina Hidroelétrica. Posteriormente, foram constituídas três vilas: São Joaquim, São Francisco e Santana, ocupadas principalmente pelos funcionários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF. Ao se desmembrar de Juazeiro em 1989, o povoamento foi elevado à categoria de município, tendo o mesmo sido constituído apenas do distrito-sede Sobradinho, que já abrigava a população urbana.

Enquanto no território baiano há um maior número de municípios urbanizados (Casa Nova, Juazeiro, Remanso, Sento Sé e Sobradinho), na região pernambucana, apenas Petrolina (cidade-polo) apresenta população urbana superior a 50% (tabela 1). Esse dado pode ser um indicativo de que a centralidade exercida por Petrolina em sua região imediata seja maior que a exercida por Juazeiro, também em sua hinterlândia. Haja vista que nas pequenas cidades (pouco urbanizadas), há maior escassez na oferta de bens e serviços, conduzindo a um maior deslocamento da população local para os centros mais dinâmicos da região, neste caso as cidades médias, a fim de atender as suas demandas de consumo.

Os indicadores demográficos não devem ser configurados como variáveis determinantes da centralidade urbana, porém, podem ser um indicativo do nível de crescimento urbano e polarização de uma cidade no contexto interurbano, conforme assevera Oliveira e Soares (2014, p. 128):

[...] o tamanho demográfico não deve ser fim para classificação das cidades, mais sim meio para a explicação desses espaços, dessa forma, não se deve classificar os espaços urbanos considerando somente o critério demográfico, mas utilizá-lo para explicar o estágio do desenvolvimento urbano de uma cidade.

Estudos e análises apontam que, não é apenas o quantitativo demográfico que caracterizam Juazeiro e Petrolina como cidades médias (ELIAS, 2006; ELIAS; PEQUENO 2005, 2007; GOMES, 2007). Essas, individualmente ou em conjunto⁴⁵, desempenham importante papel de articulação na rede urbana nordestina e brasileira. Oliveira e Soares (2014) destacam a importância dos estudos sobre cidades médias, a fim de identificar as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, considerando serem tais elementos responsáveis por intensificar e marcar as relações entre as cidades e suas regiões de influência.

Analisando os indicadores de acesso à saúde e de qualidade de vida dos municípios que integram o Sertão do São Francisco, fica mais evidente compreender a centralidade exercida por Juazeiro e Petrolina na referida região. Além de Juazeiro e Petrolina concentrarem a maioria dos serviços e profissionais de saúde (médicos) disponíveis na região, também apresentam os melhores indicadores de qualidade de vida da população. No entanto, os referidos indicadores ajudam a compreender as diferenciações no acesso aos serviços de saúde e as desigualdades quanto à qualidade de vida da população na escala interurbana.

Na maioria dos indicadores de acesso à saúde, Petrolina apresenta índices mais elevados que Juazeiro, as maiores diferenças podem ser vislumbradas nas variáveis: clínicas, leitos e médicos. Com relação ao quantitativo de médicos atuantes no Sertão do São Francisco (1635), Petrolina concentra 57%, enquanto que Juazeiro dispõe de 30% dos referidos profissionais em atuação na região (tabela 2).

⁴⁵ A ideia aqui de individual ou conjunto é levando em conta que, apesar do Brasil ser um Estado Federativo e, pela atual Constituição (1988) os municípios também se configuram como entes federativos, existem demandas que só podem ser resolvidas no âmbito de cada estado da federação, o que dinamiza/direciona o fluxo populacional em função de suas necessidades.

Tabela 2. Indicadores de Acesso à Saúde e de Qualidade de Vida da População dos Municípios do Sertão do São Francisco - (Bahia e Pernambuco), 2010 - 2020

Unidade Escalar (1)	Estabelecimentos de saúde por categoria			Leitos (internação e complementar)	Médicos	Domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - 2010 (%)			População em domicílio com água encanada - 2010 (%)	População em domicílio com energia elétrica - 2010 (%)	IVS - 2010 (8)
	Hospital (2)	Clínica (3)	Centro de Saúde (4)			Adequado (5)	Semi-adequado (6)	Inadequado (7)			
Sertão do São Francisco (BA)	22	205	148	1006	625	30.0	36.6	33.4	63.0	87.3	0.475
Campo Alegre de Lourdes	2	0	11	78	11	0.0	31.6	68.4	5.9	66.2	0.569
Casa Nova	1	9	22	41	36	35.0	27.5	37.5	61.8	86.4	0.467
Curaçá	1	0	17	26	20	33.7	32.6	33.7	66.9	90.3	0.461
Juazeiro	12	168	54	608	482	62.2	30.6	7.2	91.1	99.5	0.352
Pilão Arcado	1	2	10	30	10	0.6	39.6	59.9	44.4	69.2	0.526
Remanso	2	4	11	111	27	48.0	18.9	33.1	65.6	85.1	0.478
Serto Sé	1	2	7	32	14	28.7	55.4	15.9	83.8	93.9	0.485
Sobradinho	1	8	9	56	15	73.7	20.1	6.2	92.4	98.6	0.383
Uauá	1	12	16	24	10	2.2	57.7	40.1	51.8	94.0	0.448
Sertão do São Francisco (PE)	20	390	120	1269	1010	39.8	38.5	21.7	74.6	98.2	0.410
Afrânio	2	4	14	54	22	17.0	32.1	50.9	43.0	98.3	0.474
Dormentes	1	10	10	27	16	26.6	51.4	21.9	50.0	97.0	0.440
Lagoa Grande	1	1	11	31	20	39.1	39.1	21.8	76.4	98.3	0.428
Orocó	1	0	7	17	4	32.3	54.0	13.7	84.2	98.9	0.369
Petrolina	14	369	60	1083	935	71.0	24.1	4.9	92.0	99.2	0.321
Santa Maria da Boa Vista	1	6	18	43	13	34.0	43.6	22.4	76.7	97.7	0.428

Organizada por: Muniz Filho, 2020.

Fontes: BRASIL. Ministério da Saúde. (DataSus), 2020.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020.

Notas: (1) Região e Municípios. (2) Hospital Dia, Hospital Especializado e Hospital Geral. (3) Clínica Especializada/Ambulatório Especializado, Consultório e Policlínica. (4) Posto de Saúde, UBS, USF, UPA e CAPS. (5) Abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente. (6) Domicílio com pelo menos uma forma de saneamento considerada adequada. (7) Domicílio com todas as formas de saneamento consideradas inadequadas. (8) IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. Cada indicador varia entre 0 (situação ideal) e 1 (pior situação).

Essa diferenciação no quantitativo de profissionais da saúde, atuantes nos municípios-polo, pode estar associada ao menor número de estabelecimentos de saúde instalados em Juazeiro (234) em relação à Petrolina (443), aliada a outros fatores, tais como: maior demanda por pacientes em Petrolina, uma vez que este município e sua região geográfica imediata abriga contingente populacional muito superior à Juazeiro; e o maior dinamismo econômico de Petrolina, que pode servir como atrativo à instalação de serviços de saúde especializado, sobretudo, de estabelecimentos do setor privado.

Em números absolutos, o total de médicos atuando em Petrolina (935), corresponde à quase o dobro dos que atuam em Juazeiro (482). Ainda considerando os indicadores de acesso à saúde, porém, na escala das regiões imediatas, percebe-se que Petrolina concentra aproximadamente 93% dos profissionais (médicos) e 85% dos estabelecimentos de saúde de sua região de influência imediata. Por outro lado, Juazeiro agrupa 62% dos estabelecimentos e 77% dos médicos de sua região de influência imediata. Entre os pequenos municípios, Orocó (PE) apresenta os piores indicadores de acesso à saúde do Sertão do São Francisco (tabela 2). Logicamente que a forte concentração dos profissionais, estabelecimentos e serviços de saúde em apenas dois municípios que se encontram em uma região muito ampla, caracterizada pela pobreza de boa parte da população, não pode ser visto como algo benéfico. Na verdade, tal situação apenas reitera a hegemonia dessas cidades médias (Juazeiro e Petrolina) e a sua centralidade. Mas, também, demonstra o quão excludente podem ser algumas políticas públicas territoriais e a opção pela produção de commodities, voltada ao atendimento das demandas do mercado globalizado.

Os reflexos das diferenciações relativas à concentração de estabelecimento e profissionais de saúde em maior quantitativo em Petrolina e as desigualdades na distribuição dos mesmos (estabelecimento, leitos e profissionais), que se concentram nas cidades-polos regionais, também, são perceptíveis quando se analisa os indicadores de qualidade de vida da população do Sertão do São Francisco. Os municípios de Juazeiro e Petrolina, que desempenham o papel de polo regional, apresentam bons indicadores de qualidade de vida, sendo que os índices são equitativos entre eles. Dos pequenos municípios que compõem o Sertão do São Francisco, apenas

Sobradinho acompanha os municípios-polo neste último indicador, o que de certa maneira se justifica pelo fato deste ter sido planejado com o objetivo de abrigar os funcionários da Chesf.

Os municípios baianos de Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, e os pernambucanos Afrânio e Dormentes, apresentam os piores resultados em quase todos os indicadores de qualidade de vida, com destaque para os elevados índices de vulnerabilidade social (tabela 2). Esses se caracterizam como os municípios mais pobres do Sertão do São Francisco, o que se reflete no baixo crescimento populacional e baixo nível de urbanização por eles apresentados nas duas primeiras décadas do século XXI (tabela 1).

Não se podem desprezar as inter-relações entre cidades médias e pequenas, onde essas muitas vezes são também espaços de apoio à produção, mas, em razão da polarização exercida pelas primeiras, tornam-se delas tributárias. Cidades médias como Juazeiro e Petrolina, exercem posições hierárquicas e de centralidade na rede urbana em que se encontram, visto que as cidades pequenas sob suas influências demandam dessas, bens, comércio e serviços diversificados (shopping centers, lazer, instituições públicas, educação superior, medicina especializada e outros), que atendam as suas necessidades de consumo produtivo, mas, principalmente de consumo consumptivo. Tanto as cidades de Juazeiro e de Petrolina, quanto as demais cidades que compõem as suas Regiões Geográficas de Influência Imediata (IBGE, 2017b), localizam-se distantes dos grandes centros e principais metrópoles da região⁴⁶. Conforme assinalam Elias e Pequeno (2005, p. 23):

A acessibilidade desigual aos equipamentos sociais e às redes de infraestrutura entre as populações das áreas urbana e rural, assim como a centralização das instituições públicas e dos serviços nos municípios polos já vem contribuindo para à aceleração desse fenômeno da urbanização, tornando-se ainda mais evidentes nas áreas onde a reestruturação produtiva da agropecuária concentra a propriedade da terra e diferencia as partes que compõem a região, seja nas relações de trabalho, seja na alocação de investimentos.

⁴⁶ Na Região Geográfica Imediata do Arranjo Populacional de Juazeiro-Petrolina, as cidades de Campo Alegre de Lourdes e Afrânio são as mais distantes das capitais estaduais (Salvador e Recife), distando em média 850 km destas. Enquanto que a distância média das cidades-polo regional para as capitais de seus respectivos estados, é de 505 km para Salvador (BA) e 703 km para Recife (PE).

O Estado é indubitavelmente um dos principais agentes responsáveis pela dinâmica territorial. No Sertão do São Francisco, a atuação deste ocorre em diversas frentes, dando suporte: técnico especializado através da instalação de Universidades, Institutos Tecnológicos e Empresas de Pesquisa; infraestrutural com a construção de barragens, perímetros irrigados, redes de transmissão de energia; logístico através da implantação de estradas, portos, aeroporto, centro de distribuição e comercialização da produção; normativo e legal, regulamentando leis trabalhistas, de uso do solo, outorga d'água, licença ambiental; e financeiro, de crédito e fomento à produção através de instituições financeiras públicas como Caixa Econômica, BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste (quadro 3). “Daí decorrem solidariedades materiais e organizacionais de uma nova espécie [...], que apontam o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira”. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118).

Além das instituições públicas de caráter federal e estadual, existem outras cujas gestões são de ordem municipal ou cooperativa, mas, que possuem participação expressiva no círculo de distribuição da agricultura irrigada, entre as quais se destacam em Juazeiro o Mercado do Produtor (antiga Ceasa)⁴⁷, que é um centro distribuidor de hortifrutigranjeiros, configurando-se como um dos maiores da região Nordeste do Brasil. E em Petrolina, o Centro de Convenções onde são realizadas feiras, exposições e convenções voltadas principalmente ao agronegócio, e a Valexport⁴⁸ que representa os exportadores de frutas do Vale do São Francisco.

Os investimentos em transportes, comunicações e logísticas de distribuição no Sertão do São Francisco levou a região a novas interações espaciais, colaborando principalmente para que as cidades-polo regional Juazeiro e Petrolina consolidassem seus papéis como cidades médias e nós da rede urbana regional e nacional, atendendo também a demandas de escala internacional.

⁴⁷ Inaugurado em 1984, “o Mercado do Produtor de Juazeiro, segundo dados do CONAB, é o quarto maior do Norte e Nordeste em volume e comercialização do país” (JUAZEIRO, 2020). Nele são comercializados produtos hortifrutigranjeiros das diversas regiões do país e também de outros países. Atualmente, o referido mercado é administrado pela Autarquia Municipal de Abastecimento - AMA.

⁴⁸ A Valexport - Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco foi fundada em 1988.

**Quadro 3. Instituições Públicas instaladas no Sertão do São Francisco,
por Escala de Vinculação e Atividades Desenvolvidas –
Bahia/Pernambuco, 2021**

INSTITUIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ESCALA DE VINCULAÇÃO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Banco do Brasil	Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado e Sento Sé (BA). Dormentes, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista (PE).	Federal	Serviços financeiros
Banco do Nordeste	Juazeiro (BA) Petrolina (PE)	Federal	Serviços financeiros
Caixa Econômica	Casa Nova, Juazeiro e Remanso (BA). Petrolina (PE)	Federal	Serviços financeiros
CHESF	Sobradinho	Federal	Gestão de recursos hídricos e energéticos
CODEVASF	Juazeiro (6ª SR) Petrolina (3ª SR)	Federal	Gestão de recursos hídricos
CIRETRAN	Juazeiro (BA) Petrolina (PE)	Estadual	Gestão de trânsito
EMBRAPA	Petrolina	Federal	Pesquisa Agropecuária
FACAPE	Petrolina	Municipal	Educação Superior
G R E	Petrolina	Estadual	Gestão Regional de Educação
GERES	Petrolina	Estadual	Gestão Regional de Saúde
IFBA	Juazeiro	Federal	Educação Profissional Técnica e Tecnológica
IFE - Sertão (Sede e Zona Rural)	Petrolina	Federal	Educação Superior e Educação Profissional Técnica e Tecnológica
INSS	Juazeiro (BA) Petrolina (PE)	Federal	Previdência e Securidade Social
M P F	Petrolina	Federal	Judiciária
M T E	Juazeiro (BA) Petrolina (PE)	Federal	Judiciária
N T E	Juazeiro	Estadual	Gestão Regional de Educação
Polícia Federal	Juazeiro	Federal	Segurança Pública
Polícia Rodoviária Federal	Petrolina	Federal	Segurança Pública
Receita Federal	Petrolina (Inspetoria) Juazeiro (Agência)	Federal	Judiciária e Alfandegária
S A C	Juazeiro	Estadual	Serviços da Administração Pública e Securidade Social
UNEB (DTCS e DCH)	Juazeiro	Estadual	Educação Superior
UNIVASF	Petrolina (Sede e Ciências Agrárias) Juazeiro (Campus)	Federal	Educação Superior
U P E	Petrolina	Estadual	Educação Superior

Organizado por: Muniz Filho, 2021.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019 e Site das Instituições, 2021.

É possível pensar essas cidades médias a partir de duas escalas territoriais: uma verticalizada, dinamizada por múltiplas redes, onde as cidades médias se conectam com outras hierarquicamente superiores, nacionais e estrangeiras e; uma horizontalizada, na qual as cidades médias aparecem como “conectoras” entre outras cidades do mesmo porte ou hierarquicamente superiores e as cidades pequenas integrantes de sua hinterlândia que buscam naquelas, bens e serviços, sobretudo, específicos nos setores de saúde, ensino técnico e superior, preferencialmente, em instituições públicas que estão geralmente instalados nas cidades médias. De acordo com Santos e Silveira (2006, p. 281):

Uma das tarefas da cidade no campo modernizado é, pois, a oferta de informação - imediata e próxima - a uma atividade agrícola que, nos dias atuais, já não pode ser feita sem esse insumo, tornado indispensável. Às vezes a cidade é a produtora dessa informação, o que é o caso, por exemplo, das aglomerações onde há instituições de ensino e de pesquisa pura e aplicada.

Considerando as instituições de ensino superior (IES) instaladas no polo Juazeiro-Petrolina, observa-se que, apesar do maior número estar vinculada à escala federal (5), o pioneirismo se deve as instituições que apresentam escala de vínculo estadual (3) e municipal (1). A mais antiga IES instalada no Sertão do São Francisco (UNEB – DTCS III) encontra-se em Juazeiro. Esta iniciou suas atividades no ano de 1961, com a denominação de Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF). Entre as ofertas de cursos de graduação, são poucos os cursos disponibilizados na modalidade das Licenciaturas em comparação aos ofertados na modalidade Bacharelado, havendo nesta modalidade, o predomínio de cursos voltados ao Agronegócio, às Engenharias e às Ciências da Saúde. Quanto aos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), também há predomínio de cursos voltados ao agronegócio ou as especificidades do Semiárido (quadro 4).

No cômputo geral, são ofertados 15 cursos de Graduação na modalidade Licenciatura e 36 cursos na modalidade Bacharelado. Quanto à Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) são disponibilizados 26 cursos, alguns deles, são oferecidos através de redes institucionais. Também estão disponíveis nas IES da região, 22

cursos de mestrados e quatro de doutorado. Apenas três IES não ofertam curso de Pós-Graduação (quadro 4).

No Sertão do São Francisco, predomina a oferta dos cursos na modalidade Bacharelado e com maior concentração nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, demonstrando, também a seletividade e diferenciação na produção científica regional que é voltada, sobretudo, ao atendimento das demandas do “circuito produtivo do agronegócio globalizado” (ELIAS, 2003a). Há um total de nove IES públicas instaladas no Sertão do São Francisco, a maioria encontra-se em Petrolina, seis ao todo. Grande parte da instalação de IES com vinculação federal na região ocorreu na década de 2000 (2004/2008) como resultante da política nacional de expansão das IES federais. A cidade de Petrolina foi a principal beneficiada na região com tal política (quadro 4).

Essas ações mais recentes (a partir de 2004) engendradas, sobretudo, pelo governo federal, que resultou na instalação de novas IES no Sertão do São Francisco, em sua maioria concentradas em Petrolina, e com cursos de graduação e pós-graduação, prioritariamente, voltados ao atendimento das demandas do agronegócio globalizado (quadro 4), demonstram como o Governo federal tem cooperado para a ocupação seletiva dos espaços intraurbano e interurbanos de Juazeiro e de Petrolina, ações que têm corroborado para ampliar as diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas.

A cidade média, ainda desempenha funções hierárquicas de intermediação na rede urbana a qual se insere. Porém, no período técnico-científico-informacional, sobretudo as cidades do agronegócio globalizado estabelecem novos fluxos (comerciais, políticos, sociais, econômicos, etc.) com outras cidades, inclusive de uma mesma importância, que compõem tanto a sua rede, como outras redes urbanas nas mais diversas escalas, ampliando suas relações de verticalidade e horizontalidade. Conforme assinala Sposito (2006, p. 148):

[...] ainda que se considere a manutenção, ainda forte, de relações e fluxos interurbanos de natureza hierárquica, é crescente a presença de relações do tipo complementares ou do tipo competitivas, entre cidades de mesmo nível ou de níveis diferentes no âmbito da mesma rede urbana ou entre redes urbanas diferentes.

Quadro 4. Instituições Públicas de Ensino Superior instaladas no polo Juazeiro-Petrolina, por Escala de vinculação, oferta de Cursos de Graduação e suas modalidades e Cursos de Pós-Graduação (Stricto Sensu) - Bahia e Pernambuco, 2021

Instituição	Local e ano de instalação	Escala de vinculação	Cursos de Graduação		Cursos de Pós-Graduação*
			Licenciatura	Bacharelado	
FACAPE	Petrolina 1976	Municipal	Sem oferta	Administração Ciências Contábeis Ciências da Computação Comércio Exterior Direito Economia Gestão de Tec. Informação Serviço Social	Sem oferta
IFE - Sertão (Sede)	Petrolina 1983	Federal	Computação Física Química Tecnologia em Alimentos Música	Sem oferta	Sem oferta
IFE - Sertão (Zona Rural)	Petrolina 2008	Federal	Sem oferta	Agronomia Tecnologia em Viticultura e Enologia	Sem oferta
UNEB - DCH III (Departamento de Ciências Humanas - Campus III)	Juazeiro 1985	Estadual	Pedagogia	Jornalismo em Múltiplos Meios	Comunicação (DI) Educação Cultural e Territórios Semiários (M)
UNEB - DTCS III (Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais - Campus III)	Juazeiro 1961	Estadual	Sem oferta	Administração Engenharia Agrônoma Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia Direito	Agronomia: Horticultura Irrigada (M)
UNIVASF (Campus Juazeiro)	Juazeiro 2004	Federal	Ciências Sociais	Ciências Sociais Artes Visuais Engenharia Civil Engenharia da Computação Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Engenharia Agrícola e Ambiental	Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (DP) Ciência dos Materiais (M) Engenharia Agrícola (M) Ensino de Física (MP) Ensino de Matemática (MP) Extensão Rural (MP)
UNIVASF (Sede)	Petrolina 2004	Federal	Educação Física	Administração Enfermagem Farmácia Medicina Psicologia Educação Física	Biociências (M) Administração Pública (MP) Educação Física (M) Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (M) Psicologia (M) Recursos Naturais do Semiárido (M) Ciências da Saúde e Biológicas (M)
UNIVASF (Campus Científicos Agrárias)	Petrolina 2004	Federal	Sem oferta	Ciências Biológicas Engenharia Agrônoma Medicina Veterinária Zootecnia	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (MP) Ciência Animal (M) Agronomia e Produção Vegetal (M) Ciência Veterinária no Semiárido (M) Sociologia (MP)
UPE	Petrolina 1968	Estadual	Ciências Biológicas Geografia História Matemática Pedagogia Língua Portuguesa e Língua Inglês Língua Portuguesa e Língua Espanhola	Enfermagem Fisioterapia Nutrição	Ciência e Tecnologia Ambiental para o Semiárido (M) Formação de Professores e Prática Interdisciplinares (MP) Reabilitação e Desempenho Funcional (M/D) Etnohistória e Conservação da Natureza (M/D)

Organizado por: Muniz Filho, 2021.
Fonte: Pesquisa de Campo e Sites das IES, 2018.
Notas: (*) Apenas Cursos Stricto Sensu: (M) Mestrado, (MP) Mestrado Profissional, (D) Doutorado, (DI) Doutorado Interinstitucional, (DP) Doutorado Profissional.

Juazeiro e Petrolina, após a instalação da agricultura técnico-científica em seus territórios, que resultou no processo de reestruturação produtiva do espaço, tiveram suas relações complementares e competitivas ampliadas, cooperando para transformar o Sertão do São Francisco em uma Região Produtiva Agrícola.

As Regiões Produtivas Agrícolas compõem-se tanto de modernos espaços agrícolas racionalizados, como também por cidades médias e pequenas, que são interpenetradas pelos circuitos locais e regionais da produção, conformando-se em nós, pontos e manchas das redes agroindustriais, seja em termos demográficos, econômicos ou espaciais (ELIAS, 2011).

As cidades próximas às áreas de realização da agricultura científica tornaram-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 26).

O Sertão do São Francisco é constituído por alguns municípios que integram a rede do agronegócio voltada à produção de commodities para o mercado globalizado. Juazeiro e Petrolina que são os polos regionais destacam-se como as maiores produtoras de frutas em áreas irrigadas do Brasil. Além dessas cidades médias, algumas cidades pequenas compõem o circuito produtivo local e regional da fruticultura. Entre essas pequenas cidades, se destacam no território baiano: Sobradinho que, a partir da Usina Hidrelétrica da Chesf (Sobradinho) produz energia - insumo fundamental para a manutenção dos projetos de irrigação – e controla a vazão hídrica do Rio São Francisco; Casa Nova e Curaçá que além de produzirem frutas, com destaque para manga e uva, sediam algumas empresas de vitivinicultura (Terra Nova e Sancti Benedictus). No território pernambucano, têm-se as pequenas cidades de Orocó, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista que produzem frutas, principalmente, manga e uva, e também abrigam algumas empresas de vitivinicultura (Terroir do São Francisco, Botticelli, Rio Sol, Bianchetti e Mandacaru).

Isso demonstra como as relações de horizontalidade e verticalidade, às vezes, manifestam-se como complementares, constituindo-se, desta maneira, em verdadeiras solidariedades organizacionais, formadoras de novas regiões.

As regiões existem, porque as solidariedades organizacionais se impõem sobre elas (SANTOS, 1994, 1996).

Assim como ocorre em outras Regiões Produtivas Agrícolas brasileiras, no Sertão do São Francisco, certas atividades complementares ao circuito de produção da agricultura globalizada (a exemplo da vitivinicultura) estão instaladas em pequenas cidades, caracterizando fortes interações espaciais interurbanas (relações horizontalizadas), uma vez que, as cidades médias - desempenham o papel de centralidade urbana - são responsáveis pela oferta de bens e serviços vinculados aos consumos consumptivo e produtivo. Essas, também atendem às demandas do circuito de produção e dos círculos de distribuição da agricultura globalizada, cooperando para superação da contiguidade geográfica (relações verticalizadas).

No entanto, outras cidades que compõem à região, mas, que não estão diretamente integradas ao circuito produtivo da fruticultura irrigada, tendem a tornar-se mais dependentes das cidades-polo, sejam como fornecedoras de mão de obra (não especializada), sobretudo, nos períodos de colheita ou como consumidoras dos bens e serviços ofertados pelas cidades médias. Conforme assevera Sposito (2014b, p. 132): “O capital movimenta-se, por meio das decisões de seus agentes econômicos e políticos, procurando territórios e articulando os pontos das redes e aprofundando as desigualdades das escalas locais às supranacionais”.

Com vistas à compreensão do papel da agricultura técnico-científica na reestruturação produtiva do Sertão do São Francisco, e sua influência nos processos de reestruturação do espaço das cidades de Juazeiro e de Petrolina é que se desenvolveu o capítulo subsequente. Infere-se, como se verá, que a instalação dos perímetros irrigados e a produtividade diferenciada destes, apresentam-se, como um dos indicadores para o entendimento da diferenciação entre as cidades e as desigualdades socioespaciais urbanas.

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO E A DIFUSÃO DAS DIFERENCIAÇÕES E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

No Sertão do São Francisco, os latifúndios que tinham na pecuária extensiva sua principal atividade e os pequenos produtores que viviam em sua maioria da agricultura de subsistência, foram substituídos, em grande parte, por novos e modernos sistemas técnicos de produção agrícola, denominado de “agricultura globalizada ou agronegócio globalizado” (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003a) e, que chamaremos de agricultura técnico-científica.

Tomando como base abordagens realizadas por alguns autores acerca da formação socioespacial de Juazeiro e de Petrolina, pode-se inferir que, a agricultura irrigada no Sertão do São Francisco teve início em 1900 quando o Governo da Bahia criou o Campo Prático de Viticultura de Juazeiro. O referido campo, em 1907 passou a ser denominado de Horto Florestal (CHILCOTE, 1990; GARCEZ; SENA, 1992; RIBEIRO, 2005; ROCHA, 2004;).

Porém, a atividade agrícola na região até a década de 1940 baseou-se na agricultura de subsistência (milho, feijão e mandioca) e, na agricultura de sequeiro - que tinha uma maior penetração comercial – com destaque para o cultivo do algodão e da mamona (que representavam os principais produtos de exportação para outras regiões), e da cana-de-açúcar que era a matéria prima para a produção de rapadura (produto de grande consumo regional).

A transição desse meio natural para o meio técnico (SANTOS, 1985, 1994, 1996) na região, ocorreu entre as décadas de 1940 e 1950 com a introdução do cultivo de cebola irrigada.

Alguns comerciantes do Submédio São Francisco descobriram nela [cebola] um produto de fácil comercialização e de perspectivas lucrativas. [...] Os comerciantes forneciam as sementes e algum outro meio necessário ao cultivo, além de precária orientação, e se comprometiam com a comercialização do produto. [...] As perspectivas de ganho oferecidas pela cebola, despertaram o interesse de fazendeiros e de médios proprietários rurais, que começaram a cultivá-la (LOPES, 1997, p. 172).

No entanto, o cultivo da cebola apresentou melhores resultados nos municípios pernambucanos de Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco e Cabrobó que receberam incentivos do Governo do Estado de Pernambuco através de programas de apoio à agricultura irrigada. O restante do território do Sertão do São Francisco mantinha na metade do século XX, as mesmas formas de produção herdadas ainda do passado, quais sejam: pecuária extensiva com baixa qualidade do rebanho, agricultura de subsistência e, agricultura de sequeiro, fortemente influenciada pelas intempéries da natureza (seca e inundação).

A ruptura em parte, da tradicional estrutura produtiva do Sertão do São Francisco (pecuária extensiva, agricultura de subsistência e agricultura de sequeiro) com significativos reflexos na estrutura socioespacial da região - capitaneadas, sobretudo pelas ações mais efetivas do Estado Nacional, como parte da Política Nacional de Ordenamento Territorial, ocorreu a partir da década de 1970 com a passagem do meio técnico para o meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1985, 1994, 1996), representado pela inserção no Sertão do São Francisco dos Perímetros Públicos de Irrigação que foram os principais responsáveis pela introdução da agricultura técnico-científica na região. Conforme assevera Carvalho (1987, p. 81-82):

[...] os investimentos e as ações do Estado abrangidos pelo planejamento regional terminaram orientando-se para viabilizar a expansão capitalista, a modernização e a interação monopolista da economia nordestina. Principalmente pela criação das condições de infra-estrutura necessárias, pelo levantamento dos recursos naturais existentes, pela reestruturação e modernização do aparato estatal na Região e pelos subsídios mais diretos ao capital, que se tornaram especialmente mais importantes no pós-64.

A irrigação no Brasil, como política pública de Estado, passa a ter um caráter mais direto a partir da década de 1960 com a elaboração de planos, projetos e ações institucionalmente estruturadas⁴⁹. Mas, ganha impulso a partir

⁴⁹ Cabe salientar, que algumas instituições públicas criadas até a década de 1960 para o “enfrentamento” da questão hídrica do Nordeste brasileiro, como por exemplos a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, posteriormente, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), não tinham como diretrizes, a utilização dos recursos hídricos do Nordeste para implantação de projetos de irrigação. “Em 1968, o Governo Federal instituiu o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA), que, em 1970, lançava os delineamentos de uma política de irrigação para o Brasil, através do Programa Plurianual de Irrigação (PPI)” (BRASIL, 2008, p. 8).

da década de 1970, quando o Estado brasileiro sob o Regime Militar, elabora os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Entre as ações propostas nos referidos PNDs voltadas à irrigação, constava a elaboração do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), que estabelecia diretrizes e metas pelo setor público, porém, com fortes estímulos à iniciativa privada (COELHO NETO, 2010), reforçando assim, o papel do Estado como agente a serviço do capital.

Em uma análise sobre a agricultura irrigada no semiárido nordestino Castro (2018) faz uma abordagem histórica acerca do processo de implantação da mesma. O referido autor assinala que os repetidos períodos de seca na região, levou o governo federal a criar no início do século XX, três comissões: "i) a de açudes e irrigação; ii) a de estudos e obras contra os efeitos da seca; e iii) a de perfuração de poços". (CASTRO, 2018, p. 9). Tais comissões não tiveram bom desempenho e, foram substituídas por outras instituições federais com o intuito de "combater a seca": IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909), que foi transformado em IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (1919), posteriormente denominada de DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (1945). Sendo a seca um fenômeno natural, a proposição de combatê-la se enquadra mais em uma criação de "imaginário" sobre o território nordestino, que em aplicabilidade real de tal intento.

[...] todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográfico, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana (CASTRO, 1997, p. 177).

O planejamento visando o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos (geração de energia e irrigação) do vale do São Francisco, de acordo com Castro (2018), se deu a partir da criação da CVSF - Comissão do Vale do São Francisco (1948). Ainda segundo o referido autor, em 1957 o governo brasileiro criou o GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que teve Celso Furtado como um dos seus componentes e idealizador. Tal grupo, tinha forte influência do pensamento desenvolvimentista cepalino⁵⁰.

⁵⁰Sobre a influência do pensamento cepalino no Brasil, além de algumas obras de Celso Furtado, pode-se consultar entre outros autores: Colistete (2001).

Na visão desse grupo [GTDN], a reestruturação da agricultura, com destaque para a irrigação, constituía em um ponto central para o desenvolvimento regional, pois, ao mesmo tempo em que geraria empregos e renda, diminuiria o preço dos alimentos, com impactos no custo da mão de obra, o que resultaria, por fim, no aumento da competitividade industrial regional. (CASTRO, 2018, p. 12).

Posteriormente, o GTDN transforma-se em Sudene - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (1959) e, na sequência a CVSF é substituída pela Suvale - Superintendência do Vale do São Francisco (1967), que originou a Covale - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (1974), que no mesmo ano passou a ser denominada de Codevasf, denominação mantida até o presente. De acordo com Sorj (2001), duas características são marcantes quanto à dinâmica do sistema institucional no Brasil, uma refere-se à fragilidade/obsolescência na linha de comando e aplicação das funções, ou mesmo a decadência por falta de recursos materiais, políticos e uso patrimonialista e, a outra está vinculada a flexibilização na criação de novas alternativas para ocupar os vazios, "sem chegar a substituir ou eliminar totalmente as velhas instituições" (Idem, p. 24).

A criação da Codevasf (1974) e a elaboração no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco (1975-1979) que previa entre outras ações, investimentos estruturantes para a implementação da agricultura moderna no Sertão do São Francisco viabilizada através da instalação dos Perímetros Públicos de Irrigação, sobretudo, em Juazeiro e Petrolina, foram determinantes no processo de reestruturação produtiva da região. O Sertão do São Francisco, é considerado como a região pioneira na implantação dos perímetros públicos de irrigação no Nordeste do Brasil, e na atualidade, ainda é a que possui o maior número de perímetros em funcionamento, e em implantação administrados pela Codevasf.

O marco legal sobre a irrigação no Brasil data de 1979, com a edição da Lei nº 6.662 (Lei de Irrigação), cuja regulamentação só ocorreu em 1984, mediante o Decreto nº 89.496. Após diversas alterações ocorridas ao longo das últimas décadas, a atualização mais recente da referida Lei ocorreu no ano de 2013, com a instituição da Lei nº 12.787 (Política Nacional de Irrigação).

Alguns autores assinalam que o Estado na busca de ampliar as ações do capital sobre o território nordestino, implantou, entre outras ações, as políticas públicas de irrigação, e a fim de minimizar alguns conflitos regionalistas⁵¹ (disputas territoriais entre estados fronteiriços; fragmentação territorial com propostas de criação de novos estados; discursos de abandono regional por parte do governo federal), buscou aliança com as elites políticas locais (BLOCH, 1996; BURSZTYN, 1984; CARVALHO, 1987; CASTRO, 1992; CHILCOTE, 1990). Particularmente no Sertão do São Francisco:

[...] o município que mais se beneficiou com isto foi Petrolina, já que lá residiam "os Coelho" - família que representava a principal força política da localidade. Estes usaram do seu prestígio político para canalizar recursos federais para o Polo como um todo, mas, principalmente, para seu município. (SOBEL; ORTEGA, 2009, p. 115).

Para além dessa articulação com as elites locais, o Estado, cumprindo o seu papel de agente capitalista, também foi responsável pelas transformações político-sociais na região, sobretudo, no incentivo à criação de novos grupos sociais que dariam suporte a seu projeto de expansão capitalista no Nordeste brasileiro. Conforme assevera Bursztyn (1984, p. 165-166):

[...] no topo da hierarquia social o Estado cria novos grupos: uma parcela dos velhos latifundiários tornam-se capitalistas modernos e uma 'pequena burguesia' rural outrora inexistente, começa a aparecer como produto direto dos programas de desenvolvimento regional.

Outros autores (CARVALHO, 1987; COELHO NETO, 2010; SOBEL; ORTEGA, 2009) apontam para os conflitos gerados entre as diretrizes do Estado e os interesses das oligarquias agrárias quanto ao processo de elaboração e regulamentação da primeira Lei de Irrigação do Brasil (Lei 6662/79), uma vez que a referida Lei propunha, inicialmente, a ampliação da oferta de terras agricultáveis aos pequenos produtores, através de "desapropriação de terras por interesse social e seu parcelamento em unidades menores para assentamento de colonos" (COELHO NETO, 2010). A principal preocupação levantada pelas oligarquias agrárias era de que a implantação dos perímetros irrigados teria impactos diretos na estrutura fundiária, afetando o direito de propriedade, o que

⁵¹ O Regionalismo "é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado" (MARKUSEN, 1981, p. 83).

resultou a partir da década de 1980 em significativas mudanças nos parâmetros políticos e sociais da referida Lei, orientando a política de irrigação para o atendimento das demandas dos grupos hegemônicos, sobretudo, aqueles voltados à produção agrícola nos parâmetros do agronegócio globalizado. O reflexo da influência dos agentes políticos e econômicos na política de irrigação do Brasil se desvelou através da:

[...] abertura crescente a instalação de empresas em detrimento de famílias de colonos, modificando os princípios de parcelamento da terra e alterando os critérios de seleção de irrigantes, privilegiando agentes mais capitalizados e com maior capacidade gerencial com a adoção de licitação para venda dos lotes. (COELHO NETO, 2010, p. 5).

As terras selecionadas para a instalação dos perímetros irrigados não foram, necessariamente, terras devolutas, mas, terras já ocupadas há alguns séculos por posseiros e pequenos e médios criadores que na maioria dos casos não tinham qualquer título de propriedade (BLOCH, 1996; BURZTYN, 1984; CHILCOTE, 1990). Portanto, primeiro ocorreu um processo de expropriação e desterritorialização dos posseiros, que em determinados casos transformaram-se em trabalhadores dos perímetros, sendo que alguns vieram a ocupar as periferias das cidades grandes e médias, tanto da região Nordeste, quanto de outras áreas do país, em busca de meios para sua subsistência (SOBEL; ORTEGA, 2009).

Ao discutir os impactos da difusão da agricultura globalizada no crescimento da urbanização, no tamanho e números de cidades, Elias e Pequeno (2015) assinalam que nos espaços onde ocorreu o processo de reestruturação produtiva da agropecuária, houve:

[...] significativas mudanças das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com o acirramento da privatização do acesso à terra e à água e, conseqüentemente, da concentração fundiária, o que promove a expulsão e expropriação dos pequenos agricultores, que passam a residir nas cidades. [...] tais processos promoveram intensa migração de mão de obra especializada para essas cidades (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas etc.), em grande parte oriunda de cidades maiores de várias partes do país. (ELIAS; PEQUENO, 2015, p. 14).

Também Santos e Silveira (2006) ao discutirem os impactos da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro,

asseveram que, em certas regiões, como por exemplo, nas áreas irrigadas do Sertão do São Francisco, tal “situação abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais dos papéis econômicos e políticos de grupos e pessoas e também de lugares” (Idem, p. 272).

Nesse processo de apropriação do espaço para atender as demandas da agricultura globalizada, ocorreu na região um novo processo de territorialização, com a inserção dos irrigantes ou novos colonos (pequenos e médios produtores rurais), oriundos de outras regiões, muitos dos quais sem vinculação com atividades agrícolas (mecânicos, motoristas, profissionais liberais e comerciantes) e, que devido a diversos fatores, não se instalavam nos núcleos habitacionais dos perímetros irrigados, passando a residir nas cidades médias da região em condomínios surgidos para também atender as demandas dessa nova classe social.

Alguns fatores de ordem sociopolítica, econômica e técnica contribuíram para a reestruturação produtiva do Sertão do São Francisco. Entre esses fatores, podemos destacar: a ampliação de eletrificação rural que possibilitou o uso de bombas em maior número de propriedades; utilização de técnicas mais eficientes para captação, condução e aproveitamento dos recursos hídricos; disponibilização de crédito agrícola que possibilitou a instalação de empresas e novos produtores rurais; abertura e/ou reforma das vias de circulação.

A agricultura técnico-científica impulsionou o aumento e a importância dos capitais fixos (estradas, aeroportos, portos, etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, insumos, etc.) e esses, conseqüentemente dinamizaram os fluxos (financeiros, de pessoas, de mercadorias, etc.), impelindo maior fluidez ao território.

O Estado promove grandes transformações no uso do espaço, que podem impactar nas funções desempenhadas pelas cidades no contexto interurbano. Tais processos também terão rebatimentos no espaço intraurbano, sobretudo, da cidade média, caracterizada como polo regional, uma vez que com as ações do Estado (implantação de infraestrutura, instalação de instituições públicas, políticas de desenvolvimento regional, etc.), há uma maior perspectiva de valorização diferencial do espaço.

3.1 Estrutura produtiva dos Distritos de Irrigação do Polo Juazeiro-Petrolina

Nesta subseção, será apresentado como ocorreu o processo de implantação dos Distritos de Irrigação do Sertão do São Francisco. Considerando a ordem cronológica da entrada em funcionamento de cada um deles, fez-se uma breve caracterização dos mesmos, buscando-se compreender sua espacialidade, seu dinamismo econômico e sua influência na estrutura socioespacial de Juazeiro e Petrolina.

O processo de operacionalização dos projetos de irrigação executado pela Codevasf passa por três fases: estudo, implantação e produção. Nesta última, recebe o nome de Projeto Público de Irrigação. Ao longo de todo o processo, a Codevasf é responsável por todas as atividades relativas aos projetos, tais como: ocupação das terras, operação, manutenção e recuperação das infraestruturas e, apoio à produção e comercialização, tal regra ainda se mantém para os projetos em fase de implantação.

Sobel e Ortega (2009) elaboraram um breve histórico acerca do processo de implantação e gestão dos perímetros irrigados no Polo Petrolina-Juazeiro. Os autores assinalam que a escolha por parte do governo federal pelas localidades supramencionadas ocorreu, principalmente, porque as mesmas já apresentavam “núcleos populacionais dotados de razoável densidade de equipamentos urbanos e de infraestrutura socioeconômica” (SOBEL; ORTEGA, 2009, p. 120). A partir de políticas públicas que visavam implantar e potencializar a agricultura técnico-científica no Vale do São Francisco, o governo federal passou a atuar em três frentes básicas: investimento em infraestrutura, investimentos em irrigação pública e, incentivos ao setor privado.

A partir da década de 1980, devido a dificuldades operacionais, sobretudo de recursos humanos e financeiros, a Codevasf, visando à transferência de gestão para os projetos já consolidados, criou um modelo de organização denominado Distrito de Irrigação que:

É uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída de irrigantes do Perímetro Irrigado, tendo por função principal, mediante delegação da Empresa, a administração, a operação e a manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso

comum, podendo realizar outras atividades (em caráter permanente ou transitório) de acordo com as demandas dos associados. (CODEVASF, 2020, n.p.).

As mudanças no modelo de gestão dos perímetros irrigados a partir da década de 1980 foram fundamentais para a estabilidade e desenvolvimento dos mesmos. Entre as mudanças, se destaca a maior articulação dos produtores através de cooperativas e associações que auxiliam na melhoria econômica e social tanto dos grandes, quanto dos pequenos agricultores. No entanto, Sobel e Ortega (2009, p. 124-127) salientam que:

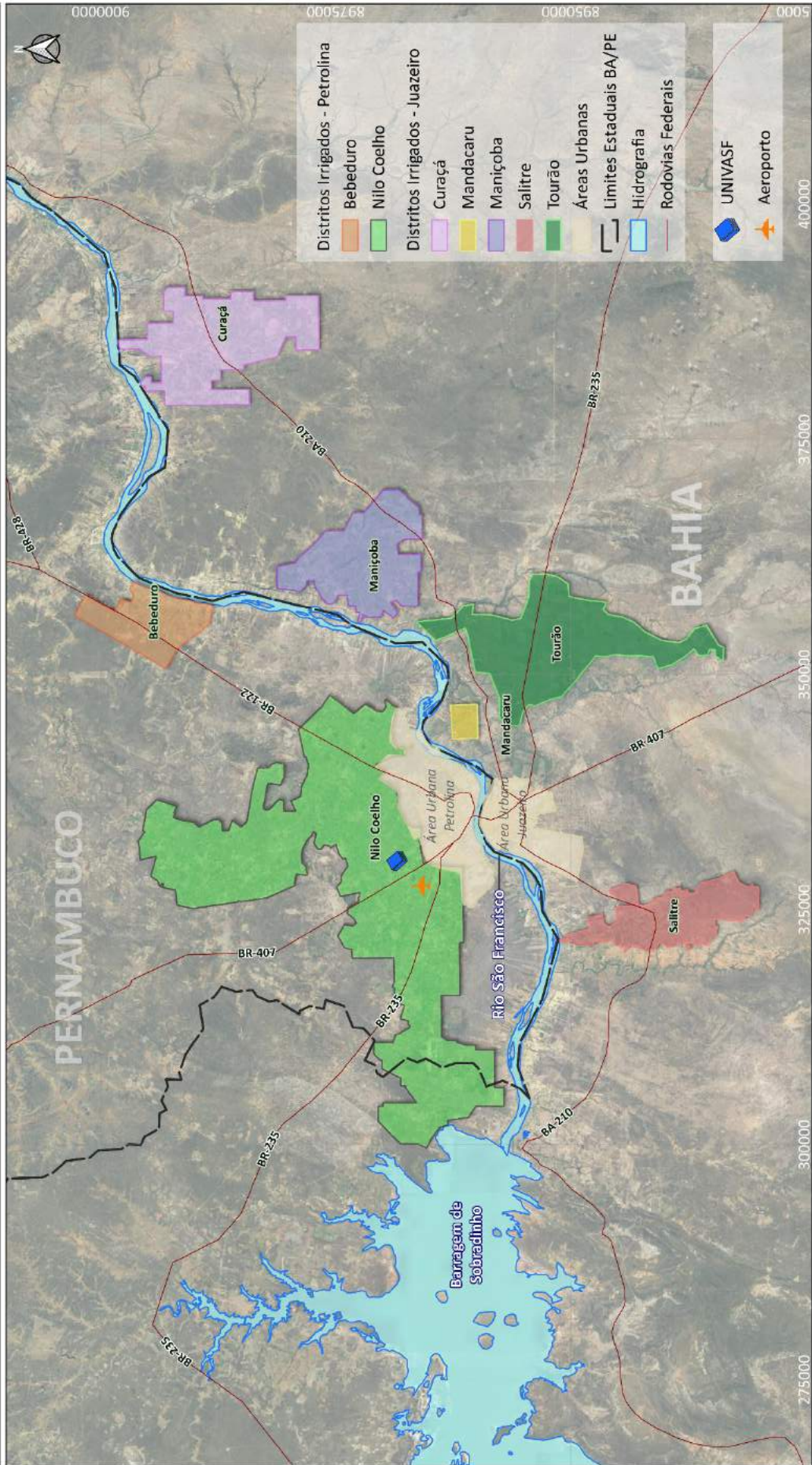
Petrolina possui produtores mais organizados e engajados no processo associativo, em comparação com Juazeiro. [...] e maior participação junto à instância municipal, no que se refere à proposição de políticas que afetem a qualidade de vida de sua comunidade.

Os dados apresentados pela Valexport, associação responsável pelo maior volume de exportações da produção do Sertão do São Francisco, corroboram com a afirmativa dos autores supramencionados. De acordo com a Valexport (2019), são 38 associados a ela vinculados, entre produtores e exportadores que cultivam, principalmente, uva e manga. Foi possível identificar a localização de ao menos 28 associados. Destes, 16 estão sediados em Petrolina e apenas um em Juazeiro. É importante salientar que algumas empresas e cooperativas possuem sede administrativa em Petrolina, mas, área de cultivo em Juazeiro ou em outras cidades que compõem a rede agroindustrial do Sertão do São Francisco.

No polo Juazeiro-Petrolina encontra-se em operação sete Perímetros Públicos de Irrigação ou Distritos de Irrigação: Bebedouro e Nilo Coelho, instalados em Petrolina (PE); Mandacaru, Tourão, Curaçá, Maniçoba e Salitre I instalados em Juazeiro (BA) (mapa 5)⁵².

⁵² Infelizmente, poucos Distritos de Irrigação dispõem de site. E, geralmente nestes, não existem informações detalhadas sobre o funcionamento dos perímetros, o mesmo ocorrendo no site da Codevasf. Apesar de inúmeras tentativas junto às administrações dos Distritos Irrigados para obtenção de maiores informações sobre a dinâmica e funcionamento dos mesmos, não houve devolutivas. E, devido à pandemia do Covid-19, não foi possível a realização de pesquisa de campo nos referidos perímetros de irrigação. Portanto, as informações gerais sobre a estrutura dos perímetros se baseiam em informações obtidas, prioritariamente, no site da Codevasf, em especial, no ano de 2020.

Mapa 5. Localização dos Distritos Irrigados do Polo Juazeiro – Petrolina (Bahia e Pernambuco), 2020



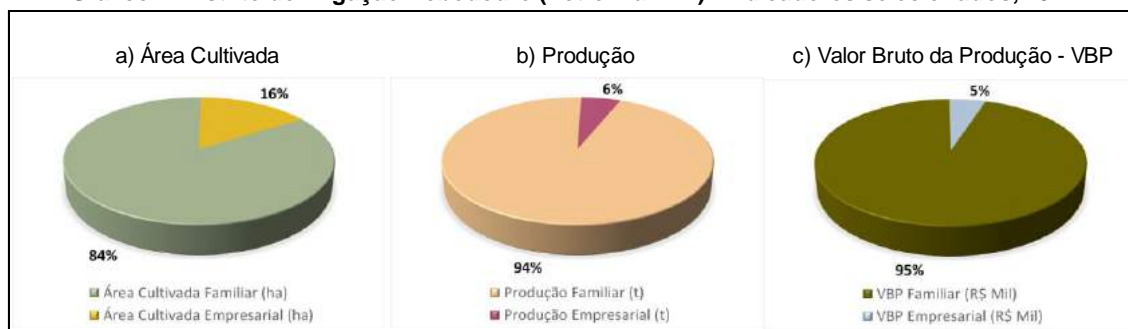
7,5 0 7,5 15 km
 Folha Original A4 Escala 1:600.000
 Organização: Muniz Filho, 2021
 Projeto Cartográfica: Couto et al. 2021
 Base Cartográfica: CODEVASF, 2020; Google Satelite, 2020
 SRC - SIRGAS 2000 UTM 24S

Entre os Distritos de Irrigação instalados no Polo Juazeiro-Petrolina, o perímetro Bebedouro foi o pioneiro. Localizado em Petrolina, ocupa uma área irrigável de 2.418 hectares, suas atividades foram iniciadas em 1968. O projeto dispõe de sete núcleos habitacionais, com população de aproximadamente 4.000 habitantes.

No projeto Bebedouro, encontram-se distribuídos em sua extensão territorial⁵³ de 6.649 hectares (mapa 5), um centro administrativo, dois clubes sociais, um posto de saúde, duas escolas (ensino fundamental e médio), duas creches, duas Associações de Moradores e uma Associação de Produtores Rurais (CODEVASF, 2020; DIB, 2020).

O perímetro irrigado Bebedouro possui área cultivada de 1.259 hectares (tabela 3), dividida entre 115 lotes familiares (84%) e cinco lotes empresariais (16%) (gráfico 1a). No ano de 2017 o total do Valor Bruto da Produção (VBP) do projeto foi de R\$ 47.499 (milhões). Destaca-se no projeto a agricultura familiar (pequenos produtores) que representa 94% da produção (gráfico 1b) e 95% do VBP (gráfico 1c).

Gráfico 1. Distrito de Irrigação Bebedouro (Petrolina - PE) - indicadores selecionados, 2017



Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

O distrito de irrigação Mandacaru está instalado em Juazeiro, ocupando uma extensão territorial de 1.009 hectares (mapa 5). Foi o segundo a entrar em operação na região do Submédio São Francisco no ano de 1971. Na sua área territorial possui dois núcleos habitacionais, centro técnico-administrativo, centro social, escola, creche, posto de saúde e posto policial (CODEVASF, 2020).

⁵³ Os dados correspondentes a extensão territorial dos Distritos de Irrigação, têm como referência, informações fornecidas pela Codevasf (6ª SR) através da Coordenação de Geoprocessamento e que, serviram de base para a formulação do mapa 5.

Tabela 3. Produção dos Projetos Públicos de Irrigação por ocupação do Sertão do São Francisco (Bahia e Pernambuco) – Codevasf, 2017

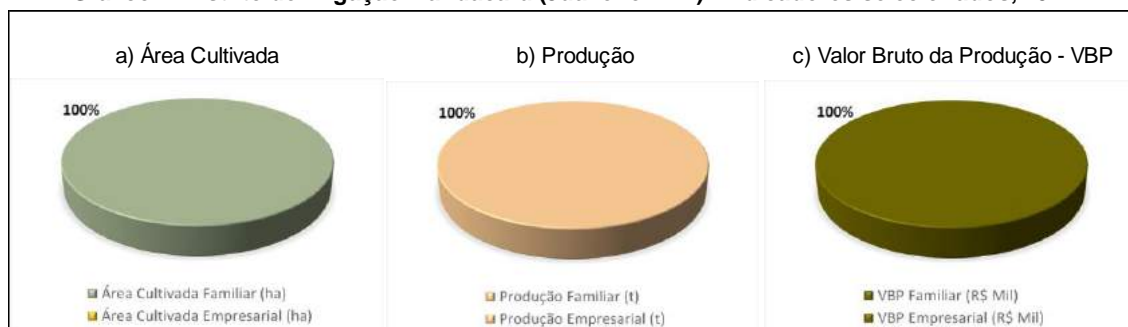
Superintendência	Perímetro	Área Irrigável (ha)	Área Cultivada Familiar (ha)	Área Cultivada Empresarial (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Familiar (T)	Produção Empresarial (T)	Produção Total (T)	VBP Familiar (R\$ Mil)	VBP Empresarial (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
3ª SR/PE (Petrolina)	Bebedouro	2.418	1.060	199	1.259	21.180	1.256	22.436	45.045	2.455	47.499
	Nilo Coelho	18.686	15.029	8.648	23.677	410.506	296.076	706.582	646.678	758.536	1.405.213
	Total	21.104	16.089	8.847	24.936	431.686	297.332	729.018	691.723	760.991	1.452.712
6ª SR/BA (Juazeiro)	Curaçá	4.281	2.628	1.477	4.105	87.629	39.960	127.589	78.593	83.557	162.150
	Mandacaru	450	685	0	685	12.203	0	12.203	11.299	0	11.199
	Maniçoba	4.160	3.586	4.370	7.956	56.599	196.097	252.695	63.981	63.600	127.581
	Salitre	5.098	2.496	1.333	3.829	82.383	195.016	277.400	74.997	15.045	90.042
	Tourão	14.236	249	14.170	14.418	4.165	1.491.927	1.496.092	4.236	107.535	111.771
Total	28.225	9.644	21.350	30.993	242.979	1.923.000	2.165.979	2.165.979	233.106	269.737	502.743

Adaptada por Muniz Filho, 2021.

Fonte: Relatório de Produção dos Projetos Públicos de Irrigação (2017). CODEVASF, 2018.

Entre todos os perímetros do polo Juazeiro-Petrolina, o projeto Mandacaru é o menor em área irrigável (450 hectares) e, também, em área cultivada, apenas 685 hectares (tabela 3). Porém, é o único dos distritos de irrigação na região, que apresenta 100% de sua área, da sua produção e consequentemente, também o VBP, vinculados a produtores familiares (gráfico 2 a-b-c).

Gráfico 2. Distrito de Irrigação Mandacaru (Juazeiro - BA) - indicadores selecionados, 2017



Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

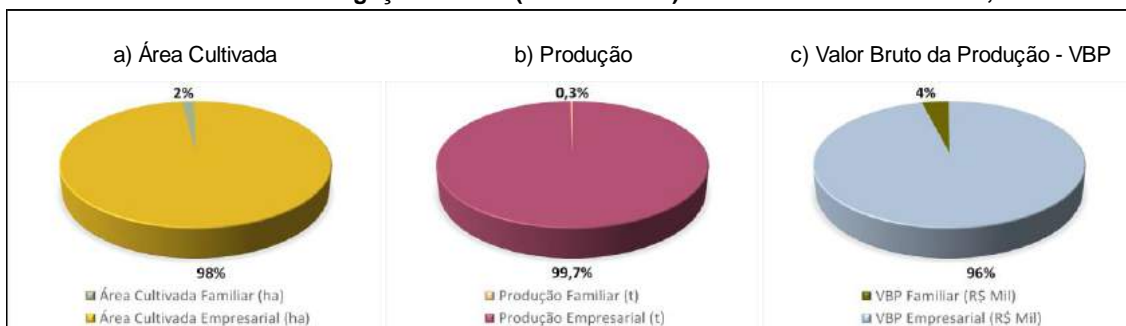
De acordo com a Codevasf (2020), a inserção a partir de 2010 de novas técnicas de produção, colaborou para o aumento da produtividade do perímetro. Atualmente, a manga ocupa 53% da área cultivada e apesar de existir lotes empresarias no projeto, esses não registraram produção nos últimos três anos. Não há dados sobre a produção de uvas no Distrito de Irrigação Mandacaru, certamente por tratar-se de uma cultura que exige altos investimentos para sua implantação e manutenção.

O Distrito de Irrigação Tourão está localizado em Juazeiro, ocupando uma extensão territorial de 18.473 (mapa 5). Entrou em operação no ano de 1979. Possui apenas um núcleo habitacional e um centro técnico-administrativo (CODEVASF, 2020). A área irrigável do projeto corresponde a 14.236 hectares, sendo que sua área cultivada total é de 14.118 hectares (tabela 3), dos quais 98% são lotes empresariais (gráfico 3a).

O projeto Tourão é o segundo maior em extensão territorial, área irrigável e área cultivada total. Também se destaca entre todos os perímetros do polo Juazeiro-Petrolina por apresentar a maior área cultiva empresarial (14.170 hectares) e as maiores produções empresarial e total (tabela 3 e gráfico 3 a-b). A participação da agricultura familiar no perímetro é muito incipiente, correspondendo a apenas 0,3% da produção e a 4% do VBP (gráfico 3 b-c). Vale

salientar, que a maior parte deste perímetro é ocupada pela Agrovale, que cultiva, prioritariamente, cana-de-açúcar.

Gráfico 3. Distrito de Irrigação Tourão (Juazeiro - BA) - indicadores selecionados, 2017

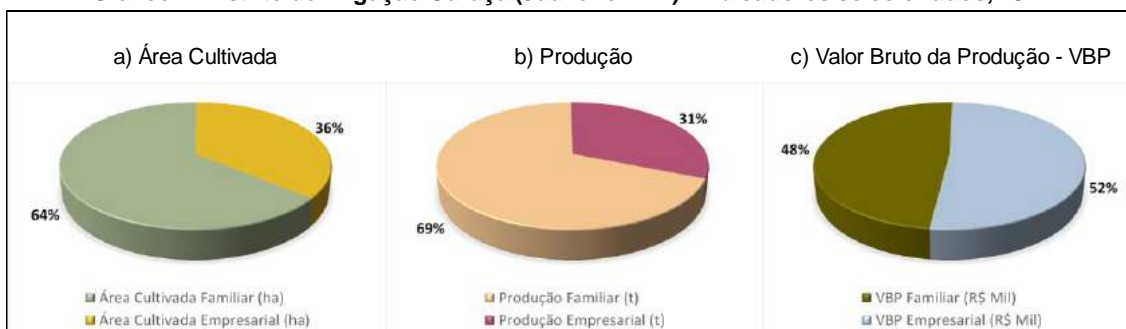


Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

O Distrito de Irrigação Curaçá, entrou em operação no ano de 1980. Encontra-se localizado em Juazeiro, ocupando extensão territorial de 15.302 hectares (mapa 5). “Dentre a infraestrutura social constam quatro núcleos habitacionais, dois centros técnico-administrativos, um centro social, quatro escolas, dois postos de saúde e dois postos policiais” (CODEVASF, 2020). Sua área irrigável corresponde a 4.281 hectares e a área cultivada total representa 4.105 hectares, dos quais 2.628 hectares são ocupados por cultivo familiar e 1.477 hectares são de cultivo empresarial (tabela 3). Quanto aos indicadores de produção do perímetro Curaçá, percebe-se algumas discrepâncias, entre as áreas cultivadas familiar (63%) e empresarial (37%) (gráfico 4a) e, entre a produção familiar (69%) e a empresarial (31%) (gráfico 4b). Porém, quanto ao VBP percebe-se certo equilíbrio entre a produção familiar (48%) e a empresarial (52%) (gráfico 4c). Infere-se que tal diferença ocorra devido à predominância do cultivo das frutas íclitas (manga e uva) nas áreas empresariais.

Gráfico 4. Distrito de Irrigação Curaçá (Juazeiro - BA) - indicadores selecionados, 2017



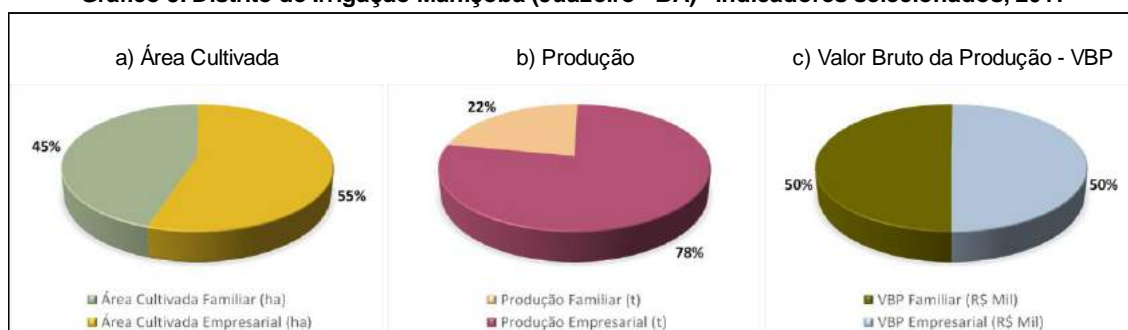
Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

Assim como o perímetro anterior, o Distrito de Irrigação Maniçoba também se localiza em Juazeiro. Possui extensão territorial de 12.312 hectares de área (mapa 5), foi fundado no ano de 1980. É constituído por dois núcleos habitacionais e um centro técnico-administrativo (CODEVASF, 2020).

Sua área irrigável é de 4.160 hectares, dispondo de 7.956 hectares de área cultivada total, dividida entre 64% de lotes familiares e 36% de lotes empresariais (gráfico 5a), que é inversamente proporcional quando se refere à produção, uma vez que a produção familiar corresponde a 22% e a empresarial a 78% do perímetro Maniçoba (gráfico 5b). Porém, apresenta a distribuição mais equitativa entre todos os perímetros do polo, com relação ao VBP familiar e empresarial (50%) (gráfico 5c). De acordo com a Codevasf (2020), isso ocorre devido ao cultivo da manga em lotes familiares.

Gráfico 5. Distrito de Irrigação Maniçoba (Juazeiro - BA) - indicadores selecionados, 2017



Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

O Distrito de Irrigação Nilo Coelho, está instalado entre Casa Nova (BA) que representa 20% da sua área e Petrolina (PE) que corresponde a 80% da área do perímetro de irrigação, que ocupa uma extensão territorial de 59.762 hectares (mapa 5) ⁵⁴. O projeto Nilo Coelho é o maior de todos os perímetros irrigados da Codevasf em operação, tendo iniciado suas atividades em 1984. Além de dispor de vias internas de circulação (estradas de serviços e escoamento da produção) que totalizam 970 km, também é cortado por três

⁵⁴ O Distrito de Irrigação Nilo Coelho, encontra-se instalado entre os municípios de Casa Nova (BA) e Petrolina (PE). No entanto, a maior concentração de sua área irrigável está neste segundo município que, agrega também os principais núcleos populacionais, empresas públicas e privadas e ofertas de serviços, com destaque para o Aeroporto de Petrolina (Senador Nilo Coelho) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

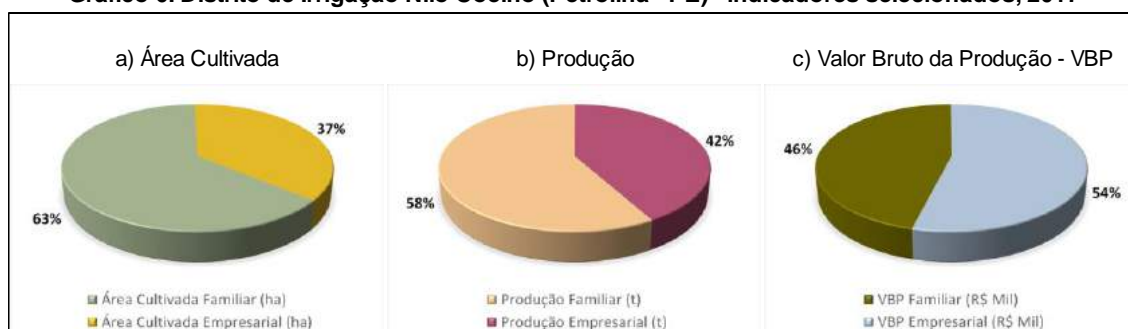
rodovias federais (BRs 407, 235 e 122) (mapa 5). Possui contingente populacional de aproximadamente 60 mil habitantes.

O projeto Nilo Coelho tem 18.686 hectares de área irrigável, sua área produtiva agrega 2.329 usuários divididos entre pequenos produtores (84%) que ocupam 50% da área, médias empresas (14%) ocupando 28% da área e grandes empresas (2%) responsáveis por 22% de ocupação da área do Distrito de Irrigação (DINC, 2019).

O Projeto dispõe de onze núcleos habitacionais e de três centros de serviços, onde se localizam prédios da administração, escritórios, galpões, almoxarifado, quinze escolas, postos de saúde, telefônicos e policiais, além de áreas comerciais e biblioteca. Nas áreas adicionais, denominadas de Maria Tereza, o Projeto dispõe de cinco núcleos de serviços, cinco escolas, um prédio administrativo e postos telefônicos e policiais. (CODEVASF, 2020, n. p.)

Em 2017 a área cultivada total do perímetro correspondia a 23.677 hectares (tabela 3), distribuída em 45% de lotes familiares e 55% de lotes empresariais (gráfico 6a). A produção familiar (58%) apresenta-se mais elevada que a produção empresarial (42%) (gráfico 6b). Mas, o VBP é inversamente proporcional, a agricultura familiar representa 46% e a empresarial 54% do VBP (gráfico 6c).

Gráfico 6. Distrito de Irrigação Nilo Coelho (Petrolina - PE) - indicadores selecionados, 2017



Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

O Distrito de Irrigação Salitre, instalado em Juazeiro, ocupa extensão territorial de 8.758 hectares (mapa 5). É o mais novo dos projetos de irrigação (em produção) da Codevasf e do polo Juazeiro-Petrolina, tendo iniciado sua produção em 2010. Está dividido em cinco etapas, com a perspectiva de chegar a 29.210 hectares (CODEVASF, 2020).

O Salitre I, já em funcionamento, possui 5.098 hectares de área irrigável e 3.829 hectares de área cultivada (tabela 3). Dividida entre 65% de área familiar e 35% de área empresarial (gráfico 7a). Em 2017 a produção familiar representava 30%, enquanto que a empresarial equivalia a 70% (gráfico 7b). O VBP familiar representava 83% enquanto que o empresarial 17% do perímetro (gráfico 7c).

Gráfico 7. Distrito de Irrigação Salitre (Juazeiro - BA) - indicadores selecionados, 2017



Elaborado por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Codevasf, 2018.

Mas, de acordo com a Codevasf (2020) a área empresarial tem crescido nos últimos três anos, já representando em 2019, 24% do VBP do projeto. Isso pode ser um indicativo de que pequenos produtores, sem recursos para gerir seus lotes, devem estar vendendo para empresas que possuem maior capitalização para investir na agricultura irrigada. Diferente dos demais Distritos de Irrigação, neste não existem núcleos habitacionais.

Cabe salientar que, apesar de ambas as cidades (Juazeiro e Petrolina) se destacarem nas diversas escalas (local, regional e nacional) pela produção agrícola globalizada, há diferenciações quanto à ocupação e uso do solo agrícola, aos produtos cultivados, a destinação ao mercado consumidor e ao valor bruto de produção.

A partir da implantação dos perímetros irrigados, a agricultura técnico-científica no Sertão do São Francisco, passou a priorizar a produção de commodities que proporcionam maior rentabilidade com destaque para a produção de uva e manga, as quais, considerando o circuito de produção nos quais estão envolvidas, serão aqui denominadas “frutas íncultas”.

Quanto ao cultivo, a produtividade e a comercialização, a uva apresenta diferencial em relação às demais culturas, inclusive sua concorrente mais direta

que é a manga. Entre os elementos que diferenciam o cultivo da uva em relação aos demais, destacam-se: os elevados investimentos na lavoura, que exige tecnologia mais avançada para seleção das mudas e variedades; os insumos (defensivos, adubos, etc.) no geral, são mais caros⁵⁵; e maior rentabilidade gerada no pós-colheita, refletida nos elevados valores da produção, obtidos em relação aos demais cultivos do polo Juazeiro-Petrolina (tabela 4).

Outro fato que ajuda a entender tal diferenciação refere-se à destinação da produção quanto ao mercado consumidor. A uva, assim como a manga, tem parte significativa de suas produções destinadas, principalmente, aos mercados nacional e internacional, enquanto que os demais cultivos do polo (cana-de-açúcar, coco-da-baía, acerola, goiaba, cebola, etc.), atendem prioritariamente as demandas dos mercados regional e nacional.

Entre os principais produtos agrícolas cultivados no polo Juazeiro-Petrolina (uva, manga, cana-de-açúcar, coco-da-baía, banana e cebola), as frutas íclitas (uva e manga), juntamente com a cana-de-açúcar, representam 92% de todo o valor da produção da agricultura técnico-científica do Polo (tabela 4). Quanto ao mercado consumidor, tanto a uva quanto a manga são destinadas, prioritariamente, aos mercados suprarregionais (Sul e Sudeste) e internacionais (Estados Unidos, Europa, Japão e alguns países Sul-americanos), enquanto que, a cana-de-açúcar (transformada em açúcar, etanol e bioenergia) destina-se prioritariamente, ao mercado regional e nacional.

Com base nos dados relativos aos principais cultivos dos Distritos Irrigados do Polo Juazeiro-Petrolina, conforme a participação percentual no Valor Bruto da Produção (VBP) pode-se inferir que, dos sete Perímetros Irrigados do Polo, em ao menos quatro deles a uva aparece como um dos principais cultivos, sendo que nos Perímetros Bebedouro e Nilo Coelho, tal cultivo detém mais de 65% do VBP. A manga é o único cultivo que aparece como um dos principais produtos em todos os perímetros, apresentando variação do VBP entre 5% no projeto Tourão a 60% no projeto Maniçoba (gráfico 8).

⁵⁵ Na região do Submédio São Francisco, o custo de implantação e manutenção de 01 (um) hectare de uva de mesa sem sementes no primeiro ano é de R\$ 63.595,30 (ARAÚJO; CORREIA, 2007). Enquanto que, o custo de implantação e manutenção de 01 (um) hectare de manga no primeiro ano é de R\$ 2.980,54 (ARAÚJO; ARAÚJO; BRITO 2005).

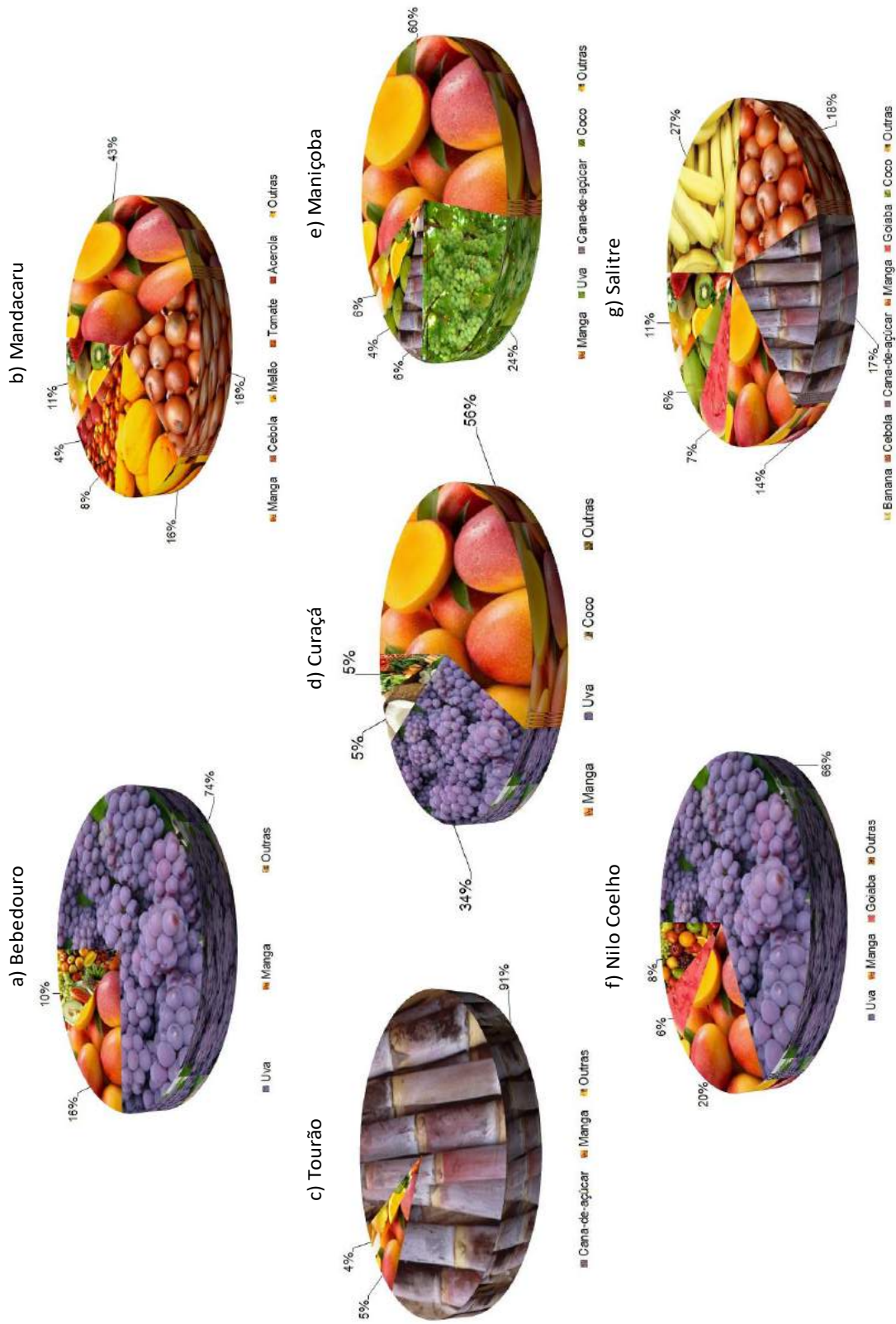
Tabela 4. Produção agrícola do Polo Juazeiro-Petrolina, principais cultivos e indicadores selecionados - 2017

Cultivo	Indicador	Unidade Escalar				
		Brasil	Bahia	Pemambuco	Juazeiro	Petrolina
Uva	Estabelecimentos (nº)	9.021	289	1.300	120	728
	Área Colhida (ha)	20.126	1.792	5.620	1.081	4.704
	Produção (t)	334.198	46.786	163.547	29.379	143.158
	Valor da Produção (x1000) R\$	1.102.103	217.385	562.127	122.973	495.778
Manga	Estabelecimentos (nº)	14.799	6.903	2.562	2.110	1.383
	Área Colhida (ha)	47.198	19.133	7.680	7.708	5.819
	Produção (t)	605.956	250.706	131.639	114.747	103.882
	Valor da Produção (x1000) R\$	727.188	368.695	172.385	194.349	129.136
Cana-de-Açúcar	Estabelecimentos (nº)	171.348	15.369	6.229	12	23
	Área Colhida (ha)	9.127.645	52.580	227.128	15.883	10
	Produção (t)	638.689.875	3.709.128	10.349.049	1.706.895	166
	Valor da Produção (x1000) R\$	48.827.496	455.334	1.046.290	187.777	61
Coco-da-baía	Estabelecimentos (nº)	37.515	10.620	3.712	739	529
	Área Colhida (ha)	117.715	26.449	4.761	1.636	1.416
	Produção (t)	920.155	228.202	88.246	50.937	49.594
	Valor da Produção (x1000) R\$	592.644	127.989	42.983	21.686	24.158
Banana	Estabelecimentos (nº)	202.513	46.658	18.366	518	950
	Área Colhida (ha)	319.150	44.439	25.411	1.083	1.431
	Produção (t)	4.025.937	552.235	240.434	22.339	24.091
	Valor da Produção (x1000) R\$	3.704.690	533.956	239.305	20.610	22.476
Cebola	Estabelecimentos (nº)	54.108	3.995	827	200	16
	Área Colhida (ha)	54.772	11.201	1.121	539	36
	Produção (t)	802.394	123.918	12.201	9.091	190
	Valor da Produção (x1000) R\$	528.792	83.828	8.932	7.564	123

Organizada por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Gráfico 8. Principais cultivos de acordo com o VBP (%) dos Distritos de Irrigação do Polo Juazeiro – Petrolina, 2019



Fonte: Codevasf, 2020.
Organizado por: Muniz Filho, 2020.

Entre os principais cultivos do Distrito de Irrigação Bebedouro, quando se refere ao volume de negócios, sobressaem, a produção da uva (74%) e da manga (16%) que juntas representaram 90% do VBP do perímetro irrigado no ano de 2019 (gráfico 8a). No entanto, o VBP do projeto Bebedouro representa apenas 2% do VBP total do polo.

O Distrito de Irrigação Mandacaru, por se tratar de um perímetro predominantemente de produtores vinculados à agricultura familiar, apresenta maior heterogeneidade de culturas, entre as quais se destacam no VBP (2019): manga (43%), cebola (18%), melão (16%), acerola (8%) e tomate (4%) (gráfico 8b). E, também por essa condição – predominância de pequenos produtores - o Distrito Mandacaru é o que apresenta a menor proporção do VBP (1%) em equivalência ao VBP total do polo.

O Distrito de Irrigação Tourão, quanto aos principais cultivos de acordo com o VBP (2019), apresentou predominância no cultivo da cana-de-açúcar (91%) e, em menor proporção o cultivo de manga (5%). Essa, e as demais frutas (maracujá, coco e banana) que representam 4% do VBP (gráfico 8c), são cultivadas predominantemente, pelos agricultores familiares (CODEVASF, 2020). Considerando o seu VBP total (R\$ 111.771 milhões) sua participação no VBP do polo é de 6%. A cana-de-açúcar é o principal cultivo do perímetro irrigado Tourão (91%) e o terceiro maior cultivo em maior percentual de VBP nos perímetros Salitre I (17%) e Maniçoba (6%). Cabe destacar que a Agrovale⁵⁶ é a única empresa responsável por toda a produção e beneficiamento da cana-de-açúcar nos perímetros supramencionados.

No perímetro Curaçá os principais cultivos de acordo com o VBP (2019) são: manga (56%), uva (34%) e coco-da-baía (5%) (gráfico 8d). Dos projetos irrigados instalados em Juazeiro, este perímetro é o que apresenta o maior percentual de equivalência em relação ao VBP total do polo 8%.

No ano de 2019 os principais cultivos do perímetro irrigado Maniçoba, de acordo com o VBP foram: a manga (60%), a uva (24%), a cana-de-açúcar (6%)

⁵⁶ De acordo com a Agrovale (2020), a empresa é a única Indústria Sucroalcooleira no semiárido brasileiro com 100% de sua área plantada irrigada, sendo responsável pela maior área plena de irrigação em cana-de-açúcar no Brasil. Ver: <<https://www.agrovale.com/>>.

e o coco-da-baía (4%) (gráfico 8e). A equivalência do VBP deste perímetro em relação ao VBP total do polo é de 6%.

Quanto aos principais cultivos do projeto Nilo Coelho de acordo com o VBP (2019), tem-se: uva (66%), manga (20%), goiaba (8%) (gráfico 8f). Os principais cultivos por área são: manga (41%), uva (25%), coco (11%) e banana, goiaba e acerola com 6% cada (DINC, 2019).

O perímetro irrigado Salitre, por se tratar de um projeto novo e ainda com forte influência da agricultura familiar, apresenta maior heterogeneidade de cultivos, entre os quais se destacam, de acordo com o VBP (2019): Banana (17%), Cebola (18%), cana-de-açúcar (17%), manga (14%), goiaba (7%) e coco (6%) (gráfico 8g). O VBP deste perímetro corresponde a 5% do VBP total do polo Juazeiro-Petrolina (tabela 3). Devido ao pouco tempo de instalação do perímetro e ao alto custo de produção, observa-se que a uva ainda não aparece entre os principais cultivos do projeto Salitre. A diversificação de cultivos e o predomínio de culturas temporárias na fase de implantação são características comuns aos perímetros irrigados (CODEVASF, 2020).

De acordo com a Codevasf (2018), os sete perímetros irrigados (em produção) do Polo Juazeiro-Petrolina possuem área total cultivada acima de 50 mil hectares. Essa área corresponde a mais que 50% de todos os demais perímetros em produção, instalados no vale do São Francisco sob a gestão da Codevasf⁵⁷. Desse total (50 mil/ha), o perímetro Nilo Coelho com 23.677 hectares de área cultivada é o que mais se destaca em dimensão e, também, no VBP familiar e empresarial. O VBP total do perímetro Nilo Coelho, equivale a 72% do VBP total do polo Juazeiro-Petrolina. O VBP total do referido perímetro (R\$ 1,4 bilhões), representa 23,5% do PIB de Petrolina (R\$ 5,9 bilhões). Enquanto que o VBP de todos os cinco perímetros de Juazeiro: Curaçá, Maniçoba, Mandacaru, Tourão e Salitre (R\$ 502 milhões). Esse montante equivale a 13,60% do PIB total de Juazeiro (R\$ 3,7 bilhões).

⁵⁷ No total são 24 perímetros irrigados em produção, distribuídos em seis Superintendências Regionais da Codevasf nos Estados de Minas Gerais (4), Bahia (13), Pernambuco (2), Sergipe (3) e Alagoas (2). Salientando que a Bahia possui duas Superintendências Regionais, uma em Bom Jesus da Lapa e outra em Juazeiro (CODEVASF, 2018).

As mudanças técnicas nos modos de produção e circulação (seleção de sementes e frutos, ampliação e melhoria das *packing houses*, novas câmaras frigoríficas) concatenadas, entre outros fatores, pelos ditames do mercado globalizado, sobretudo, quanto à qualidade da produção (a exigência de certificações é um exemplo) cooperaram, sobremaneira, para que o volume das exportações de ambas as cidades se ampliasse significativamente nas últimas duas décadas. No ano 2000, as exportações correspondiam à US\$ 30,8 milhões em Juazeiro e US\$ 22,5 milhões em Petrolina. Passando, no ano de 2019, para US\$ 63,3 milhões em Juazeiro e US\$ 183,6 milhões em Petrolina (IPEA, 2020).

Além das frutas ínclitas (manga e uva) e da cana-de-açúcar que são as responsáveis pelo maior volume de negócios dos Perímetros Irrigados do Polo Juazeiro-Petrolina e, conseqüentemente, pelos maiores percentuais no VBP, outros cultivos (cebola, banana, coco, acerola, goiaba e tomate) – em menor percentual - também se destacam. No entanto, tais cultivos, atendem principalmente a demanda regional e nacional, com pouca inserção no mercado internacional como ocorre com as frutas ínclitas. A cana-de-açúcar, apesar de abarcar apenas o mercado regional, apresenta elevado VBP, devido aos produtos derivados de seu processamento (açúcar, etanol e bioeletricidade), que lhes conferem maior agregação de valor.

Os principais cultivos em produção nos perímetros irrigados do Polo Juazeiro-Petrolina (uva, manga, cana-de-açúcar, coco-da-baía, banana e cebola) em sua maioria, não fazem parte do rol das frutas típicas do Sertão Nordeste, o que é uma clara demonstração de especialização da produção, visando atender as especificidades da agricultura globalizada.

Apesar do propagado sucesso de diversos projetos de irrigação no Nordeste brasileiro - com destaque para os perímetros irrigados instalados no Polo Juazeiro/Petrolina - que se sobressaem na produção de *commodities* para o mercado globalizado, são muitos os críticos que demonstram como a política de irrigação executada no Vale do São Francisco foi, e continua expropriante e excludente com os pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas (principalmente os avulsos) e a população de menor poder aquisitivo que habitam essas áreas, e altamente benéfica para os detentores do capital e do poder político, dentro e fora da região (BLOCH, 1996; CAMELO FILHO, 2005;

CAPPIO; MARTINS; KIRCHNER, 1995; CASTRO, 1992, 1997; CHILCOTE, 1990). A geração de riqueza neste processo tem sido indiscutível, porém a não redistribuição de renda, com a conseqüente manutenção da pobreza é o seu contraditório.

A análise da produção dos Projetos Públicos de Irrigação do Sertão do São Francisco leva a inferir, que os volumes de negócios na região, demonstram a influência da agricultura técnico-científica na reestruturação produtiva do território, ao tempo em que, cooperam para o entendimento das diferenciações e desigualdades socioespaciais nas escalas interurbana e intraurbana, refletidas, sobretudo, nas cidades médias de Juazeiro e Petrolina, que desempenham o papel de cidades-polo regional.

3.2 Agricultura técnico-científica no Sertão do São Francisco e a reestruturação do espaço de Juazeiro e de Petrolina

A reestruturação produtiva da agropecuária no Sertão do São Francisco ocorreu a partir da década de 1970 com a implantação dos perímetros públicos de irrigação, que corroborou para a intensificação da apropriação capitalista do espaço. As transformações foram múltiplas e impactaram, sobretudo, nos circuitos da produção e nos círculos de cooperação, com reflexos na reestruturação do espaço interurbano e intraurbano (ELIAS e PEQUENO, 2015).

Tais mudanças repercutiram não somente no campo, uma vez que o aumento dos serviços associados ao consumo produtivo cooperou para a instalação, sobretudo, nas cidades-polo regionais, de empresas (públicas e privadas) que atendessem a essa nova demanda, conseqüentemente, levando à reestruturação urbana.

Nessa perspectiva, as cidades de Juazeiro e de Petrolina ampliaram seus papéis de centralidade urbana do Sertão do São Francisco, configurando-se desta maneira, como uma verdadeira “rede urbana regional funcional ao agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2015, p. 15).

Os investimentos públicos (infraestrutura, transportes, comunicação, ciência e tecnologia), foram basilares para a viabilização da agricultura moderna no Sertão do São Francisco. Porém, fatores externos, a exemplo da forte inserção do capital privado representado, sobretudo, por empresas e produtores oriundos de outras regiões do Brasil e também do exterior e, a ampliação da demanda nacional e internacional por frutas frescas (com destaque para a uva e a manga), alteraram significativamente a estrutura fundiária, a composição dos produtos cultivados, a base técnica de produção e as relações de trabalho, corroborando para o processo de reestruturação produtiva da região.

Os perímetros irrigados foram os principais indutores do processo de reestruturação produtiva do Sertão do São Francisco, sendo um dos principais responsáveis por mudanças verificadas nos tipos de cultivo, na qualidade e quantidade da produção, na logística de armazenamento, distribuição e consumo. Tais mudanças impactaram sobremaneira nos circuitos de produção e nos círculos de distribuição, se configurando como ações diferenciadas que

cooperaram para a eficiência na produtividade e na rentabilidade dos cultivos no Sertão do São Francisco.

No entanto, essas ações também foram responsáveis por intensificar e ampliar as diferenças e as desigualdades entre os pequenos produtores familiares e os médios e grandes produtores empresariais, gerando:

[...] processo de diferenciação e exclusão de agricultores, que se manifesta por uma sucessão da posse da terra nas áreas irrigadas e dos empreendimentos, resultando, assim, numa "seleção natural" e na mudança completa do perfil dos produtores rurais que passa a ser determinado, principalmente, pelas capacidades técnica e de investimento na atividade agrícola irrigada. (SILVA, 2012, p. 76).

As altas taxas de produtividade e rentabilidade que são visualizadas nas áreas de produção empresarial em oposição ao que se observa nas áreas onde o cultivo familiar prevalece, é uma clara demonstração de que os perímetros públicos de irrigação instalados no Sertão do São Francisco, após mais de quatro décadas de funcionamento, ainda não foram capazes de proporcionar melhores condições de vida a grande parte da população sertaneja, mesmo as que vivem em cidades que integram as Regiões Produtivas do Agronegócio.

Tomando por base diversos autores, Castro (2018) faz críticas contundentes à gestão dos projetos de irrigação no semiárido nordestino, destacando entre outras questões, a falta de uma logística de armazenamento e transporte, a pouca disponibilidade de crédito de custeio para o pequeno produtor e, principalmente, o desperdício de recursos hídricos associado com a forma inadequada de cobrança da outorga d'água. De acordo com o mesmo, a política de irrigação executada no semiárido, em especial no polo Juazeiro-Petrolina:

Enfrenta um dilema que é crucial quanto à abrangência e ao grau de inclusão dessa política: a definição dos beneficiários, que constitui uma questão sensível do ponto de vista político e fundamental do ponto de vista da justiça social do investimento público. A opção histórica tem sido privilegiar o investimento no estabelecimento dos distritos públicos de irrigação para exploração por empresas ou agricultores selecionados, promovendo uma privatização dos benefícios desta política. (CASTRO, 2018, p. 33.).

Os projetos de irrigação dinamizaram as economias locais e foram fundamentais para à produção de riquezas no Sertão do São Francisco. Porém,

a desigual distribuição de renda gerada pela produção, a concentração fundiária resultante da forma como foram distribuídos os lotes e o alto grau de informalidade e flexibilidade nas relações de trabalho agrícola, que impactam diretamente nos pequenos produtores e nos trabalhadores rurais, demonstram que, as diferenças e desigualdades socioespaciais ainda são persistentes na região. Ou seja, apesar da presença significativa do Rio São Francisco e sua exuberância, e das ações do Estado visando o aproveitamento de tal potencialidade, nem todas as localidades da região do Sertão do São Francisco são beneficiadas com projetos de irrigação que foram implantados na mesma desde a década de 1970.

Os ditames entre o que, onde, como e para quem produzir, reflete a competitividade e seletividade do mercado de commodities. A exigência de selos de certificação da produção é um dos principais exemplos da ação diferencial do capital nos espaços da agricultura técnico-científica. Isso faz com que a maioria dos pequenos produtores, tenha limitada a oferta de seus produtos aos mercados locais e regionais, favorecendo as ações de grupos empresariais que se estabelecem “a montante no circuito produtivo, uma vez que suas rígidas normas técnicas e organizacionais impõem um dado manejo dos pomares mesmo quando estes não são de sua propriedade”. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 147).

4 PROCESSOS, PRÁTICAS ESPACIAIS E A DIFUSÃO DAS DESIGUALDADES E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES MÉDIAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Analisar o fenômeno urbano constitui-se em tarefa que demanda uma abordagem interescalar. Devido à grandiosidade do tema, devem-se empreender esforços visando apreender o fenômeno nas escalas intraurbana e interurbana, considerando suas diversas articulações e complementaridades de funções. Isso ocorre, sobretudo, no período técnico-científico-informacional devido à multiplicidade de formas e processos que constituem o espaço urbano e, revelam através das temporalidades, novas espacialidades recriando condições socioespaciais cada vez mais complexas que ampliam e redefinem o papel de cada lugar.

A configuração do espaço urbano é fruto da sobreposição dos vários processos que ocorreram ao longo da formação socioespacial, concatenados por objetos e ações que foram engendrados por agentes produtores do espaço, e que em determinados territórios, podem, materializar-se em desigualdades e diferenciações socioespaciais urbanas. Conforme assevera Harvey (2004, p. 111):

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente.

Neste capítulo, busca-se compreender como se desvelam as diferenciações e as desigualdades socioespaciais entre Juazeiro e Petrolina no período técnico-científico-informacional. Para tanto, o estudo foi dividido em duas subseções. A primeira analisou o crescimento populacional de ambas as cidades e o conseqüente processo de urbanização decorrente de tal crescimento nas últimas cinco décadas (1970-2020). E a segunda objetivou compreender como se difunde as diferenciações e as desigualdades socioespaciais nas cidades médias de Juazeiro e Petrolina, sobretudo, no período técnico-científico-informacional.

Desigualdade e diferenciação são expressões que se apresentam numa perspectiva multidimensional, sendo utilizadas para descrever diversos

processos nos mais variados campos do conhecimento (THERBORN, 2001; BARROS, 2006; RODRIGUES, 2015). A diferenciação pode ser de caráter natural, social ou cultural, enquanto a desigualdade vincula-se, principalmente, ao aspecto social, político e econômico. “Enquanto pensar Diferenças significa se render à própria diversidade humana, já abordar a questão da Desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada” (BARROS, 2006, p. 201).

Ainda que possuam conotações distintas, tanto a desigualdade, quanto a diferenciação são associadas, no senso comum, como sinônimo. E, em determinados contextos, apresentam-se como expressões banais e de fácil compreensão, uma vez que se sobressaem no plano do imediato e do facilmente compreensível (BESSA, 2004, 2010a, 2010b). Conforme destaca Barros (2006, p. 200): “Desigualdade e Diferença não são noções necessariamente interdependentes, embora possam conservar relações bem definidas no interior de determinados sistemas sociais e políticos”.

No campo da Geografia, sobretudo a partir da corrente do pensamento geográfico crítico, cujo embasamento é a compreensão da inter-relação sociedade-espaco, a desigualdade e a diferenciação, com a inserção dos “conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial)” (SOJA, 1993, p. 99), teve sua reflexibilidade teórico-metodológica ampliada. A inserção dessas relações estruturadas qualifica os temas da desigualdade e da diferenciação, conduzindo “a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social”. (CARLOS, 2007, p. 45).

Bessa (2010b) assinala que a diferenciação espacial possui uma reflexibilidade prático-empírica, uma vez que os conteúdos da diferença são tangíveis nas diversas dimensões (paisagem, lugar, território, espaço) e também uma reflexibilidade teórico-metodológica, que amplia as possibilidades de problematização da realidade socioespacial, uma vez que a problemática da diferenciação espacial é essencial à natureza da Geografia.

As principais abordagens geográficas que buscavam compreender as desigualdades e as diferenciações socioespaciais, foram apresentadas como “formação socioespacial” (SANTOS, 1977, 1999) e “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2004; SOJA, 1993).

Conforme assevera Bessa (2010a), Milton Santos trouxe importante contribuição para o entendimento da dialética espacial com conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977, 1999). Tal conceito, ainda de acordo com Bessa (op. cit.) é crucial para a compreensão da diferenciação socioespacial. Santos (1977, 1999) demonstra a interconexão entre a formação socioespacial e a diferenciação socioespacial, ao assinalar que a formação socioespacial se configura como processo de evolução diferencial da sociedade sendo, portanto, fundamental para explicar porque os espaços, em todas as escalas, se diferenciam uns dos outros. Para o referido autor, “o espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 22). Moraes (2000, 2001) também contribuiu para o debate da relação entre formação socioespacial e desigualdade socioespacial ao analisar tais processos, na perspectiva do território brasileiro, objetivos também perseguidos por Santos e Silveira (2006). Os referidos autores demonstraram como o processo de formação socioespacial do território brasileiro, cooperou para que houvesse desigualdades e diferenciações entre e nas regiões do país.

De acordo com Carlos (2007) a noção de “desenvolvimento geograficamente desigual” (HARVEY, 2004; SOJA, 1993), ilumina a ideia de desigualdade, ao esclarecer que na sociedade de classes, a diferenciação entre os seus membros, ocorre de acordo com a participação no processo de produção e distribuição da riqueza gerada, considerando, também, “o papel da divisão espacial do trabalho como elemento articulador/diferenciador dos lugares”. (CARLOS, 2007, p. 47). Ainda de acordo com Carlos (op. cit.), esse ponto é o centro explicativo das diferenciações socioespaciais, uma vez que esta é, “[...] ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar”. (Ibid., p. 48).

Carlos (2007) assinala que é na cidade (espaço urbano), na escala do habitar que se revela o conflito e a luta acerca das apropriações diferenciadas do espaço. Conforme Carlos (op. cit., p. 49):

O desenvolvimento histórico da propriedade no seio do processo de reprodução aponta a reprodução do valor de troca - e o que dela se diferencia, o que ela subordina e como orienta o uso como possibilidade de apropriação realizando-se como diferença.

De acordo com Carlos (2007), as desigualdades socioespaciais estão alicerçadas no desenvolvimento histórico da propriedade privada, na correlação entre valor de uso e valor de troca que ocorre na apropriação diferenciada do espaço em múltiplas escalas. “O espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade)” (CARLOS, 2007, p. 57). Tanto a produção quanto o consumo do espaço ocorrem de maneira desigual e são, portanto, fatores de diferenciação socioespacial, uma vez que os usos e valores do espaço são desigualmente apropriados pelas classes sociais nas diversas escalas.

As desigualdades e a diferenciações socioespaciais são necessárias ao capitalismo, e se constituem simultaneamente como reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista (BESSA, 2004; CARLOS, 2007, 2008, 2015; CORRÊA, 2007b). O ponto de partida para o entendimento da desigualdade e da diferenciação socioespacial é a apreensão do espaço como produto social, portanto, desigual e diferenciado. É importante compreender o espaço como um conjunto indissociável, contraditório e solidário de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1994, 1996, 1999), visto ser o espaço “condição, meio e produto dos múltiplos processos sociais e históricos, resultando, portanto, em um espaço diferenciado e desigual, que, em si mesmo, realimenta os processos de diferenciação espacial”. (BESSA, 2004, p. 116).

No espaço, enquanto dimensão real e concreta da sociedade é que se materializam as relações de produção e reprodução da sociedade. Como o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço, a sociedade, ao produzir sua existência, reproduz, incessantemente, o espaço (BESSA, 2004; CARLOS, 2007, 2008; SANTOS, 1999, 2004a). O espaço, no modo de produção capitalista é uma mercadoria impregnada de ideologia conforme assevera Lefebvre (2008, p. 82), “[...] o espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é

modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas estratégias, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia [...]".

O Estado, através da execução de instrumentos legais (normas, regulamentações de uso do solo, etc.) e de investimentos em infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos), da implantação de políticas públicas (perímetros de irrigação), da instalação de empresas e serviços públicos (universidades, institutos de ensino e de pesquisa, instituições de fomento à produção), coopera para que ocorram processos de valorização diferencial e desigual do espaço, que se refletem nas escalas intraurbana e interurbana.

A reestruturação do espaço pela qual vem passando as cidades médias, sobretudo as "cidades do agronegócio globalizado" (ELIAS, 2003a, 2003b, 2006, 2011), tem alterado seus papéis, levando-as a maior participação na divisão territorial do trabalho. No processo de produção e reprodução do capital no espaço, as cidades médias, sobretudo, as que possuem suas bases produtivas no agronegócio globalizado têm se constituído, simultaneamente, como pontos de interseção e superposição entre as verticalidades e as horizontalidades, oferecendo meios para o consumo produtivo e para o consumo consumptivo (SANTOS, 1994; SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Portanto, é importante se compreender como esses processos de reestruturação produtiva e reestruturação do espaço vêm ocorrendo no Sertão do São Francisco, especialmente nas cidades médias de Juazeiro e Petrolina e tem se desvelado, no período técnico-científico-informacional em diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas. Conforme assevera Lefebvre (2002, p. 117): "As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana".

4.1 Dinâmica demográfica e urbanização de Juazeiro e de Petrolina no período técnico-científico-informacional

Em estudo realizado sobre a agricultura globalizada e a correlação desta com o processo de urbanização e a ampliação das desigualdades socioespaciais, Elias e Pequeno (2010) demonstram como a agricultura técnico-científica produz transformações significativas na urbanização brasileira, sobretudo, em cidades médias. Os referidos autores tomam como objeto de análise a cidade de Mossoró (RN), que também desponta como uma das maiores áreas no Brasil na produção de frutas. Elias e Pequeno (op. cit.) assinalam, que a intensa utilização de objetos técnicos (máquinas, irrigação, seleção biovegetal) na produção agrícola brasileira, “além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização” (Idem, p. 147).

Tal constatação, também pode ser vislumbrada nas cidades de Juazeiro e Petrolina, que se constituíram em espaços pioneiros de inserção da agricultura técnico-científica no semiárido nordestino. A articulação de fatores de ordem natural, técnica, política e financeira, colaboraram para a implantação e crescimento da agricultura técnico-científica na região, entre os quais se destacam: disponibilidade de recursos hídricos (principalmente o Rio São Francisco); alto índice de insolação, baixa umidade e pouca ocorrência de chuvas (fatores preponderantes no controle de pragas); planificação de maior parte do relevo (possibilitando o uso intensivo de máquinas e equipamentos); disponibilidade de terras e ação estatal (suporte fundamental para a implantação dos projetos públicos de irrigação); mão de obra abundante e geralmente barata (a região sempre se configurou com uma das maiores fornecedoras de mão de obra do país); representação política no cenário nacional (influência na captação de recursos e obras para a região); e, entre outras questões, um amplo mercado aberto à demanda por frutas, tanto na escala nacional, quanto na escala global (principalmente, porque as frutas tropicais sempre tiveram boa aceitação no mercado internacional). Conforme assinalam Elias e Pequeno (2010, p. 142):

Esse arranjo territorial produtivo agrícola comporia, então, um dos pontos luminosos (SANTOS, 1996) do espaço agrário do Nordeste, associado à difusão do agronegócio da fruticultura, acirrando a reorganização do espaço agrícola e a difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 142).

A implantação da agricultura técnico-científica no Sertão do São Francisco impulsionou o aumento e a importância dos capitais fixos (estradas, aeroportos, portos, etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, insumos, etc.) e esses, conseqüentemente dinamizaram os fluxos financeiros, de mercadorias e, sobretudo, de pessoas que se dirigiram para essa Região em busca de empregos ou novos investimentos, impelindo uma maior fluidez ao território, influenciando no processo de urbanização acelerada das cidades-polo regional, Juazeiro e Petrolina.

Até a década de 1970, Juazeiro e Petrolina agregavam em seus territórios contingentes populacionais acima de 60 mil habitantes, não havendo, entre esses municípios, discrepância quanto ao total da população ou até por situação do domicílio (urbana e rural). Porém, ainda nesta mesma década, ambos os municípios já apresentavam taxa de urbanização acima de 60% superando, inclusive, as taxas do Brasil (55,9%), da Bahia (41,2%) e de Pernambuco (54,5%) (tabela 5).

Porém, a partir da década de 1980 nota-se uma pequena mudança no que se refere à concentração populacional entre os municípios. Juazeiro se aproxima dos 120 mil habitantes e apresenta para o período 1970/1980 taxa de crescimento populacional de 91,7%, enquanto que Petrolina ainda não havia alcançado os 105 mil habitantes, mesmo apresentando para o período supramencionado, taxa de crescimento populacional acima de 70% (tabela 5).

Na década seguinte (1991), Petrolina manteve em alta sua taxa de crescimento populacional (68,2%) ultrapassando os 175 mil habitantes e Juazeiro com apenas 9,0% de crescimento populacional, apresenta um contingente abaixo dos 130 mil habitantes (tabela 5).

Tabela 5. População residente por situação do domicílio, taxa de urbanização e taxa de crescimento - Brasil, Estados e Municípios selecionados (1970-2020)

Ano	População	Unidade Escalar				
		Brasil	Bahia	Pernambuco	Juazeiro	Petrolina
1970	Total	93.134.846	7.493.437	5.160.625	61.648	61.252
	Urbana	52.097.260	3.086.383	2.810.415	39.083	38.189
	Rural	41.037.586	4.407.054	2.350.210	22.565	23.063
	Tx. Urbanização	55,9%	41,2%	54,5%	63,4%	62,3%
1980	Total	119.011.052	9.455.392	6.142.229	118.175	104.297
	Urbana	80.437.327	4.660.499	3.783.716	64.323	74.828
	Rural	38.573.725	4.794.893	2.358.513	53.852	29.469
	Tx. Crescimento	27,8%	26,2%	19,0%	91,7%	70,3%
Tx. Urbanização	67,6%	49,3%	61,6%	54,4%	71,7%	
1991	Total	146.825.475	11.867.991	7.127.855	128.767	175.406
	Urbana	110.990.990	7.016.770	5.051.654	102.266	125.273
	Rural	35.834.485	4.851.221	2.076.201	26.501	50.133
	Tx. Crescimento	23,4%	25,5%	16,0%	9,0%	68,2%
Tx. Urbanização	75,6%	59,1%	70,9%	79,4%	71,4%	
2000	Total	169.799.170	13.070.250	7.918.344	174.567	218.538
	Urbana	137.953.959	8.772.348	6.058.249	133.278	166.279
	Rural	31.845.211	4.297.902	1.860.095	41.289	52.259
	Tx. Crescimento	15,6%	10,1%	11,1%	35,6%	24,6%
Tx. Urbanização	81,2%	67,1%	76,5%	76,3%	76,1%	
2010	Total	190.755.799	14.016.906	8.796.448	197.965	293.962
	Urbana	160.925.804	10.102.476	7.052.210	160.775	219.215
	Rural	29.829.995	3.914.430	1.744.238	37.190	74.747
	Tx. Crescimento	12,3%	7,2%	11,1%	13,4%	34,5%
Tx. Urbanização	84,4%	72,1%	80,2%	81,2%	74,6%	
2020 ¹	Total	211.755.962	14.930.634	9.616.621	218.162	354.317
Taxa de Crescimento Populacional (1970/2020) ²		127,4%	99,2%	86,3%	253,9%	478,5%

Organizada por: Muniz Filho, 2020.

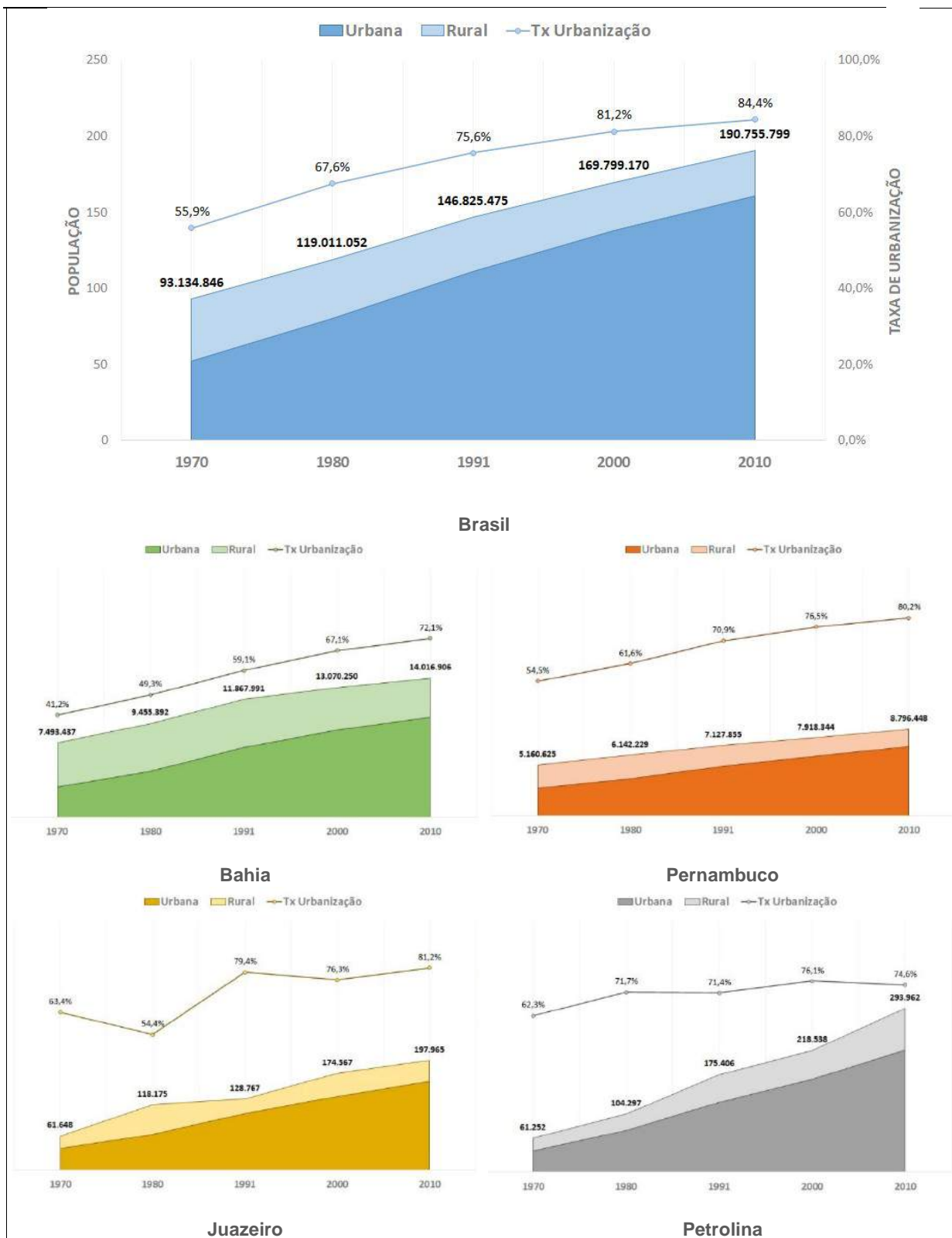
Fontes: IBGE. Sidra, 2019. IBGE - Cidades, 2020.

Notas: (1) Estimativas de acordo com IBGE - Cidades (op. cit.). (2) Percentual referente à população total no período indicado.

A tendência de alta nas taxas de urbanização e, sobretudo, no crescimento demográfico dos dois municípios, se mantém nas décadas subsequentes: 2000; 2010 e 2020. Porém, Petrolina continua a apresentar contingente populacional mais elevado que Juazeiro. Na década de 2010, por exemplo, a população urbana de Petrolina (219.215 habitantes) representava aproximadamente, 60 mil habitantes a mais que é população urbana de Juazeiro (160.775 habitantes), ou seja, seria o equivalente à população total do Distrito Irrigado Nilo Coelho⁵⁸ em Petrolina, na atualidade (gráfico 9).

⁵⁸ De acordo com o Distrito Irrigado Nilo Coelho a população estimada do Projeto para o ano de 2020 é de 60 mil habitantes. Ver: <www.dinc.org.br>.

Gráfico 9 - População residente por situação do domicílio e taxa de urbanização - Brasil, Estados e Municípios selecionados (1970-2010)



Organizado por: Muniz Filho, 2021.
 Fontes: IBGE - SIDRA (2019); IBGE - Cidades (2020b).

As mudanças na estrutura produtiva e a instalação de diversas instituições públicas (estaduais e federais) cooperaram para a atração de pessoas e empresas - dos mais variados setores econômicos, principalmente, aquelas vinculadas ao circuito produtivo da agropecuária globalizada - para o Sertão do São Francisco, gerando como resultante desse processo, a reestruturação urbana e ampliação das diferenças e desigualdades socioespaciais entre as cidades, sobretudo, Juazeiro e Petrolina.

Araújo e Silva (2013) assinalam que entre as décadas de 1990-2010 ocorreu intenso processo migratório para o Sertão do São Francisco de produtores oriundos de outras regiões, com destaque, para os originários das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, atraídos pela produção e comercialização de frutas.

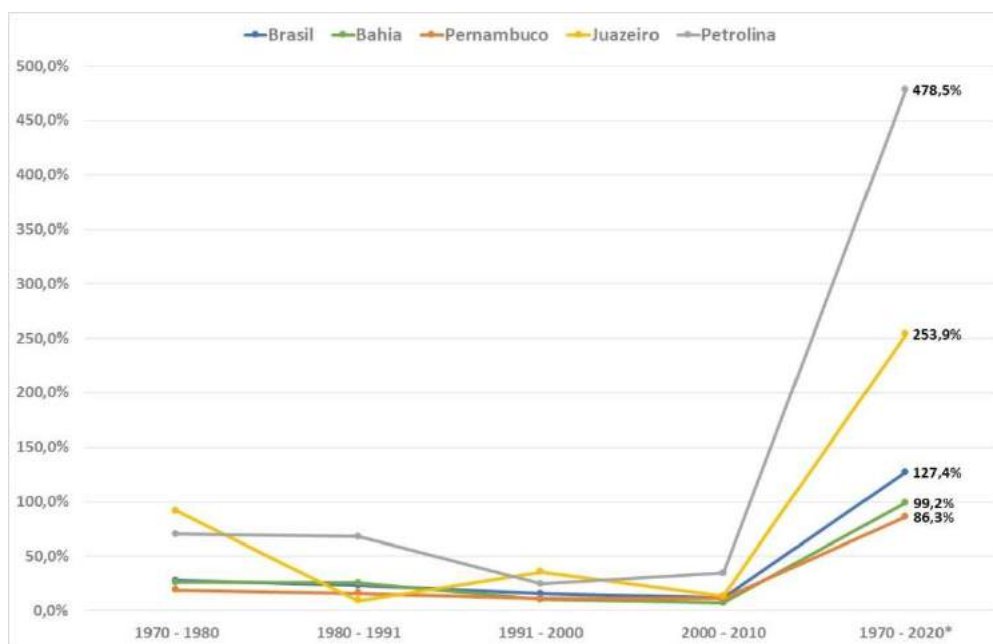
Os produtores inicialmente instalados eram assentados dos projetos públicos de irrigação. Em consequência dos altos custos da produção da uva e da manga, venderam seus lotes para os novos produtores que migraram para a região. (ARAÚJO; SILVA, 2013, p. 252).

Nota-se, que nas décadas posteriores a implantação dos perímetros irrigados, Petrolina apresentou crescimento populacional mais elevado que Juazeiro (tabela 5 e gráfico 9) e passou a desenvolver atividades (comerciais e de serviços) que antes se concentravam na cidade baiana.

De acordo com o IBGE (2010), o total de pessoas com menos de 10 anos ininterruptos de residência nos municípios (migrantes), em Juazeiro correspondia a 29.364 pessoas, representando 14,8% da população total. Enquanto que em Petrolina, o contingente de migrantes era de 61.269 pessoas, equivalendo a 20,8% da população total do município.

No período atual (2020), percebe-se uma diferença de 62,4% da população total de Petrolina (354.317 habitantes) em relação à população total de Juazeiro (218.162 habitantes). Nota-se também, que ao longo das últimas cinco décadas (1970-2020), a taxa de crescimento populacional de Juazeiro (253,9%) e a de Petrolina (478,5%) foram expressivas, superando significativamente, as taxas de crescimento populacional do Brasil (127,4%) e dos respectivos estados: Bahia (99,2%) e Pernambuco (86,3%) (gráfico 10).

Gráfico 10. Taxa de crescimento populacional do Brasil, Estados e Municípios selecionados (1970-2020)



Elaborado por: Muniz Filho, 2020.
Fontes: IBGE. Sidra, 2020c.; IBGE - Cidades, 2020b.

Infere-se, portanto, que o significativo incremento populacional vivenciado por Juazeiro e por Petrolina no período em análise (1970-2020), ocorreu principalmente devido à introdução em seus territórios da agricultura técnico-científica, que é indubitavelmente um dos fatores responsáveis pela reestruturação dos espaços de Juazeiro e de Petrolina, assim como de sua diferenciação socioespacial, refletida no desigual crescimento socioespacial de ambas as cidades no período técnico-científico-informacional.

Mesmo considerando as diversidades entre as cidades de Juazeiro e de Petrolina é possível identificar vários processos que se repetem em ambas. Tais processos estão diretamente relacionados à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios do crescimento econômico e da urbanização, desvelando-se, num crescimento urbano marcado por desigualdades socioespaciais refletidas, especialmente, nos espaços do habitar e na distribuição espacial das atividades de comércio e serviços.

4.2 Diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas entre Juazeiro e Petrolina no período técnico-científico-informacional

As diferenciações socioespaciais se constituem, simultaneamente, como produto, reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista (BESSA, 2004; CARLOS, 2007, 2008, 2015; CORRÊA, 2007b), podendo ser apreendidas nas mais diversas escalas. Para Corrêa (2007b), na escala do urbano (rede urbana e espaço intraurbano) os processos e as práticas espaciais produzem padrões que podem ser complementares, porém distintos, de diferenciação socioespacial. Essa concepção coaduna com a de Harvey (2004, p. 112), que assevera:

A concepção geral de desenvolvimento desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescolares como intraescalares.

Ainda que a diferenciação socioespacial ocorra de maneira distinta entre as escalas espaciais, sobretudo a da rede urbana e do espaço intraurbano (HARVEY, 2004; CORRÊA, 2007b), é preciso considerar a interconexão entre os objetos e as ações que ocorre em cada escala, mas, que podem apresentar efeitos reflexivos em ambas. Como exemplo, a implantação de políticas públicas de grande impacto territorial (perímetros irrigados, usinas hidrelétricas, etc.) em uma dada região, pode potencializar a centralidade de determinada cidade ou cidades-polo, podendo contribuir para ampliar as diferenciações e as desigualdades socioespaciais entre cidades instaladas no mesmo território.

Os atores hegemônicos, a partir de suas escolhas racional e seletiva dos lugares, exacerbam as desigualdades socioespaciais, uma vez que, “os atores hegemônicos da vida econômica, política e social podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual” (SANTOS, 1999, p. 9).

Os processos de desigualdade e diferenciação socioespacial urbana são engendrados, principalmente, pelo Estado que é responsável pela infraestrutura (vias de circulação, transportes, equipamentos públicos, etc.) e normas (zoneamentos, leis e taxas de uso do solo, etc.) e, pelos agentes imobiliários,

que devido ao alto preço do solo urbano em áreas consolidadas e aos problemas decorrentes da concentração populacional em determinadas zonas da cidade (violência, engarrafamentos, poucas vagas de estacionamento, etc.), se aproveitam de amenidades construídas (praças, parques, áreas de lazer, vias de circulação, etc.) ou naturais (rios, lagos, praias, reservas florestais, etc.) para incorporar novos loteamentos e condomínios fechados.

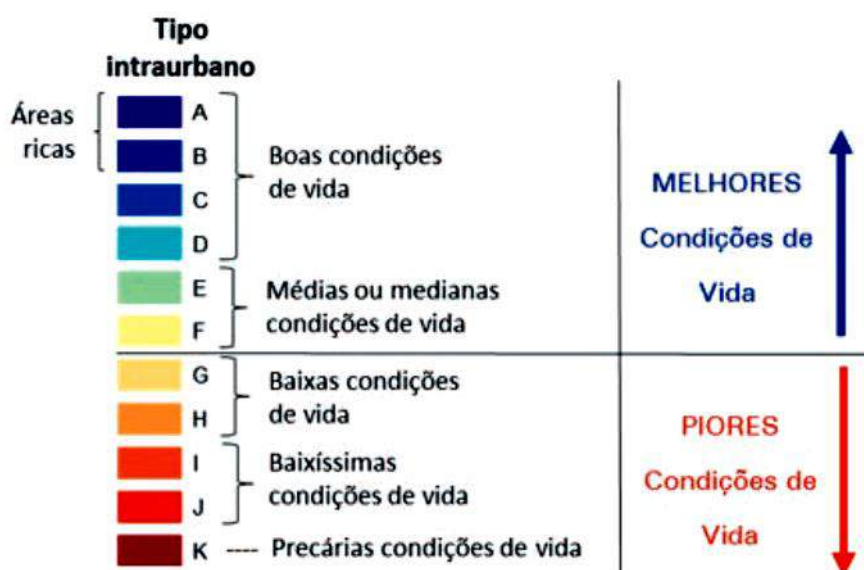
A classe popular, também como agente produtor do espaço, se aproveita de ambas as demandas (pública e privada) para lutar pela garantia de seu espaço na cidade, seja de maneira formal através dos condomínios populares construídos pelo Estado ou informal com a ocupação de terrenos públicos e privados.

O IBGE (2017a) elaborou um estudo, que resultou no mapeamento dos espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas brasileiras. No referido estudo, são analisados os perfis de distribuição populacional conforme os tipos intraurbanos. No total, foram identificados 11 tipos descritos em ordem alfabética de A - K, a partir de variáveis selecionadas: serviços de abastecimento de água; coleta de lixo; habitações em alvenaria; esgotamento sanitário adequado; densidade de moradores por dormitório; renda domiciliar per capita; nível de escolaridade; existência e uso de equipamentos domésticos (máquina de lavar roupas), uso de computador com acesso à internet.

Tais variáveis demonstram as condições de vida da população nas cidades, em escalas que alternam entre as melhores condições de vida: A - B (áreas ricas); C - D (boas condições de vida); F (médias condições de vida). E, as piores condições de vida: G - H (baixas condições de vida); I - J (baixíssimas condições de vida); K (precárias condições de vida) (gráfico 11).

Fez-se necessário uma pequena adaptação metodológica para as cidades de Juazeiro e Petrolina, uma vez que nem todos os tipos (A; B; C; I e K) se apresentaram no mapeamento do IBGE para as cidades em estudo. As letras foram transformadas em números, transpondo-as para a seguinte equivalência (1/D; 2/E; 3/F; 4/G; 5/H e 6/J) (mapa 6).

Gráfico 11. Termos utilizados para descrever a análise dos perfis de distribuição populacional segundo os tipos intraurbanos

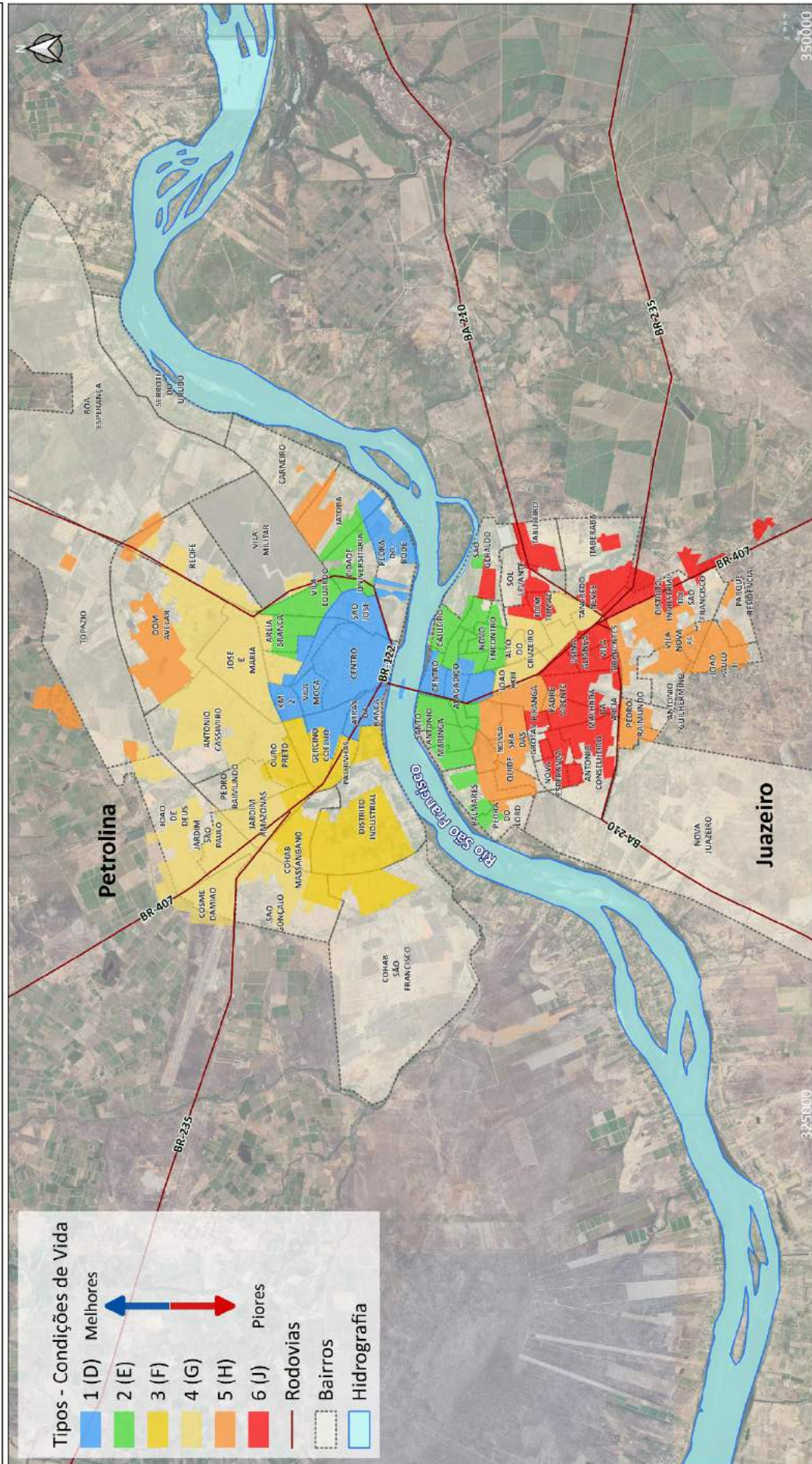


Fonte: IBGE, 2017a.

A utilização das análises e mapeamento do IBGE (2017a) a respeito da tipologia intraurbana nas concentrações urbanas brasileiras ofereceu alguns elementos para o entendimento da diferenciação socioespacial interurbana e intraurbana em Juazeiro e Petrolina (mapa 6). Conforme explicitado na introdução desta tese, embora o estudo do IBGE tivesse sido publicado em 2017, as variáveis utilizadas pelo referido instituto de pesquisa para a elaboração do mapeamento acerca da tipologia intraurbana brasileira, referem-se ao Censo Demográfico de 2010.

O tipo 1(D) aparece nos espaços onde a maioria das variáveis demonstram bom desempenho. E conseqüentemente, a população apresenta boas condições de vida. O percentual de pessoas com nível médio ou superior, e com acesso à internet é acima de 60%. Esse tipo, geralmente ocorre em zonas centrais de cidades médias (IBGE 2017a), fato perceptível em Juazeiro. Porém, em Petrolina, é mais amplo o espaço de ocorrência do tipo 1(D), abrangendo o centro da cidade e a maior parte da orla fluvial, ocupada, sobretudo, por classes sociais de maior poder aquisitivo (mapa 6).

Mapa 6. Espaços de Diferenciação Socioespacial intraurbana por condições de vida – Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2010



2,5 0 2,5 5 km
 Folha Original A4
 Escala 1:120.000
 Organização:
 Muniz Filho, 2021
 Projeto Cartográfico:
 Couto et al. 2021
 Base Cartográfica:
 IBGE, 2010; Google Satelite, 2019
 SRC - SIRGAS 2000
 UTM 24S

O tipo 2(E) caracteriza-se por apresentar condições médias de vida e a maioria das variáveis revelam-se como satisfatórias. No entanto, o número de pessoas com nível médio ou superior e que utilizam computador com acesso à internet, apresenta-se abaixo de 45% em média. Em Juazeiro, esse tipo ocupa espaços da orla fluvial. Sendo que nesta cidade, a área de ocupação é mais abrangente que em Petrolina (mapa 6).

O tipo 3(F) também se caracteriza por apresentar áreas com condições de vida média, mas, com algumas variáveis que não são satisfatórias. A proporção de pessoas com nível médio ou superior vai de razoável à moderada. Tal tipo aparece como "sendo manchas próximas e/ou ao redor das áreas com melhores condições de vida" (IBGE, 2017a, p. 30). Em Petrolina ocupa a faixa oeste. Não sendo perceptível em Juazeiro, de acordo com o estudo do IBGE (2017a) (mapa 6).

O tipo 4(G) demonstra forte oscilação nas variáveis. Os percentuais de escolaridade média e superior, assim como o uso de computador com acesso à internet, estão abaixo de 35%. As áreas desse tipo aparecem "entremeadas, no tecido Urbano, junto às áreas com melhores condições de vida, ou na borda da mancha urbanizada principal formando, muitas vezes, uma faixa entre os tipos melhores e piores" (IBGE, 2017a, p. 30-31).

Em Petrolina o tipo 4(G), ocupa uma longa faixa ao norte da cidade, criando uma extensa fronteira socioespacial, separando os grupos com melhores condições de vida, dos com as piores condições de vida. Enquanto que em Juazeiro, esse tipo aparece como um enclave ou justaposição entre grupos de melhores e piores condições de vida (mapa 6).

O tipo 5(H) reúne resultados de indicadores que vão de bons à insatisfatórios, predominando esses últimos. O nível de instrução médio ou superior, assim como o uso de computador com acesso à internet, oscila entre 30 e 20%. E o abastecimento de água não chega a 50%. Em Petrolina, o referido tipo aparece em pequenas áreas isoladas no extremo norte e leste da cidade. Em Juazeiro, são observáveis em espaços mais amplos das faixas centro-norte e sul da malha urbana (mapa 6).

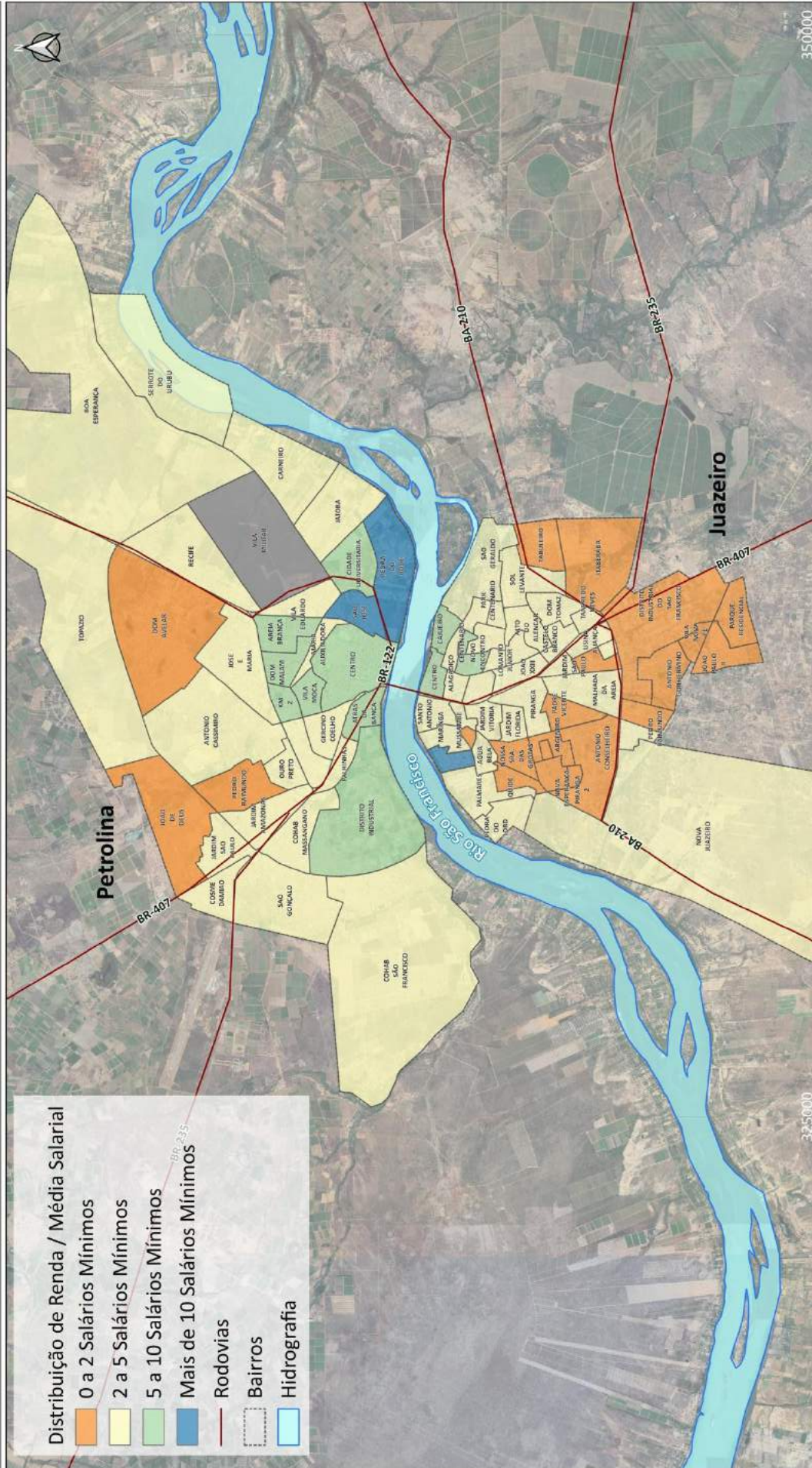
O tipo 6(J) é o que apresenta atributos mais comuns entre as variáveis. Reduzido número de pessoas com nível secundário e superior, quase ausência de computador com acesso à internet, e reduzida cobertura de áreas com esgotamento sanitário adequado. Tal tipo caracteriza-se por ser "o segundo tipo de pior desempenho na classificação [...], ocorre comumente em fragmentos urbanizados afastados da mancha principal (ao longo de rodovias) ou em sua borda" (IBGE, 2017a, p. 32).

Em Petrolina, o tipo 6(J) não aparece no mapeamento do IBGE. Mas, em Juazeiro, ocupa extensa faixa central e algumas áreas ao norte e a leste da malha urbana, funcionando como uma verdadeira fronteira entre os tipos que representam as baixas condições de vida: tipos 4(G) e 5(H) (mapa 6).

As desigualdades sociais podem ou não, serem refletidas no espaço. Portanto, um espaço luminoso pode muito bem estar ao lado de um espaço opaco, configurando-se em uma justaposição, que seria a proximidade espacial, aliada ao distanciamento social (VASCONCELOS, 2016). Essa é uma realidade vivenciada, sobretudo nas metrópoles, mas, que tem se expandido para as pequenas e médias cidades. Porém, mesmo havendo processos de justaposição socioespacial, deve-se considerar que a sociedade é composta por classes sociais distintas e que, as diferenças entre os membros que compõem a sociedade de classe se reverbera, sobremaneira, "a partir do lugar que ocupam tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada" (CARLOS, 2007, p. 48), principalmente se considerar que é na "escala do habitar que surge e realiza o diferente em sua determinação negativa quando se define pelo conflito e pela luta em torno das apropriações diferenciadas do espaço, e como reivindicação para o uso [...]" (Idem, p. 49).

O mapeamento da ocupação do espaço urbano de Juazeiro e de Petrolina de acordo com a distribuição de renda, que teve como parâmetro o "total de rendimentos nominais mensais dos domicílios permanentes" (IBGE, 2010), permitiu visualizar como ocorre a ocupação diferenciada e desigual do espaço urbano em ambas as cidades (mapa 7).

Mapa 7. Espaços de Diferenciação Socioespacial intraurbana por distribuição de renda – Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2010



2.5 0 2.5 5 km
 Folha Original A4 Escala 1:120.000
 Organização: Muniz Filho, 2020
 Projeto Cartográfico: Couto et al. 2020
 Base Cartográfica: IBGE, 2010; Google Satelite, 2019
 SRC - SIRGAS 2000 UTM 24S

Juazeiro possui 54 bairros, desses, apenas um apresenta população com renda acima de 10 salários mínimos (Country Club), três bairros concentram população com rendimentos entre 5 e 10 salários mínimos (Santa Maria Goretti, Cajueiro e Centro). E, 19 bairros abrigam população com rendimentos entre 0 a 2 salários mínimos, estes se localizam principalmente nas Zonas Leste e Sul da cidade. Os demais bairros, num total de 31 são compostos por população que apresenta rendimentos entre 2 a 5 salários mínimos (mapa 7).

Em Petrolina, são 34 bairros catalogados. Desses, dois apresentam população com rendimentos acima de 10 salários mínimos (São José e Pedra do Bode) e estão localizados na orla fluvial da cidade. Oito bairros têm população com rendimentos entre 5 e 10 salários mínimos. E, apenas três bairros apresentam população com rendimentos até dois salários mínimos (Pedro Raimundo, Dom Avelar e João de Deus), todos esses localizados na Zona Norte da cidade, próximos aos perímetros irrigados. Os demais bairros (21), possuem população com rendimentos entre 2 e 5 salários mínimos (mapa 7).

As desigualdades socioespaciais reveladas na escala cartográfica (mapa 7), que indicam maior proporção de pessoas pobres (renda entre 0 e 2 salários mínimos) em Juazeiro e, maior proporção de pessoas de classe média (renda entre 5 a 10 salários mínimos) e alta (renda > 10 salários mínimos) em Petrolina, concatenadas com alguns indicadores de desigualdades socioeconômicas (tabela 6), corroboram para o entendimento das diferenças e desigualdades socioespaciais entre ambas as cidades, nas escalas intraurbana e interurbana. Observa-se que a renda *per capita* de Petrolina (R\$ 201,23) é maior que a de Juazeiro (R\$ 175,15), sendo ambas, maiores que a do Estado da Bahia (R\$ 160,19) e, equivalente à do Estado de Pernambuco (R\$ 183,76). E também, a renda de rendimentos do trabalho é maior que 65%, demonstrando, de certa maneira, o poder econômico destas cidades na escala interurbana. No entanto, outros indicadores revelam em ambas as cidades, a existência de elevado percentual de pobres (acima de 40%) e de indigentes (acima de 20%). E, elevada desigualdade quanto à concentração de renda (Índice L de Theil), sobretudo em Petrolina (tabela 6).

Tabela 6. Indicadores de Desigualdades Socioeconômicas: Brasil, Estados e Municípios Selecionados - 2000

Unidade Escalar	Renda per capita (R\$)	Renda de rendimentos do trabalho (%)	Renda de transferências governamentais (%)	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres (%)	Pessoas pobres (%)	Pessoas indigentes (%)	Índice L de Theil
Brasil	297,23	69,80	14,70	32,93	32,75	16,32	0,762
Bahia	160,19	63,70	15,90	37,90	55,32	31,13	0,775
Pernambuco	183,76	62,10	19,50	38,87	51,31	27,73	0,795
Juazeiro	175,15	69,31	13,20	27,20	49,08	22,45	0,683
Petrolina	201,23	66,11	12,02	30,87	44,52	20,79	0,717

Elaborada por: Muniz Filho, 2020.

Fonte: Ipea. IpeaData, 2020.

Notas: Salário mínimo (S. M.) vigente em 2000 = R\$ 151,00; Pessoas pobres, refere-se à pessoas com renda per capita equivalente a 1/2 S. M.; Pessoas indigentes, refere-se à pessoas com renda per capita equivalente a 1/4 do S. M.; Quanto maior o valor para o índice de Theil (próximo a 1,0), pior será a distribuição de renda.

As desigualdades e as diferenciações socioespaciais, revelam as diferentes formas de apropriação, pelas classes sociais, da riqueza produzida no processo de produção e reprodução do espaço. Resultando, geralmente, em fragmentação e segregação socioespacial urbanas. Conforme assinala Carlos (2007, p. 49, grifos da autora):

[...] a prática social é espacializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso).

Nas cidades de Juazeiro e de Petrolina, a população de maior poder aquisitivo ocupa, em grande parcela, os condomínios fechados em espaços considerados como áreas nobres das cidades, localizados em pontos estratégicos com algum tipo de amenidade urbana (a exemplo da margem do Rio São Francisco) e de elevada valorização mercantil (foto 10). A apropriação privada do espaço (terrenos e edificações) e sua conseqüente mercantilização, está centrada na sobreposição do valor de troca em detrimento do valor de uso, mesmo onde há ocupação efetiva dos espaços.

Foto 10. Casas à venda em Condomínios de Alto Padrão - Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020

Casa em Condomínio Assunção de Maria - Pedra do Lord, Juazeiro (R\$ 1.200 milhões)



Casa em Condomínio Água Viva - Pedra do Bode, Petrolina (R\$ 1.950 milhões)



Fontes: Viva Real Imóveis e MGF Imóveis, 2020.

O capital atua de forma desigual e combinada na produção e reprodução do espaço urbano, levando a fragmentação que é “produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre” (VASCONCELOS, 2016, p. 20). A fragmentação do espaço pode ser vista como um “processo de fechamento de territórios espacialmente delimitados e habitados por populações socialmente homogêneas” (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 62 *apud* VASCONCELOS, 2016, p. 22). Esse é o exemplo dos condomínios fechados de alto padrão instalados em Juazeiro e Petrolina (foto 11).

Foto 11. Condomínios de Alto Padrão em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020

Condomínio Terra dos Sonhos – Bairro Country Club, Juazeiro



Condomínio Sol Nascente – Bairro Cidade Universitária, Petrolina



Fonte: Google, 2020.

Os loteamentos e condomínios fechados se configuram como “uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis”. (VASCONCELOS, 2016, p. 27).

A população de menor poder aquisitivo, tende a ocupar as zonas periféricas das cidades, em terrenos nem sempre legalizados, ou mesmo nos conjuntos habitacionais dos programas sociais de habitação financiados pelo Estado que, em ambas as situações, muitas vezes possuem imóveis geralmente instalados em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo, em descontinuidade com o tecido urbano (fotos 12 e 13). “Contraditoriamente, assim, os conjuntos construídos para trabalhadores, num mercado específico e financiados com recursos públicos, acentuam a desigualdade social e espacial”. (RODRIGUES, 2007, p. 77).

Foto 12. Imóveis à venda em Bairros Populares de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020

Casa Bairro Piranga, Juazeiro (R\$ 100 mil)

Casa Bairro D. Avelar, Petrolina (R\$ 135 mil)



Fonte: OLX, 2020.

Além da falta de infraestrutura e equipamentos de lazer urbano, um dos maiores problemas das populações periféricas de ambas as cidades está vinculado à mobilidade urbana, devido principalmente, a baixa qualidade e reduzida frota de transporte público (ônibus urbano) que, em algumas linhas, atende a demanda compartilhada entre as cidades. Muitos bairros periféricos, encontram-se distante dos núcleos centrais das cidades, alguns inclusive, são fronteiriços aos perímetros de irrigação (mapas 5, 6 e 7). Conforme assevera

SANTOS (1993, p. 115): “Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial”.

Foto 13. Imóveis do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020

Residencial Juazeiro II - Bairro Itaberaba
(Juazeiro)



Residencial Pomares - Bairro Cohab São Francisco (Petrolina)



Fontes: Prefeitura Municipal de Juazeiro e Prefeitura Municipal de Petrolina, 2020.

Chilcote (1990) assinala que, em meados da década de 1980, alguns problemas que possuíam vínculos diretos com os projetos de irrigação, atingiam as cidades de Juazeiro e Petrolina, uma vez que nenhum dos projetos “beneficiava pequenos agricultores, que haviam sido obrigados a abandonar suas terras sem uma compensação adequada. [...] essas terras foram vendidas ou arrendadas a empresas de médio ou grande porte” (Idem, p. 282). Ainda segundo Chilcote (op. cit.), tal situação impactou diretamente nas cidades, com o aumento da pobreza urbana, refletida na ampliação dos bairros periféricos habitados tanto pelos pequenos proprietários rurais que foram expropriados, quanto, pelos novos trabalhadores rurais que se dirigiram a Juazeiro e a Petrolina em busca de empregos nos perímetros irrigados e passaram a ocupar as periferias das cidades.

Rodrigues (2007) compreende a desigualdade socioespacial como resultante da sociedade de classe, que a partir da exploração e da espoliação da força de trabalho, se apropria de maneira desigual e diferenciada do espaço, desvelando-se através da apropriação privada da propriedade e da

transmutação do espaço em mercadoria, onde prevalece o valor de troca em detrimento do valor de uso. Gerando, portanto, um espaço fragmentado e segregado, produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

As políticas públicas implantadas no Sertão do São Francisco, sobretudo com os perímetros irrigados, concatenadas com os investimentos públicos em infraestrutura, instalação de diversas instituições públicas nos mais variados setores (ciência e tecnologia, informação, finanças, etc.), e com a articulação das lideranças políticas locais e empreendedores externos capitalizados, formaram o conjunto de ações responsáveis pela ampliação da centralidade urbana de Juazeiro e Petrolina.

Estes movimentos conjugados às lógicas abordadas (do Estado, do capital imobiliário e agro-industrial) e o desenvolvimento do meio técnico-científico, tendem a gerar uma exclusão social e espacial dos trabalhadores e uma fragmentação do espaço que se expressa em uma diferenciação e especialização dos lugares a nível territorial, com cidades voltadas ou para a produção, o consumo ou a moradia. (LIMONAD, 1999, p. 86).

A difusão da agricultura técnico-científica e do agronegócio globalizado ampliou e reorganizou a produção material (agropecuária e industrial), além de ter sido determinante para a expansão quantitativa e qualitativa do comércio e dos serviços, sobretudo, dos setores associados ao circuito superior da economia agrária (ELIAS, 2003a, 2003b, 2006, 2011). A produção agropecuária do Sertão do São Francisco antes se limitava aos circuitos regionais. Com a inserção da agricultura técnico-científica ampliou para aos circuitos espaciais de produção.

Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 144).

A instalação dos perímetros irrigados no Sertão do São Francisco reestruturou a produção agrícola, expandiu os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, e cooperou para a instalação de novas atividades comerciais e de serviços vinculadas tanto ao consumo produtivo, quanto ao consumo consumptivo. E dinamizou o crescimento demográfico, contribuindo para a expansão urbana de Juazeiro e Petrolina (apêndices A e B).

Juazeiro expandiu seu perímetro urbano no sentido sul, enquanto Petrolina se expandiu no sentido norte (apêndices A e B). O fluxo entre Juazeiro e Petrolina é dinamizado pela ponte Presidente Dutra, construída na década de 1950 e que faz parte da rodovia BR 407 (Rodovia Lomanto Júnior), que atravessa as cidades, sendo o principal eixo rodoviário que faz a ligação entre o Sertão do São Francisco e outras regiões do Brasil (foto 14).

Foto 14. Ponte Presidente Dutra elo entre Juazeiro e Petrolina, 2020



Fonte: Notícia Capital, 2020.

Além desta importante via de circulação (BR 407) que interconecta as duas cidades e que, ao longo da mesma, concentram-se as principais atividades de comércio e serviços de ambas as cidades, outras vias federal (BRs 235, 122, 428) e estadual (BA 210), formam o circuito viário da rede interurbana, conectando Juazeiro e Petrolina a outras cidades em escala regional e nacional. “Circuitos da distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado”. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 148).

Ambas as cidades são servidas por transportes públicos através de ônibus coletivos (que fazem o circuito intraurbano e interurbano), táxi e moto-táxi, a circulação entre as cidades ocorre através da ponte Presidente Dutra. No entanto, é possível deslocar-se entre uma cidade e outra pela via fluvial através

de pequenas embarcações que atravessam o rio São Francisco de maneira rápida e com certa segurança, uma vez que as embarcações são regularizadas e fiscalizadas pelas autoridades portuárias. Tais embarcações também são utilizadas em roteiros turísticos (foto 15).

Foto 15. Embarcações utilizadas para a travessia entre Juazeiro e Petrolina



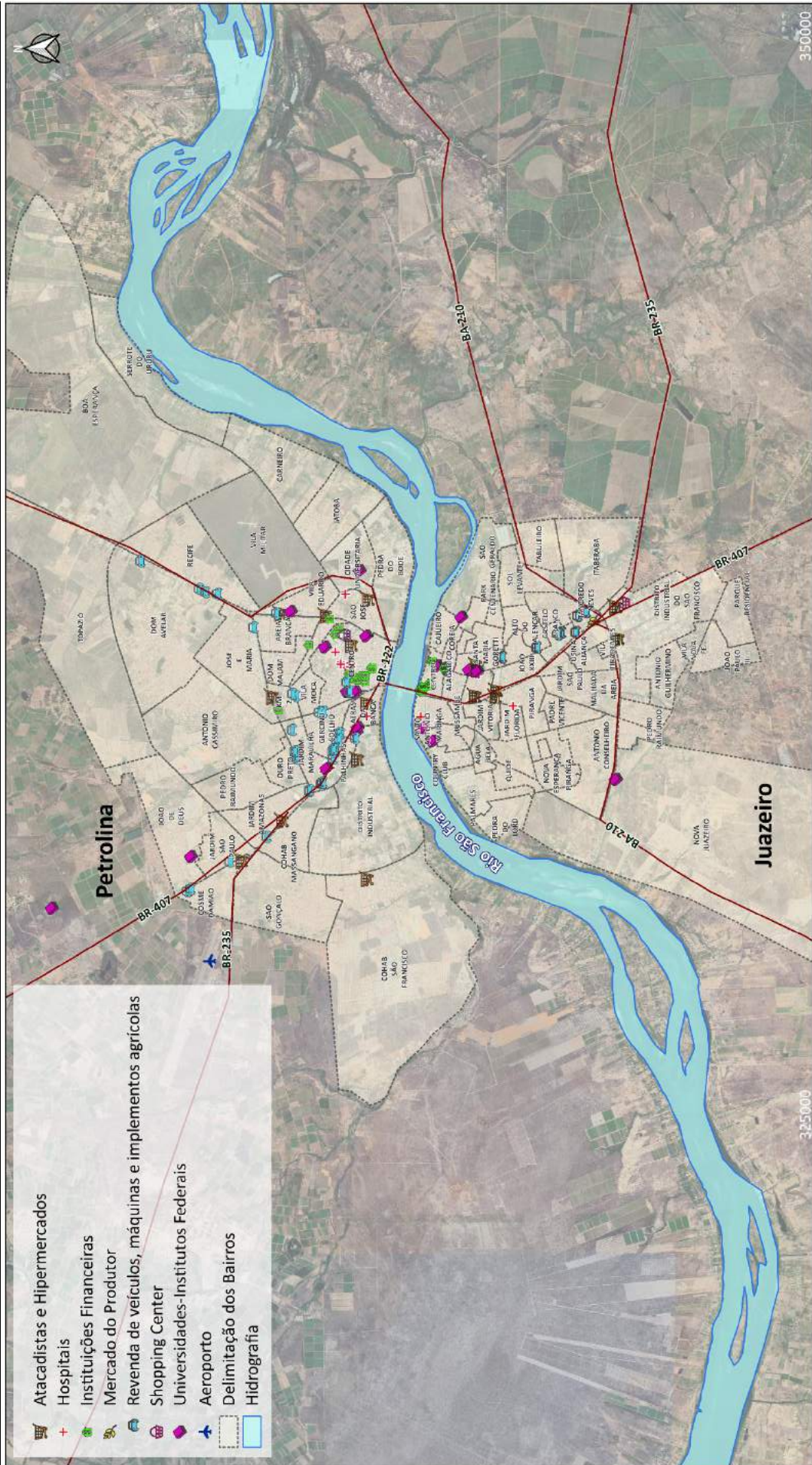
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A expansão da malha urbana de ambas as cidades, levou à instalação de novos fixos rodoviários, construídos para dinamizar o fluxo intraurbano. Entre as novas vias de circulação interna, destacamos em Juazeiro as Avenidas: Adolfo Viana, Santos Dumont, Presidente Tancredo Neves, Raul Alves e São João. E, em Petrolina as Avenidas: Sete de Setembro, da Integração, das Pedrinhas, da Fertilidade, Transnordestina, Monsenhor Ângelo Sampaio e Fernando Farias⁵⁹.

Em Petrolina, a distribuição do comércio e dos serviços segue um padrão de concentração circular, acompanhando principalmente as grandes rodovias federais que cortam a cidade (BRs 407 e 122) e as vias de circulação interna (sobretudo, as avenidas Monsenhor Ângelo Sampaio, Sete de Setembro e da Integração), com maior concentração dos estabelecimentos, próximos à zona central e ao miolo da cidade (mapa 8).

⁵⁹ De acordo com informações obtidas junto as Prefeituras de ambas as cidades, as vias de circulação internas (citadas) foram construídas ou ampliadas após o ano 2000.

Mapa 8. Distribuição espacial das principais atividades de comércio e serviços em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2020



2,5 0 2,5 5 km
 Folha Original A4
 Escala 1:120.000
 Organização:
 Muniz Filho, 2021
 Projeto Cartográfico:
 Couto et al. 2021
 Base Cartográfica:
 Google Satellite, 2010
 SRC - SIRGAS 2000
 UTM 24S

Em Juazeiro, a distribuição do comércio e dos serviços, apresenta uma concentração linear, acompanhando principalmente a rodovia BR 407 e a Avenida Adolfo Viana no sentido latitudinal da cidade (mapa 8).

Ao longo dos eixos rodoviários de ambas as cidades, distribuem-se estabelecimentos voltados aos mais diferentes setores da economia, associados tanto ao consumo consumptivo, como ao consumo produtivo do agronegócio (ELIAS, 2003a; ELIAS; PEQUENO, 2010, 2015; SANTOS, 1998). Conforme assinalam Elias e Pequeno (2015, p. 19):

Este processo de estruturação urbana e regional vinculado às rodovias e à localização das atividades produtivas, ao promover a valorização imobiliária de determinados bairros, reflete na distribuição dos diferentes grupos sociais. Disto evidencia-se a condição da segregação espacial como macroprocesso que explica muito da estrutura de tais cidades.

Os fixos, representados pelo sistema viário (intraurbano e interurbano), tiveram papel importante na reestruturação das cidades de Juazeiro e Petrolina, direcionando os vetores de expansão urbana e influenciando na apropriação diferenciada do solo urbano. Enquanto valor de uso, tanto no aspecto econômico (uso comercial), quanto no aspecto social (uso residencial), e como valor de troca, através da expansão dos vazios urbanos, implantação de condomínios horizontais fechados e equipamentos comerciais de grande porte (shopping, revenda de veículos e máquinas, hipermercados e atacadistas), exacerbando o processo de especulação imobiliária. As posições das cidades como entroncamentos rodoviários, aliados à reestruturação produtiva da agropecuária, cooperaram também, para a ampliação da importância de Juazeiro e Petrolina na rede urbana nordestina e nacional. Todo esse processo foi forjado por “um conjunto de decisões locacionais, tomadas tanto pelo Estado como pelo setor privado, no tocante à implantação de equipamentos que complementam e reforçam as funções assumidas por estas cidades” (ELIAS; PEQUENO, 2015, p. 36).

Para Corrêa (2007b, 2016) na escala da cidade, a diferenciação socioespacial manifesta-se através da interdependência entre a divisão econômica e a divisão social do espaço. Na perspectiva da divisão econômica, ocorre através da concentração de atividades na área central (centralização), instalação de shopping centers, que concentra diversas atividades de comércio

e serviços (principalmente de luxo). E no aspecto social, configura-se a partir dos processos de segregação e fragmentação do espaço urbano, resultante das diferenças de acesso a terra e à moradia (transformadas em mercadorias) e, que são geradoras das desigualdades socioespaciais.

Esse processo teve reflexo direto na dinâmica urbana de Juazeiro e de Petrolina. Na perspectiva social, gerou o aumento da demanda por espaços do habitar, estimulando o surgimento de novos condomínios de médio e alto padrão e, a ampliação das zonas periféricas. Silveira (2002) assevera que o processo exagerado de “expansão horizontal da cidade e seu par dialético, a verticalização que assegura a concentração dos agentes hegemônicos, segmentam ainda mais a cidade e contribuem para entronizar valorizações e lógicas especulativas” (Idem, p. 15).

No aspecto econômico, estimulou a instalação de empresas especializadas em implementos e insumos agropecuários que reestruturaram o consumo produtivo. Cooperando também na ampliação do comércio varejista e atacadista, e de prestadoras de serviços (educação, saúde, finanças, etc.), além da instalação de centros de pesquisa científico-tecnológicos, fomentando o consumo consumptivo (mapa 8 e tabela 7).

Tabela 7. Principais estabelecimentos de comércio e serviços instalados em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2019

Cidades	Número de estabelecimentos de comércio e serviços conforme a categoria					
	Shopping Center	Universidades e Institutos Federais	Hospitais	Revenda: veículos, máquinas e implementos	Atacadistas e Hipermercados	Intituições Financeiras
Juazeiro	1	8	7	10	6	10
Petrolina	1	10	10	38	10	15
Total	2	18	17	48	16	25

Elaborada por Muniz Filho, 2021.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

As atividades urbanas estão ligadas a dois tipos de consumo (produtivo e consumptivo), com os quais “as cidades cumprem o papel de responder as necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificaram qualitativamente” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 280). O consumo consumptivo é o das famílias, das informações e o do

exercício da cidadania (político), enquanto que o consumo produtivo é aquele ligado à ciência, consultorias e crédito (SANTOS, 1996).

Tanto o centro da cidade de Juazeiro quanto o de Petrolina ocupam parte da orla fluvial do Rio São Francisco. Na cidade de Juazeiro, o referido trecho de orla tem uso predominantemente comercial com destaque para lojas de móveis e eletrodomésticos, comércio de alimentos e bebidas (bares e restaurantes) e alguns pequenos hotéis (foto 16). Apenas em um curto trecho (Av. Carmela Dutra), são observadas poucas construções, que ainda preservam o uso residencial.

Foto 16. Atividades comerciais na orla de Juazeiro (BA), 2020



Fonte: Edenevaldo Alves, 2020.

A zona central de Juazeiro - que ocupa parte da orla fluvial - é caracterizada por significativa presença de imóveis antigos, que em muitos casos mantiveram a forma, mas, mudaram de função. Outra característica desta zona e, que é perceptível em quase toda a cidade, é o baixo índice de verticalização.

O outro trecho da área central de Juazeiro, que não está voltado para orla fluvial, é caracterizado pela presença de instituições públicas à exemplo da Prefeitura (nova sede e prédio antigo que atualmente abriga outros órgãos municipais), nesse trecho também encontramos hospital, instituições financeiras, escola e lojas de comércio varejista (vestuário, calçados, produtos eletrônicos,

farmácias), além de pequenos hotéis, pousadas, restaurantes e ruas fechadas (calçadões) que propiciam maior comodidade para os consumidores (foto 17).

Foto 17. Calçadão comercial de Juazeiro (BA), 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A zona central de Petrolina, não voltada para a orla fluvial, também é caracterizada pela ocupação do espaço por instituições públicas como a Prefeitura e algumas secretárias municipais, estabelecimentos de comércio varejista, instituições financeiras, estabelecimentos de saúde, escolas e a Catedral da Diocese de Petrolina. Na cidade de Petrolina, a ocupação urbana da faixa da orla fluvial apresenta um caráter mais residencial, no qual verificamos condomínios de médio e alto padrão. O referido espaço, também é ocupado por alguns hotéis, restaurantes e quiosques (bares e lanchonetes).

A verticalização é um elemento característico da paisagem urbana da orla fluvial de Petrolina. Diferente do que ocorre em Juazeiro, a cidade de Petrolina, sobretudo a sua orla fluvial, caracteriza-se por maior processo de verticalização e com reduzido número de imóveis antigos que possam remeter a ocupação inicial da cidade (foto 18).

Foto 18. Vista área da Zona Central de Petrolina (PE), 2020



Fonte: Ricardo Banana, 2020.

A partir da década de 1980, como reflexo do crescimento econômico vivenciado pelas cidades médias em análise, que foi potencializado principalmente pela agricultura técnico-científica, a paisagem urbana de suas áreas centrais sofreram alterações, verificando o aparecimento de universidades, centros de formação técnica, comércio e serviços especializados (de veículos e implementos agrícolas, clínicas e hospitais para atendimento de média e/ou alta complexidade) e shopping centers em áreas descentralizadas do núcleo central.

Os shoppings centers, como templos do consumo moderno, desempenham papel importante na cadeia de distribuição de produtos e serviços, principalmente, voltados ao consumo consumptivo (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Ao tempo em que, como produto de grandes investimentos imobiliários sua instalação em determinada área do espaço urbano, tende a impactar na estrutura e no dinamismo, sobretudo, das cidades médias.

No River Shopping em Petrolina, destacam-se em suas instalações internas, quatro salas de cinema, cinco lojas âncoras, um hipermercado e clínica médica. Foi inaugurado no ano de 1995 e está localizado na Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, a poucos minutos do centro da cidade de Petrolina. Seu entorno apresenta-se densamente ocupado (foto 19).

Foto 19. River Shopping – Petrolina, 2020



Fonte: River Shopping, 2020.

O Juá Garden Shopping, possui 174 lojas, quatro salas de cinema, quatro lojas âncoras e 21 *fast food* e restaurantes. Foi inaugurado em 2016 na Rodovia Lomanto Júnior (BR 407) na saída para Salvador próximo ao distrito industrial, em uma zona de expansão urbana distante do centro de Juazeiro e, caracterizada por vazios urbanos (foto 20).

Foto 20. Juá Garden Shopping – Juazeiro, 2020



Fonte: Grupo Tenco Shopping Centers, 2020.

Paralelamente ao consumo produtivo, nas áreas onde a população apresenta melhor poder aquisitivo, ocorre um aumento significativo do consumo

consumptivo de bens e serviços, levando a expansão de zonas especializadas nas cidades (mapa 8) que atendam as demandas de ambos os consumos, ampliando as diferenciações socioespaciais tanto na escala intraurbana quanto na interurbana.

De acordo com Corrêa (2016), os processos espaciais são geradores de formas espaciais como a concentração e a dispersão espacial. A concentração espacial resulta das forças de atração, de coesão ou de economias externas de aglomeração. A concentração se manifesta nas diversas escalas. Na escala interurbana, a concentração espacial pode estar presente a partir de elementos econômicos (regiões industriais, áreas de produção agrícola) e, culturais (grupos etnolinguísticos, religiosos, etc.).

Conforme assinala Vasconcelos (2016, p. 18) “Os processos e formas socioespaciais são originários das mudanças atuais sobrepostas às inércias do passado”. Alguns processos socioespaciais (migrações, globalização, redefinição do papel do Estado, inserção de novas técnicas) nas diversas escalas (global, nacional, regional e local) têm contribuído para as transformações nas formas e funções das cidades e, em algumas situações, corroborando para acentuar as desigualdades e diferenciações socioespaciais, sobretudo nas escalas intraurbana e interurbana.

Nos diversos estudos acerca da agricultura técnico-científica e do agronegócio globalizado e sua influência na produção dos espaços urbanos das cidades médias brasileiras e, a consequente desigualdade socioespacial resultante de tal processo (ELIAS, 2003a, 2003b, 2007, 2015; ELIAS; PEQUENO, 2005, 2006, 2007, 2015), os autores assinalam que, devido ao poder do agronegócio em impor especializações territoriais, exigindo das cidades que se encontram inseridas ou próximas às áreas produtoras que se adaptem para atender as suas demandas de comércio, serviços e infraestrutura, tem gerado um acelerado processo de processo de urbanização das cidades médias, que se configuram como lócus da gestão da agricultura técnico-científica e do agronegócio globalizado e, em muitos casos, exacerbado as diferenciações e desigualdades socioespaciais. Oliveira e Soares (2014), também coadunam com essa perspectiva de análise, ao asseverar que:

É necessário considerar a difusão da agricultura científica e dos agronegócios na redefinição dos papéis desempenhados pelos centros urbanos inseridos nas áreas de expansão agrícola – principalmente em função dos avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas instituições de pesquisa, o que possibilita o uso agrícola de áreas do cerrado e do semi-árido brasileiro – gerando, assim, impactos socioespaciais tanto no campo quanto nas cidades. Esses impactos geram a reestruturação do território e a reorganização do sistema urbano, deixando-o cada vez mais complexo (Idem, p. 124).

O dinamismo apresentado por Juazeiro e Petrolina no período técnico-científico-informacional está associado às atividades agropecuárias, sobretudo às vinculadas ao circuito de produção e aos círculos de distribuição da agricultura globalizada desenvolvida em seus territórios e em outras localidades (pequenas cidades) sob suas influências, ampliando a centralidade destas cidades médias. Santos e Silveira (2006, p. 21) assinalam que:

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. [...] O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas [...], mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 21).

É possível inferir que os incentivos governamentais (financeiros e de infraestrutura), o desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à produção, a disponibilidade de mão de obra local concatenada com a inserção de mão de obra especializada, a qualidade de vida desfrutada por parte da sociedade local em relação aos espaços do habitar, são alguns dos processos socioespaciais responsáveis pelas transformações de Juazeiro e Petrolina nas últimas décadas (2010-2020), colocando-as no ranking das cidades que possuem maior potencial econômico, nas diversas escalas (local, regional e nacional), ao tempo em que desvelam as diferenças e desigualdades socioespaciais entre ambas.

Analisando alguns indicadores socioespaciais de Juazeiro e de Petrolina (gráfico 12) é possível assinalar que, o IDH-M de ambos municípios está na faixa de indicador médio (acima de 0,600). Quanto aos indicadores de urbanização (população urbana e taxa de urbanização), há diferenças significativas entre os municípios. Juazeiro apresenta a taxa de urbanização maior que Petrolina, no entanto, o quantitativo populacional urbano de Petrolina é superior ao de Juazeiro.

Gráfico 12. Infográficos comparativos entre os principais indicadores socioespaciais de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), 2010-2020



Organizado por: Muniz Filho, 2020.
Fontes: Ipea, 2020; Sebrae, 2020; IBGE, 2020c.

No ranking nacional de concentração populacional, Juazeiro ocupa a 134ª posição e Petrolina a 84ª posição e, em seus respectivos estados, ambas se encontram na 6ª posição (IBGE 2020b). Quanto aos indicadores econômicos, às diferenças entre as mesmas, são mais acentuadas. O PIB de Juazeiro (R\$ 3.700 bilhões) corresponde a 61,8% do PIB de Petrolina (R\$ 5.990 bilhões). Ainda em relação ao PIB, no ranking de seus estados, Juazeiro ocupa a 13ª posição e Petrolina a 7ª posição e, em comparação ao Brasil, estas ocupam respectivamente as posições 255ª e 164ª (IBGE 2020b).

Há também uma discrepância acentuada quanto às exportações que, no ano de 2019, representou para Juazeiro U\$ 63,3 milhões e para Petrolina U\$ 183,6 milhões (IPEA, 2020), demonstrando que a capacidade produtiva desta, foi invariavelmente maior que a da outra. Tais dados são corroboradas pelos números totais de empresas por setores e por porte, que também refletem nos montantes das arrecadações de impostos (ICMS, ISS, IPTU, etc.), nos quais, Petrolina apresenta valores que correspondem a aproximadamente o dobro em relação a Juazeiro, na maioria dos dados apresentados (gráfico 12).

A transformação do Sertão do São Francisco em região produtiva do agronegócio globalizado (ELIAS, 2006) teve significativa reflexibilidade em sua dinâmica urbano-regional no período técnico-científico-informacional, ao tempo em que cooperou para desvelar as diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas. A diferenciação e a desigualdade socioespacial entre centros que compõem a mesma rede urbana resultam, em grande parte, de processos espaciais que podem apresentar-se, simultaneamente competitivos e cooperativos nas diversas escalas.

Considerando Juazeiro e Petrolina, cidades médias que têm sua base produtiva vinculada à agricultura técnico-científica voltada ao atendimento das demandas do agronegócio globalizado, tal competitividade, pode ser concatenada pelas estratégias e ações dos agentes hegemônicos, sobretudo o Estado em aliança com as elites políticas e econômicas locais. Enquanto que a cooperação ocorre, principalmente, a partir da articulação entre produtores e empresas de ambas as cidades que se organizam, para a comercialização de parte da produção de frutas, no mercado internacional.

Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação mostram o uso diferenciado do espaço pelas empresas, instituições e indivíduos, permitindo compreender as diferenciações socioespaciais nas diversas escalas (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Conforme assevera Sposito (2014b, p. 132): “O capital movimenta-se, por meio das decisões de seus agentes econômicos e políticos, procurando territórios e articulando os pontos das redes e aprofundando as desigualdades das escalas locais às supranacionais”.

Na escala interurbana, houve o aumento da distinção entre as cidades médias (centros regionais) e as pequenas cidades que compõem sua hinterlândia que, em alguns casos, passam a desempenhar funções cada vez mais subordinadas, seja como fornecedoras de mão de obra não especializada, ou mesmo como consumidoras do comércio e serviços especializados que, com a modernização do espaço, tendem a se concentrar ainda mais nos centros regionais.

As transformações ocorreram, principalmente a partir de diversas ações capitaneadas em grande parte, pelo Estado através: da ampliação da infraestrutura de transportes e comunicações (rodoviário, aéreo e informacional), direcionando e dinamizando os fluxos (materiais e imateriais); dos incentivos, sobretudo fiscais, para instalação de empresas privadas voltadas tanto ao consumo produtivo (lojas de equipamentos e insumos agropecuários), quanto ao consumo consumptivo (shopping centers, serviços médicos especializados, etc.); da instalação de instituições públicas vinculadas ao crédito e ao fomento (bancos) e as pesquisas e inovações (universidades e centros de pesquisa), com vistas, prioritariamente ao atendimento das demandas do agronegócio globalizado.

Na escala intraurbana, sobretudo, com a urbanização acelerada nas últimas cinco décadas (1970-2020), vivenciada pelas cidades de Juazeiro e de Petrolina - que se classificam como polos-regional – gerou-se intenso processo de reestruturação do espaço urbano. Tal processo foi resultante: do elevado crescimento populacional, impulsionado principalmente pelas migrações de trabalhadores especializados ou não, mas, fundamentais em todas as etapas da cadeia produtiva da agricultura técnico-científica; do aumento da demanda, e conseqüentemente, dos conflitos por espaços do habitar, acirrando a dicotomia

entre o valor de uso e o valor de troca do espaço urbano; intensificação da favelização e ocupação de áreas irregulares; acessibilidade desigual aos equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos; ampliação da verticalização e de vazios urbanos, aliados a criação de amenidades (vias de circulação, praças e parques urbanos, prédios públicos) através do poder público local em áreas de maior valorização imobiliária, gerando maior especulação imobiliária.

CONCLUSÃO

A formação socioespacial está correlacionada à evolução diferencial das sociedades em suas particularidades e, em relação às ações exógenas que lhes impulsionam. A base para entendimento do processo de formação socioespacial é a produção (SANTOS, 1977). Compreender como ocorreu o processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco abriu caminho para o entendimento dos eventos e ações que concatenados pelas técnicas forjaram os territórios de Juazeiro e de Petrolina.

A ocupação territorial de Juazeiro e de Petrolina ocorreu através de povoamentos denominados "Passagem do Joazeiro". Os sítios urbanos de ambas as cidades tiveram sua gênese as margens do rio São Francisco e passaram por processos de evolução territorial, que se apresentaram similares e ao mesmo tempo diferentes, conforme as particularidades de cada espaço. Inicialmente, em seus processos de formação socioespacial, essas localidades apresentavam como estrutura produtiva os latifúndios, a pecuária extensiva e em menor escala a agricultura de subsistência. E, sobretudo Juazeiro, desempenhava a função de entreposto comercial entre os Sertões de: Pernambuco, Piauí, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Goiás e Minas Gerais e o Litoral (Salvador), situação que se estendeu por um longo período de tempo (1659-1950), aproximadamente três séculos.

A partir da década de 1970, novas temporalidades e espacialidades concatenadas por novos eventos, objetos e ações, a exemplos da construção da barragem e usina hidrelétrica do Sobradinho (BA) executada e gerenciada pela Chesf, e da implantação dos perímetros públicos de irrigação realizada pela Codevasf, corroboraram para que uma parcela dos latifúndios instalados no território fosse substituída por pequenos e médios produtores, além de empresas rurais, que cooperaram com o processo de reestruturação produtiva do Sertão do São Francisco e, conseqüentemente, foram também responsáveis pela reestruturação do espaço urbano de Juazeiro e de Petrolina.

Os processos de formação socioespacial e de reestruturação da produção do Sertão do São Francisco promoveram significativos impactos na região.

Algumas ações relacionadas à apropriação e uso do território, foram também, desencadeadoras de intensos processos de desterritorialização. A primeira ação ocorreu a partir do século XVI com a instituição do regime de Sesmarias e a partilha das terras brasileiras, através de doações aos aliados lusitanos, com destaque para os morgados dos D'Ávila e dos Guedes de Brito. Esses, durante quase três séculos (XVI ao XIX) usaram como artifício para a posse do território, a desterritorialização dos indígenas a partir das ações de cristianização e escravização dos mesmos, na maioria das vezes com o aval das missões religiosas, e em casos extremos, o genocídio de diversas etnias. A segunda ocorreu no século XX com a instalação dos perímetros irrigados na região (a partir de 1968) e com a construção da Barragem do Sobradinho (1975-1981) que, para originar o lago, deslocou os habitantes das cidades baianas de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso. Desta vez, a desterritorialização afetou parte significativa dos indivíduos que, ao longo do processo de formação socioespacial, passaram a constituir a massa da sociedade do Sertão do São Francisco (sertanejos, catingueiros, beiradeiros) e, que foram expropriados para ceder lugar à modernização do espaço.

Durante o processo de formação socioespacial do Sertão do São Francisco no qual os territórios de Juazeiro e Petrolina se constituíram a partir da Passagem do Joazeiro, houve a influência de diversas ações de ordem política, econômica e social, que corroboraram para o crescimento mais acelerado de Juazeiro em relação a Petrolina. Tal situação cooperou para que Juazeiro exercesse a primazia no papel de comando regional até a década de 1970. Porém, a partir desta década (1970), a instalação no Sertão do São Francisco dos perímetros irrigados e a prática da agricultura técnico-científica dele resultante, aliado a outros fatores de ordem política e socioespacial, colaboraram para que Petrolina pudesse apresentar, especialmente, nas últimas décadas (2000-2020) dinamismo socioespacial mais acelerado que Juazeiro, levando-as a compartilharem a centralidade regional.

A concepção inicial dos estudos acerca das cidades médias que as definiam, prioritariamente, a partir do tamanho populacional, destoa das perspectivas de apreensão a respeito desses espaços, uma vez que novas abordagens teórico-metodológicas vêm sendo inseridas na busca de um

entendimento conceitual dessas realidades, dimensionadas pela complexidade socioespacial que se apresenta, sobretudo, no período técnico-científico-informacional. Portanto, há que se considerar as temporalidades e espacialidades no processo de formação socioespacial e de inserção desses espaços nos circuitos de produção e círculos de distribuição em diversos níveis escalares, definidores de seus papéis na rede urbana regional e nacional.

Alguns caminhos, conduzem ao entendimento das cidades médias como espaços não metropolitanos, que se tornam dinâmicos a partir de ações coordenadas por atores hegemônicos, que se aproveitam de sua localização relativa e outras amenidades (naturais ou não) para implementar ou ressaltar o papel dessas localidades na rede urbana, conduzindo-as a uma maior inserção na divisão territorial do trabalho.

As cidades de Juazeiro e de Petrolina possuem, como todas as cidades, singularidades que as tornam diferentes entre si. Porém, devido a determinadas particularidades, principalmente, vinculadas a fatores como localização, processo de formação territorial, funções urbanas, centralidade, grau de urbanização e atividades produtivas desenvolvidas em seus territórios, apresentam certas similaridades.

As cidades médias, sobretudo, as que possuem sua base produtiva alicerçada nos circuitos de produção e nos círculos de distribuição do agronegócio globalizado, têm ampliado suas interações espaciais entre diferentes escalas geográficas. Através das relações verticalizadas com as grandes cidades e/ou metrópoles (nacionais e internacionais) de onde geralmente provém: os insumos e implementos para a produção, as normatizações e os recursos financeiros e, para onde é escoada a maior parte da produção. E também reforçando suas relações horizontais com as pequenas cidades, principalmente, as que compõem suas regiões de influência imediata, nas quais exercem maior polarização, através da ampliação da oferta de bens e serviços tanto de consumo produtivo, quanto consumptivo.

O polo urbano-regional Juazeiro-Petrolina, configura-se como um dos mais importantes da rede urbana nordestina e brasileira. Essas cidades médias mantêm relações contíguas (horizontalidade) com mais de 40 municípios que compõem suas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017a) e,

influenciam diretamente 15 municípios que constituem as Regiões Geográficas Imediatas de Juazeiro (9 municípios) e de Petrolina (6 municípios), nas quais abrigam aproximadamente um milhão de habitantes. Também mantêm relações longínquas (verticalizadas) com outras cidades de mesmo nível hierárquico ou superior, nas diversas escalas (regional, nacional e internacional). Tais relações se intensificaram, sobretudo, a partir da instalação em seus territórios da agricultura técnico-científica.

A centralidade de Juazeiro e de Petrolina, assim como as diferenciações e as desigualdades socioespaciais urbanas, pôde ser vislumbrada através da análise dos indicadores de qualidade de vida e da oferta de bens e serviços em escala regional. Quanto à qualidade de vida, os índices apresentados pelas cidades de Juazeiro e de Petrolina foram equitativos, porém, totalmente discrepantes das demais cidades que compõem a região do Sertão do São Francisco. Apenas Sobradinho apresentou indicadores correlatos aos das cidades-polo regional, uma vez que seu processo de formação socioespacial está plenamente imbricado com a instalação da usina hidroelétrica da Chesf.

Qualitativa e quantitativamente, Petrolina concentra a maioria dos estabelecimentos de saúde (clínicas, hospitais, etc.), dos leitos e de profissionais da saúde. Também, é nesta cidade que se encontra instalada a maioria das Instituições públicas de ensino superior e, conseqüentemente, o maior número de oferta dos cursos de graduação e pós-graduação. No entanto, a hegemonia regional de Petrolina frente a Juazeiro, não se reflete em melhor qualidade de vida dos habitantes dos municípios que integram sua região de influência imediata.

É preciso considerar que, a maioria dos municípios que compõem o Sertão do São Francisco, apresenta baixa taxa de urbanização e baixo contingente demográfico, que se refletem nos precários indicadores de qualidade de vida e elevados índices de vulnerabilidade social e, na ampliação da dependência dos serviços (financeiros, de saúde, educacionais, etc.), disponíveis em sua maioria, nas cidades médias.

A análise dos indicadores e variáveis ajudou na compreensão do papel do Estado e de sua articulação com as elites políticas locais nos processos de

reestruturação da produção do Sertão do São Francisco e reestruturação do espaço urbano de Juazeiro e de Petrolina.

O rio São Francisco, constitui-se como fronteira e como ligação entre as cidades de Juazeiro e Petrolina, que são vislumbradas como cidades irmãs. O Estado, aproveitando-se do potencial hídrico, da posição estratégica das referidas cidades e das condições edafoclimáticas, implantou na região políticas públicas de irrigação que ajudaram a alavancar, ainda que seletivamente, o crescimento econômico da mesma, destacando o papel de Juazeiro e Petrolina como cidades-polos regionais.

A expansão da agricultura técnico-científica no Sertão do São Francisco, a partir da década de 1970, impactou significativamente – mas, não necessariamente de maneira positiva - na dinâmica deste território. A opção pela produção de commodities, sobretudo das frutas íclitas (manga e uva), cuja produção exige o uso intensivo de técnicas em todo o seu circuito de produção e círculo de distribuição, trouxe algumas consequências diretas no espaço agrário, tais como: acirramento do mercado de terras e o aumento da concentração fundiária, gerando como resultante a expropriação e a expulsão de agricultores menos capitalizados, que muitas vezes vendem seus lotes nos perímetros irrigados para empresas agrícolas; mudanças no mercado de trabalho, caracterizado pela dicotomia entre o trabalho especializado (assalariado) e o informal (avulso); privatização dos recursos hídricos e normatizações de acesso e uso dos mesmos, dificultando ainda mais a participação dos pequenos produtores e agricultores familiares no processo produtivo; fragmentação do espaço agrário e especialização da produção (definindo quem, o que, como e para quem produz); e desvalorização da agricultura de subsistência (tradicional na região), sobretudo por falta de recursos (técnicos, financeiro), insumos e assistência técnica apropriada.

É possível inferir que, as rupturas na estrutura socioespacial do Sertão do São Francisco promovidas, sobretudo, a partir da inserção da agricultura técnico-científica e do agronegócio globalizado nesse espaço regional, foram acompanhadas pela manutenção de algumas rugosidades.

Dentre as rugosidades presentes na paisagem do Sertão do São Francisco há a dicotomia entre uma agricultura tradicional praticada, principalmente, nas áreas de sequeiro, onde predominam a pecuária extensiva

e a agricultura de subsistência, aliadas as tradicionais relações de trabalho (meeiros e posseiros), e cuja produção ainda limita-se aos circuitos locais e regionais (SANTOS, 1997, 1998). E, uma agricultura técnico-científica (irrigada) desenvolvida em alguns subespaços da região (a exemplo de Juazeiro e Petrolina), alicerçadas na produção especializada de commodities (frutas frescas), com vistas ao atendimento das demandas do “agronegócio globalizado” (ELIAS, 2003a), constituindo-se como “espaços luminosos” (SANTOS, 1996) regional e nacional.

Também, não se pode desprezar a histórica competitividade político-territorial entre Bahia e Pernambuco e o papel de suas elites políticas em escala nacional que, tradicionalmente, operam para atender as demandas localistas, produzindo reflexos diretos no espaço interurbano e intraurbano. A pouca articulação entre representantes federativos de estados diferentes, que dificulta o atendimento das demandas regionais mais amplas como, por exemplo, a constituição de consórcios interestaduais e intermunicipais (saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, etc), imbricada com a fragilidade e baixa articulação de alguns gestores municipais frente a outras escalas de poder (estadual e federal), são elementos que também corroboram para a ampliação das diferenciações e desigualdades socioespaciais, sobretudo, entre cidades que integram a mesma rede urbana, como é o caso de Juazeiro e Petrolina.

As diversas abordagens teórico-metodológicas acerca da diferenciação e da desigualdade socioespacial, levam a inferir que as mesmas são resultantes de processos de temporalidades e espacialidades diferenciados e desiguais, que se desvelam como meio para as relações sociais de produção e condição para a reprodução do capital no espaço.

As diferenciações e desigualdades socioespaciais, têm sido acirradas pela precarização das relações de trabalho, concatenadas pelo avanço tecnológico e também pelo marketing territorial de cidade-mercadoria competitiva (RODRIGUES, 2007), que é assimilado pelo imaginário coletivo, criando-se um simulacro de cidades desenvolvidas. Essa concepção de cidade desenvolvida encontra alicerce nos epítetos: “Oásis do Sertão” e “Capital da Irrigação” atribuído a Juazeiro, assim como, “Califórnia Brasileira” ou “Manchester Sertaneja” atribuído a Petrolina. Esses epítetos foram utilizados no

passado com o objetivo de comparar estes recortes espaciais brasileiro com territórios estrangeiros (considerados desenvolvidos) criando-se a ideia de superioridade, desenvolvimento e modernização do Sertão do São Francisco, frente a outras regiões do Brasil.

No período técnico-científico-informacional, tais epítetos são utilizados, principalmente, como marketing territorial para realçar o dinamismo econômico destas cidades, que têm como especialização produtiva a agricultura técnico-científica com destaque para a produção de frutas íncultas (manga e uva) e a oferta de bens e serviços para atendimento de suas demandas interurbanas e intraurbana.

A expansão capitalista no campo, capitaneada pela agricultura técnico-científica e pelo agronegócio globalizado, promoveu mudanças nas bases técnicas e da produção, gerando metamorfoses de natureza diversa, especialmente, no Nordeste brasileiro. Essa expansão tem influenciado na reestruturação do espaço das cidades submetidas a esse processo, exacerbando, a diferenciação socioespacial entre cidades que compõem a mesma rede urbana – como é o caso de Juazeiro e Petrolina - e a desigualdade socioespacial refletida, sobretudo, no acesso e uso de seus espaços urbanos.

A reestruturação da produção do Sertão do São Francisco incrementou novas atividades comerciais e de serviços, vinculadas tanto ao consumo produtivo, quanto ao consumo consumptivo, contribuindo para urbanização mais acelerada, principalmente, de suas cidades-polo Juazeiro e Petrolina.

Nas últimas cinco décadas (1970-2020) essas cidades apresentaram significativo incremento populacional, superando inclusive os índices estadual (Bahia e Pernambuco) e nacional. No período supramencionado, o crescimento populacional mais acentuado de Petrolina em relação a Juazeiro, está correlacionado a fatores de ordem quantitativa e qualitativa.

O projeto Nilo Coelho instalado em Petrolina apresenta o maior valor bruto da produção de todos os perímetros irrigados instalados no Nordeste Brasileiro, servindo de forte atrativo empresarial - visto que o número de empresas (por setor e porte) instaladas em Petrolina representa quase o dobro das que se

encontram instaladas em Juazeiro - e de força de trabalho, tanto de pessoas especializadas, quanto de trabalhadores avulsos.

Essas dinâmicas produzem reflexibilidade direta no espaço intraurbano, principalmente, quanto ao uso e ocupação do mesmo. Petrolina apresenta indicadores que conferem melhores condições de vida à sua população em relação a Juazeiro. Petrolina também demanda maior oferta de comércio e serviços voltados tanto ao consumo produtivo, quanto ao consumptivo. No entanto, os indicadores referentes à concentração e distribuição da renda, apontam que apesar de Juazeiro apresentar quantitativo maior de bairros com maior aglomeração de pessoas pobres, a concentração de renda é mais acentuada em Petrolina.

Desigualdade e diferenciação são expressões multidimensionais, mas, cada uma possui sua especificidade. Essas expressões, concatenadas com as relações estruturadas: o social e o espacial (socioespacial) permitiram uma melhor análise de seus desdobramentos em cada uma das escalas (rede urbana e espaço intraurbano), porém, considerando as particularidades, espacialidade e temporalidade de cada uma das escalas. Afinal, é no espaço, como produto social, ou seja, como um conjunto indissociável, contraditório e solidário de objetos e ações (SANTOS, 1996), que as diferenciações e as desigualdades socioespacial se revelam simultaneamente como reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista.

A inserção do Sertão do São Francisco nos circuitos de produção e círculos de distribuição do agronegócio globalizado foi marcada pelos processos de ruptura e rugosidade. Paralelamente a indubitável produção de riqueza gerada neste espaço, que tem se mostrado cada vez mais concentrada, também, vem se difundido de maneira acelerada, a geração da pobreza. Na escala interurbana a diferenciação socioespacial é refletida nos reduzidos índices de crescimento urbano e nos baixos indicadores de qualidade de vida da maior parte das pequenas cidades que integram a região. Na escala intraurbana, percebe-se que nas últimas cinco décadas, o crescimento das manchas urbanas periféricas nas cidades médias vem se confrontando com as zonas agrícolas (perímetros irrigados) das mesmas. A ação do capital nestes territórios transformou as cidades médias de Juazeiro e de Petrolina em espaços

luminosos do semiárido nordestino e do Brasil, onde as horizontalidades (fruto da solidariedade orgânica) vêm sendo subjugadas pelas verticalidades (marcada pela solidariedade organizacional) que passam a ser hegemônicas.

Os processos de reestruturação da produção e reestruturação do espaço urbano que foram capitaneados por objetos e ações, forjados por agentes hegemônicos (endógenos e exógenos) podem ser vislumbrados, como uns dos principais fatores responsáveis pela ampliação das diferenciações e desigualdades socioespaciais entre as cidades médias nordestinas de Juazeiro e Petrolina no período técnico-científico-informacional.

Compreende-se que algumas lacunas ainda se fazem presentes para um melhor entendimento das diferenciações e desigualdades socioespaciais urbanas nas cidades médias brasileiras, entre as quais se destacam: uma maior abordagem acerca dos papéis dos agentes sociais (hegemônicos ou não) no processo de reestruturação espacial; identificar e analisar os papéis dos principais agentes e processos, responsáveis pela ampliação da apropriação diferencial e desigual do espaço, que tem se desvelado em segregação socioespacial urbana. No entanto, essas abordagens, assim como outras, deverão ser frutos de novas pesquisas e estudos acerca dessas e de outras cidades médias, que vêm apresentando aceleradas e complexas dinâmicas socioespaciais.

REFERÊNCIAS

- AD Diper. Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. **Regiões de Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/regioes-de-desenvolvimento>>. Acesso em 20 out. 2018.
- AGROVALE. Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.agrovale.com/>>. Acesso em 20 out. 2020.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América Portuguesa. **SÆCULUM – Revista de História**, v. 26, p. 63-77, jan./jun. 2012.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p. 69-87.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. In: SATHLER, Douglas; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; VARAJÃO, Guilherme Fortes D. C. (Orgs.). **Cidades médias: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina.** 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 9-85.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ARAÚJO, Guilherme José Ferreira de; SILVA, Marlene Maria da. Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro. **Caminhos de Geografia, Uberlândia**, v. 14, n. 46, p. 246–264, Jun/2013.
- ARAUJO, José Lincoln Pinheiro; ARAUJO, Edilson Pinheiro; BRITO, Waldenir Sidney Fagundes. **Análise do Custo de Produção e Rentabilidade da Manga Explorada na Região do Submédio São Francisco.** Brasília: Embrapa, 2005.
- ARAUJO, José Lincoln Pinheiro; CORREIA, Rebert Coelho. **Análise do custo de produção e rentabilidade do cultivo da uva fina de mesa sem sementes produzidas na região do Submédio São Francisco.** Brasília: Embrapa, 2007.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta.** Disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 mar 2020.
- BAHIA. Departamento de Indústria e Comércio. **Distrito Industrial do São Francisco: Plano Diretor.** Salvador: DIC, 1973.
- BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Moção de Congratulações ao Município de Juazeiro pelos 137 Anos de Elevação à Categoria de Cidade.** Salvador, MOC/18.262/2015, 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/MOC-18.262-2015>>. Acesso em: 17 mar. 2020. Proposição da Deputada Fabíola Mansur.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade, desigualdade e diferença: contribuições para uma abordagem semiótica das três noções. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 199-218, abr. 2006.

BDE. Base de Dados do Estado de Pernambuco. **História municipal**: Petrolina. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=745&CodInformacao=915&Cod=1>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BELLET SANFELIU, Carmen; LLOP TORNÉ, Josep Maria. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 8, n. 165, p. 1-28, 2004.

BESSA, Kelly Cristine. A diferenciação espacial e as interpretações da Geografia Teorético-Quantitativa e da Geografia Crítica. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 101-124, dez. 2004.

BESSA, Kelly Cristine. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 43 a 56, set./dez., 2010a.

BESSA, Kelly Cristine. Proposições para a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: as noções de convergência e divergência. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 28, p. 34-58, 2010b.

BLOCH, Didier. **As frutas amargas do velho Chico**: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

BRASIL. **Expansão das Universidades Federais**: o sonho se torna realidade. Brasília: Imprensa Nacional, 2007.

BRASIL. **A irrigação no Brasil**: situação e diretrizes. Brasília: Ministério da Integração Nacional; IICA; DELGITEC, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em 15 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Petrolina-Juazeiro**. Brasília/DF: Ministério da Integração Nacional, 2011. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/regiao-integrada-de-desenvolvimento-do-polo-petrolina-e-juazeiro>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DataSus**. Informações de Saúde (TABNET): Rede Assistencial. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204>>. Acesso em 05 nov. 2020.

BRITTO, Maria Creusa de Sá Y. **Petrolina origens, fatos, vida uma história**: (do desbravamento do município a 1992). Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. Uma Dinastia de Pioneiros. 3 ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CAMELO FILHO, José Vieira. **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 17, p. 83-93, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0017.0006>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CAPPIO, Luiz Flávio; MARTINS, Adriano; KIRCHNER, Renato (Orgs.). **Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **CIDADES**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al. (Orgs.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p.43-63.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: Hucitec/Sudene, 1987.

CASA DA TORRE. **A Casa da Torre de Garcia d'Ávila - 10 Gerações - (9 Morgados)**. Disponível em: <<http://www.casadatorre.org.br/historia.htm##6>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Áreas de Concentração de População. In: IBGE. **Reunião de Consulta**. Rio de Janeiro: IBGE, mai. 2001.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006. p. 245-277.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-111.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 45, p. 152-166, julho 1996.

CASTRO, César Nunes de. **Sobre a agricultura irrigada no semiárido: uma análise histórica e atual de diferentes opções de política**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018 (Texto para discussão).

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor/Edusp, 1990.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Relatório de Gestão 2017**. Brasília: Codevasf, 2018.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Distritos de Irrigação**. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/transferencia-de-gestao/distritos-de-irrigacao>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

COELHO, Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti. **Política, gestão e cidade**: política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco. 2007. 169 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XV, n. 876, p.1-20, jun. 2010.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados [online]**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>>. Acesso em 18 out. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, jul./set. 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. Discutindo Conceitos: Posição Geográfica de Cidades. **CIDADES**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 1, n. 2, p. 317-323, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007a. p. 23-33.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **CIDADES**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007b.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-51.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Tempo, Espaço e Geografia – um ensaio. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285-294, jan./jun. 2019.

DIB. Distrito de Irrigação Bebedouro. **Gestão à Vista**. Disponível em: <www.dibebedouro.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2020.

DINC. Distrito de Irrigação Nilo Coelho. **Relatório Anual da Gerência Executiva**: Fechamento do exercício de 2019. Petrolina: DINC, 2019.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003a.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **O território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003b. p. 315-340.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-81.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov., 2011.

ELIAS, Denise. Consumo produtivo em regiões do agronegócio no Brasil. In: BELLET SANFELIU, Carmen *et al.* (Eds.). **Urbanizacion, produccion y consumo en ciudades medias/intermedias = Urbanização, produção e consumo em cidades medias/intermediarias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56.

ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**. Ano 21, v. 2, n. 25, jul./dez. 2005, p. 13-33.

ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, maio 2007, p. 25-39.

ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades espaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. (Re)Estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais. **GEOgraphia**, Ano 17, n. 35, p. 10-39, 2015 (Dossiê).

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, mar., 2000.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, Campinas, n.39, p. 35-55, 2014.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes e integração regional – uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 183-214, jun., 1996.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; SENA, Consuelo Ponde de. **Juazeiro: trajetória histórica**. Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Petrolina: emergências de uma cidade média, a tecnologia auxiliando na (re)produção do espaço urbano. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 609-630.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 29, p. 11–24, jan., 2003.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Manuais técnicos em geociências, número 8).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento - história indígena - nomes e classificação dos índios**. IBGE, 2019. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/nomes-e-classificacao-dos-indios.html>>. Acesso em 30 mar. 2019a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Catálogos municipais**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31331&view=detalhes>>. Acesso em: 18 maio 2020a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades (2020)**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>>. Acesso em: 15 fev. 2020b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra. **Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/nordeste>>. Acesso em 22 fev. 2020c.

IGC. Instituto Geográfico e Cartográfico da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo. **Municípios e Distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.

INFRAERO. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Aeroporto de Petrolina completa 35 anos de operação**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www4.infraero.gov.br/imprensa/noticias/aeroporto-de-petrolina-completa-35-anos-de-operacao/>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Vulnerabilidade Social**, [2015]. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IpeaData**. Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2020.

JUAZEIRO. Prefeitura Municipal de Juazeiro. **Mercado do Produtor de Juazeiro**. Disponível em: <<https://www6.juazeiro.ba.gov.br/negocios/#:~:text=O%20Mercado%20do%20Produtor%20de,administrativo%20em%20fevereiro%20de%201986.>>. Acesso em: 18 maio 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LELOUP, Yves: **Les villes du Minas Gerais**. Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1970.

LIMONAD, Ester. Reflexões Sobre o Espaço, O Urbano e a Urbanização. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 71-91, 1999.

LLOP TORNÉ, Josep Maria; BELLET SANFELIU, Carmen. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Ayuntamiento de Lleida - UIA - UNESCO-Ministerio de Asuntos Exteriores: Lleida, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, Esmeraldo. **OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Juazeiro [s.e], 1997.

LUNA, Jairo Nogueira. Ações do Império no Velho Chico: a fundação de Petrolina, a navegação no Rio São Francisco e o Projeto de Transposição de José Bonifácio. **DIÁLOGOS** Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade, Garanhuns (PE), n. 8, p. 208-223, fev./mar. 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas no Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 15-41.

MAIA, Doralice Sátyro. A ferrovia nas cidades bocas de sertão. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], n. 8, p. 1-17, jun. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2160>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 61- 99, maio 1981.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Feudo**. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. **GEOGRAFARES**, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 43-47

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis [Online]**, n. 4-5, [n. p.], 2003. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 15, n. 52, p. 119–133, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23678>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

PADILHA, Antônio Santana. **Pedro e Lina**. Romance. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1980.

PADILHA, Antônio Santana. **Petrolina**: no tempo, no espaço, na vez. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1982.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006. p. 237-346.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na esteira do tempo**. 2 ed. Juazeiro (BA): Câmara Municipal de Juazeiro (BA), 2005.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco**: fator precípua da existência do Brasil. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004 (Brasiliense).

ROCHFORT, Michel. La armature urbaine et réseau urbain. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro: Comissão de Geografia, IPGH, t. XXXV, n. 63, p. 33-50, jul./dez. 1965.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **CIDADES**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente-SP, 2015.

SAMPAIO, Theodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). **Revista Santa Cruz**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1905_rio>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Antipode**, n. 1, v. 9, p. 1-16, 1977.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1985

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5 ed. São Paulo; Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. Modo de Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004c.

SANTOS, Milton; SILVEIRA María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. **Neocoronelismo, aspersor e voto**: estudo de caso sobre a herança do coronelismo e o poder local da família Coelho em Petrolina – PE (1990-2000). 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1645>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. **Nas sombras da família Coelho**: a dinâmica de uma dominação política. 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13830>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **DataSebrae - Indicadores 2020**. Disponível em:<<https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#>>. Acesso em: 18 set. 2020.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Regionalizações: Territórios de Identidade**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657>. Acesso em: 20 out. 2018.

SILVA, Pedro Carlos Gama. Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do Vale São Francisco. In: MARQUES, Delcídes; ALMEIDA, Cláudio R. S. (Orgs). **As Ciências Sociais no Nordeste: um desafio**. I Semana de Ciências Sociais da UNIVASF. Curitiba: Editora CRV, 2012. p. 69-78.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Urbanização e Metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 1º sem. de 2002.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250.

SOBEL, Tiago Farias; ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial: uma avaliação das políticas adotadas no polo Petrolina-Juazeiro entre os anos 1960 e 2000. **História econômica & história de empresas**, v. XII, n. 1, p. 101-129, 2009.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 609-643.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescolar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **CIDADES**, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 3, n. 5, p. 143-157, 2006,

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014a. p. 25-38.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Castreghini *et al.* (Orgs.). **Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina**. 1 ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016. p. 25-60.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação econômica, urbana e da cidade: os papéis intermediários de cidades médias em múltiplas escalas. In: LAN, Diana; ADRIANI, Luis; SPOSITO, Eliseu Savério. **Reestructuración productiva e industria, en ciudades intermedias de Argentina y Brasil**. 1a ed. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

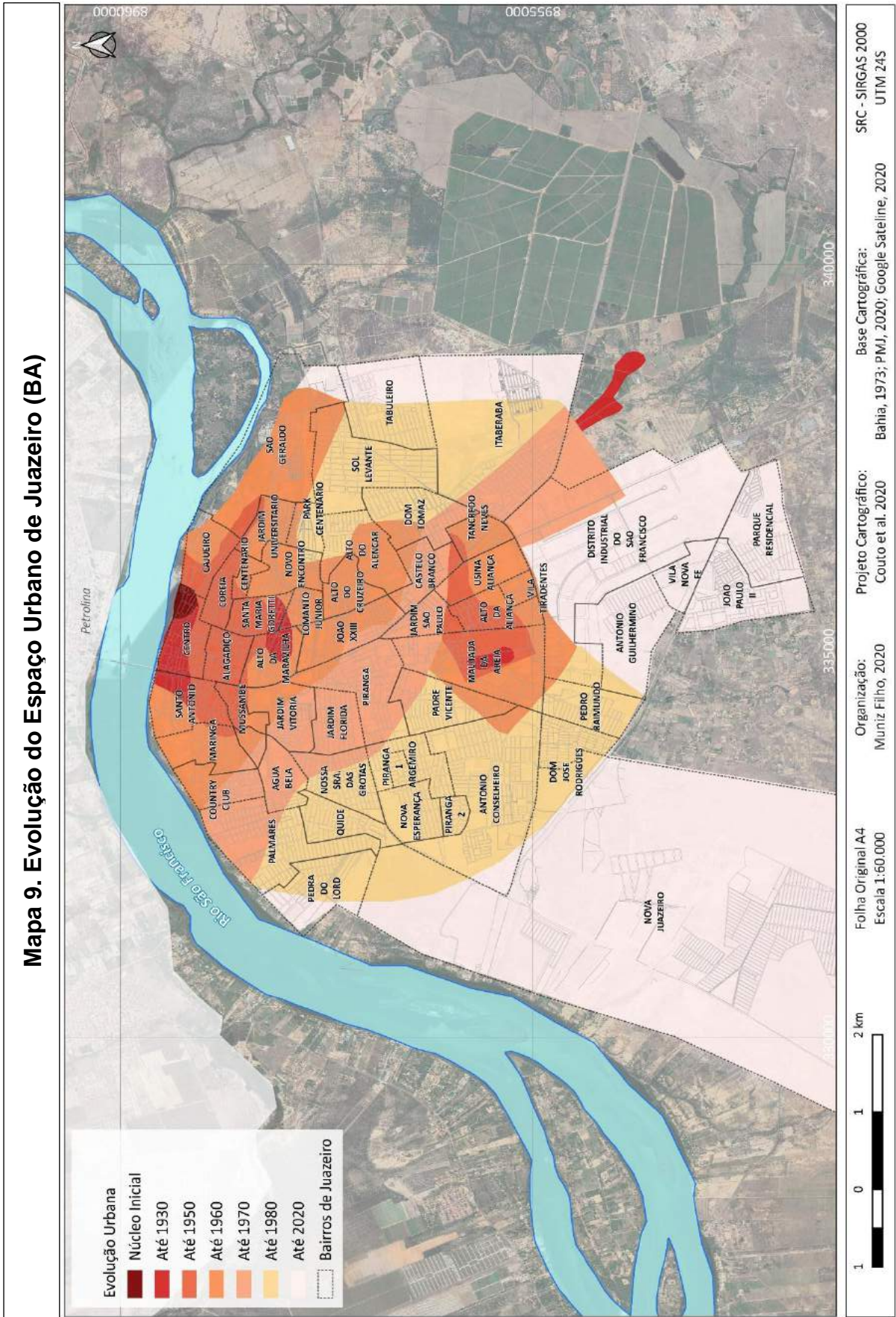
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 122-169, jul/dez., 2001.

VALEEXPORT. Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco. **Há 30 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira**. Petrolina: VALEEXPORT, 2019.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-37.

APÊNDICE A – Mapa da Evolução do Espaço Urbano de Juazeiro (BA)



APÊNDICE B – Mapa da Evolução do Espaço Urbano de Petrolina (PE)

